



**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Memória Social**

WILLIAM DE SOUZA VIEIRA

**NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE:
interações entre memórias e história em contexto local.**

Rio de Janeiro

2015

WILLIAM DE SOUZA VIEIRA

**NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE:
interações entre memórias e história em contexto local**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória e Espaço.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ANDRÉA LOPES DA COSTA VIEIRA

Rio de Janeiro

2015

V65 Vieira, William de Souza.
Núcleo Socialista de Campo Grande: interações entre memórias e história em contexto local / William de Souza Vieira, 2015.
136 f. ; 30 cm

Orientadora: Andréa Lopes da Costa Vieira.
Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

1. Núcleo Socialista de Campo Grande. 2. Movimentos sociais – Campo Grande - História. 3. Memória - Aspectos sociais. I. Vieira, Andréa Lopes da Costa. II. Universidade Federal do Estado do de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 302

WILLIAM DE SOUZA VIEIRA

**NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE:
interações entre memórias e história em contexto local**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória e Espaço.

Aprovada em:

20/ 08/ 2015

Prof.^a Dr.^a Andréa Lopes da Costa Vieira (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Edlaine Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Flávio Leal da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Reis
Uniesp/ UniMSB

Prof.^a Dr.^a Cristiane Muniz Thiago
Universidade Federal do Sul da Bahia

Às lutadoras e aos lutadores do povo.

Àqueles que ainda acreditam que é possível construir um mundo justo e humano.

Às minhas filhas, Rafaela e Isabela, que representam um pouco da esperança no ser Humano.

Ao Senhor Valdecyr de Souza Vieira, meu pai, por tudo...

À Dona Luzia da Conceição Vieira, minha mãe, por tudo e mais um pouco...

AGRADECIMENTOS

Ao Deus libertador que me faz ter forças e coragem para continuar sonhando e lutando.

À minha família, pela paciência, compreensão e apoio no período de pesquisa, estudo e escrita do trabalho.

Ao Professor Carlos Roberto, diretor da Escola Municipal Antonia Vargas Cuquejo, pela compreensão e assistência nos anos em que lá trabalhei, o que me possibilitou continuar no Doutorado.

Às Professoras Amanda Santos e Maria Luiza, companheiras na direção da Escola Municipal Paulo Renato, pelo suporte nos meses finais de conclusão da tese.

À Professora Doutora Andréa Lopes da Costa Vieira, minha orientadora, pelo convívio nesses quatro anos e meio de muitas trocas e aprendizado. Pela paciência e entendimento de minhas questões pessoais e pela indispensável contribuição para o resultado final do trabalho.

À Professora Doutora Cristiane Muniz Thiago, por ter aceitado o convite para fazer parte da banca e por suas fundamentais observações e colaborações.

À Professora Doutora Diana de Souza Pinto, pelo incentivo a retornar ao PPGMS para cursar o Doutorado. Por ter aceitado participar da banca na e ter cooperado com valiosas sugestões.

À Professora Doutora Edlaine Gomes, por aceitar o convite para fazer parte da banca e pelas importantes provocações e recomendações para a melhoria do trabalho.

À Professora Doutora Ana Maria Reis, por aceitar participar da banca e pelo incentivo e contribuição.

Ao amigo e hoje Professor Doutor Flavio Leal da Silva, pela ajuda e encorajamento na conclusão do Doutorado e pelos aconselhamentos ao longo dos anos de curso.

Aos lutadores e lutadoras Daniel Domingos de Azeredo, Marina dos Santos Ribeiro, Nílvio Peçanha Pinheiro, Rosineide Cristina de Freitas, Tobias Tomines Farias, por terem colaborado com seus depoimentos sem se importarem com o tempo de duração das entrevistas e com as perguntas. Muito obrigado.

A todos os militantes do Núcleo Socialista de Campo Grande e do Instituto de Formação Humana e Educação Popular, pelo carinho com que me trataram e por não se importarem com a presença de um pesquisador em suas atividades.

À minha companheira, Vilma Baeta Alves Vieira, pelas inestimáveis ajuda e força, que me fizeram não desistir nos momentos mais difíceis, e pela transcrição de boa parte das entrevistas.

Quando a opressão aumenta
Muitos se desencorajam
Mas a coragem dele cresce.
Ele organiza a luta
Pelo tostão do salário, pela água do chá
E pelo poder no Estado.

Pergunta à propriedade:
Donde vens tu?
Pergunta às opiniões:
A quem aproveitais?

Onde quer que todos calem
Ali falará ele
E onde reina a opressão e se fala do Destino
Ele nomeará os nomes.

Onde se senta à mesa
Senta-se a insatisfação à mesa
A comida estraga-se
E reconhece-se que o quarto é acanhado.

Pra onde quer que o expulsem, para lá
Vai a revolta, e donde é escorraçado
Fica ainda lá o desassossego.

(Bertold Brecht)

RESUMO

A presente tese de Doutorado em Memória Social consiste em pesquisar a memória, a organização e as diferentes formas de atuação do Núcleo Socialista de Campo Grande, na XVIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, que compreende os bairros de Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos e Campo Grande, bem como o processo de formação histórica da região e os elementos que a caracterizam na atualidade. Ao mesmo tempo, busquei relacionar a ação do movimento social pesquisado com a região em que está inserido, onde atua há mais de dez anos, compreendendo como ele percebe a realidade da região, seus aspectos específicos, e como suas intervenções contribuem para o desencadeamento de mudanças e do reconhecimento público dessas ações. Para atingir tais objetivos, apresento a história e a memória da região de Campo Grande, desde a sua formação no século XVI até os processos de transformação e crescimento econômico e populacional no século XXI, assim como os efeitos dessas mudanças para a região e seus moradores. A pesquisa alcança também a formação do Núcleo Socialista de Campo Grande, principal objeto da tese. Investiguei como o Núcleo se formou, seus variados processos de intervenção na realidade de Campo Grande, e como a memória nos ajuda a entender esse processo de formação e atuação, elemento possível em função das entrevistas realizadas com os militantes do Núcleo.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Memória. Campo Grande. História. Núcleo Socialista de Campo Grande.

ABSTRACT

The present doctorate thesis regarding Social Memory aims to research the memory, the organization and the different operation methods of the Socialist Center of Campo Grande, in the XVIII administrative region of the city of Rio de Janeiro, which includes the districts of Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos e Campo Grande, as well as the historical formation process of the region and the elements that characterize it in the present days. At the same time, it is sought relating the action of the social movement searched within the region in which it is inserted and where it has been operating for more than ten years, also understanding how it perceives the reality of the region, its specific aspects, and how its interventions contribute to the triggering of changes and public recognition of these actions. In order to achieve these goals, it is presented the history and memory of the Campo Grande district, since its formation in the 16th century, to the processes of transformation and economic and population growth in the 21st century, as well as the effects of these changes to the region and its residents. The research also reaches the formation of the Socialist Center of Campo Grande, the main object of this thesis. It is investigated how said center was formed, its varied processes of intervention in the reality of Campo Grande, and how memory helps us understand this process of formation and operation, possible element on the basis of interviews with the militants from the center.

Keywords: Social Movements. Memory. Campo Grande. History. Socialist Center of Campo Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Sertão Carioca retratado por Magalhães Corrêa em seu livro.....	25
Figura 2: Rua Coronel Agostinho, Centro de Campo Grande – Década de 1960.....	39
Figura 3: Calçadão de Campo Grande – 2012.....	39
Figura 4: Localização de Campo Grande no município do Rio de Janeiro, segundo as Regiões Administrativas.....	43
Figura 5: Convite para ato público no calçadão de Campo Grande.....	78
Figura 6: Convite para debate sobre a eleição presidencial de 2010.....	79
Figura 7: Cartaz-convite divulgando uma reunião de domingo no NSCG.....	79
Figura 8: Reunião de domingo do Núcleo Socialista de Campo Grande.....	96
Figura 9: Local onde acontecem os atos do NSCG no calçadão de Campo Grande.....	101
Figura 10: Ato do NSCG no calçadão de Campo Grande em maio de 2015.....	101
Figura 11: Oficina de Cartazes durante ato no calçadão de Campo Grande.....	104
Figura 12: Oficina de Cartazes durante ato no calçadão de Campo Grande.....	104
Figura 13: Material utilizado na TV Zona Oeste.....	105
Figura 14: Aula pública no calçadão de Campo Grande.....	107
Figura 15: Oficina de Cartazes no ato pelo Dia do Trabalhador e da Trabalhadora – calçadão de Campo Grande.....	108
Figura 16: Varal com os cartazes produzidos no ato pelo Dia do Trabalhador e da Trabalhadora – calçadão de Campo Grande.....	109
Figura 17: Logotipo do IFHEP.....	114
Figura 18: V Café Cultural do IFHEP, realizado no espaço externo de sua casa-sede.....	115
Figura 19: Convite para o V Café Cultural do IFHEP.....	116
Figura 20: Cartaz do Cine IFHEP de abril de 2015.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente no município do Rio de Janeiro em 1940 e 1950, e taxa de crescimento 1940-1950, por circunscrição censitária.....	30
Tabela 2 : População residente no município do Rio de Janeiro em 1950 e 1960, e taxa de crescimento 1950-1960, por circunscrição censitária.....	35
Tabela 3: População residente na área metropolitana do Rio de Janeiro em 1960 e 1970, e crescimento demográfico 1960-1970, segundo as Regiões Administrativas e municípios.....	37
Tabela 4 : Estimativas das populações residentes totais segundo as Regiões Administrativas do Rio de Janeiro.....	41
Tabela 5: Número de estabelecimentos por porte e setor 2009/2010 - Região Administrativa de Campo Grande	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFHEP - Instituto de Formação Humana e Educação Popular

MCMV - Minha Casa Minha Vida

NSCG - Núcleo Socialista de Campo Grande

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

PT - Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DO SERTÃO CARIOCA À ZONA OESTE: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO BAIRRO DE CAMPO GRANDE	20
2.1 O SERTÃO CARIOCA, A ZONA RURAL E A ZONA OESTE.....	24
2.2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DE CAMPO GRANDE	43
3 NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE: MEMÓRIA E HISTÓRIA	57
3.1 DE NÚCLEO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES A NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE	59
4 O NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE: CONSTRUÇÃO ESPACIAL, SEGREGAÇÃO E LUTA SOCIAL.....	82
4.1 SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE NA REGIÃO DE CAMPO GRANDE	82
4.2 AS AÇÕES DO NÚCLEO SOCIALISTA NA REGIÃO DE CAMPO GRANDE.....	95
4.2.1 As reuniões de domingo do Núcleo Socialista de Campo Grande.....	96
4.2.2 Os atos no calçadão de Campo Grande.....	99
4.2.3 O Núcleo Socialista de Campo Grande e o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP).....	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS.....	134

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2007, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), onde desenvolvi pesquisa sobre um cinema de rua construído na década de 1960, no bairro de Campo Grande, antiga Zona Rural e atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Após sua venda, o cinema tornou-se uma Igreja Universal, mas o prédio foi tombado pelo Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro em função da luta e organização de parcela significativa dos moradores do bairro. O resultado foi a minha dissertação de Mestrado sobre o processo de tombamento e a memória daquele antigo cinema.

O interesse pela Zona Oeste e, em especial, pela região de Campo Grande continuou, convertendo-se em projeto de tese apresentado ao PPGMS sobre movimentos sociais nessa região, particularmente no referido bairro. O projeto foi aprovado e, em 2011, ingressei no Doutorado do programa.

Depois de mais de quatro anos, aquela ideia inicial sofreu mudanças e se transformou na tese que aqui apresento, na qual investigo, a partir da memória, um importante movimento social que atua nessa região: o Núcleo Socialista de Campo Grande.

Realizar uma pesquisa que envolve a memória de um grupo social praticamente desconhecido representa um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma contribuição ao reconhecimento da importância desse grupo. O desafio aumenta quando aquele se localiza e atua em um dos bairros da Zona Oeste da Cidade, que corresponde a cerca de 60% da área do município do Rio de Janeiro e abriga mais de dois milhões de habitantes. Destes, pelo menos quinhentos mil residem na região de Campo Grande, local de atuação do meu objeto de investigação.

Esta tese se propõe à pesquisa da memória, organização e diferentes formas de atuação do Núcleo Socialista de Campo Grande, na XVIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, que compreende os bairros de Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos e Campo Grande, bem como do processo de formação histórica da região e os elementos que a caracterizam na atualidade.

Ao mesmo tempo, procuro relacionar a ação do Núcleo com a região em que está inserido e atua há mais de dez anos, pensando como o movimento percebe a realidade da

região, seus aspectos específicos, e como suas intervenções contribuem para o desencadeamento de mudanças e do reconhecimento público dessas ações.

Este trabalho se organiza em quatro capítulos, incluindo esta Introdução, que abordam a temática, assim como seus objetivos, referenciais teóricos, resultados de trabalhos de campo, entrevistas e investigação documental.

No segundo capítulo, trato de elementos referentes à história, à memória e à formação espacial de Campo Grande no contexto de sua localização na Zona Oeste, buscando compreender as relações estabelecidas e aprofundar a análise dos diversos elementos que constituem a região.

Presente na história da Cidade desde a sua ocupação no século XVI, a região se destacou pelo seu papel associado à produção agrária e abastecimento da região central do Rio de Janeiro. A ocupação ocorreu de forma desordenada, como em quase toda a Cidade. Até a primeira metade do século passado, predominava um cenário rural; a urbanização acelerada da região é percebida na segunda metade do século XX, e foi processada em etapas distintas. É preciso destacar os processos múltiplos ocorridos em regiões da Zona Oeste como Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, Bangu, Santa Cruz e Campo Grande. A ocupação e urbanização desordenadas da região contribuíram de forma decisiva para a composição de especificidades dos variados espaços que a configuram e, em particular, daquele que é atualmente Campo Grande, bairro localizado na distante periferia da Cidade.

As décadas de 1950 e 1960 testemunharam o crescimento dos loteamentos, que, em sua grande maioria, ocorreram em áreas que antes eram sítios e chácaras. Essa onda de urbanização foi percebida com mais ênfase em Campo Grande. A segunda ocorre na década de 1980 com a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, entre eles o conjunto Otacílio Câmara, chamado *Cesarão*, em função de sua proximidade com a Avenida Cesário de Melo, em Santa Cruz – região que recebeu muitos outros conjuntos, como João XXIII, Liberdade, por exemplo. A terceira onda de urbanização é mais recente e começa no final do século XX. Estando ainda em andamento, ela é marcada pela construção de diversos empreendimentos imobiliários, que vão desde os de alto padrão até os populares do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal.

Essa diversidade de realidades contribui efetivamente para a criação de diferentes memórias sobre a região e seus moradores, quase sempre relacionadas às características existentes no passado, àquelas que vão se modificando com o tempo e às transformações nas formas de ocupação e utilização do espaço.

As obras de Abreu (2008) e dos vários autores que escreveram sobre aspectos históricos da Zona Oeste, como a história das ruas do Rio de Janeiro – Gerson (2000), a formação das freguesias cariocas, que deram lugar aos bairros que formam a Cidade – Santos (1965) e a história da região Oeste – Mansur (2011; 2008); os jornais de bairro, meios de informação muito comuns em Bangu, Campo Grande e Santa Cruz; e as contribuições de Pedroza (2003), Franco e Drummond (2005), Santos e Ribeiro (2006) são referências que nos ajudam na análise proposta no referido capítulo.

No terceiro capítulo, abordo as questões que envolvem a memória e a história do Núcleo Socialista de Campo Grande. Ele conta com a análise de entrevistas realizadas com cinco militantes do NSCG: Tobias Tomines, Marina dos Santos, Daniel Domingos, Rose Cristina e Nílvio Peçanha, dois deles com atuação desde a sua fundação. A metodologia da história oral é utilizada nesse capítulo como recurso de análise, apoiado nas contribuições de Alberti (2004) e Amado e Ferreira (2001), pois consideramos que essas autoras são de fundamental importância na utilização de tal metodologia. Nele, discutimos também concepções sobre movimentos sociais e, para uma compreensão teórica aprofundada a respeito do NSCG, trabalhamos com as obras de Gohn (2011a; 2011b; 2010), que nos permitem mapear os movimentos sociais ao longo do século XX no Brasil, retrato que podemos utilizar em uma perspectiva comparativa, auxiliando-nos na definição do movimento social investigado.

A constituição do NSCG se dá em 2003, a partir de um núcleo do Partido dos Trabalhadores; ou seja, ele nasce no momento em que militantes do PT dele se desligam por discordarem de seus rumos, mantendo, entretanto, sua militância no agora chamado Núcleo Socialista de Campo Grande.

Existe, aqui, uma forte influência de dois campos: o partidário e o religioso, pois muitos desses militantes são oriundos das pastorais sociais da Igreja Católica. As práticas do NSCG estão, então, influenciadas por essas duas correntes, e elas serão percebidas na forma de atuação do Núcleo, nas suas múltiplas atividades e em como estas serão fundamentais para a existência daquele por mais de dez anos.

Dessa maneira, as narrativas dos militantes são elementos fundamentais para o entendimento tanto do processo de formação do NSCG quanto de sua atuação na região de Campo Grande. Mesmo compreendendo que os depoimentos devam ser analisados de modo criterioso, percebemos que eles constituem, em muitos momentos, as únicas fontes para a pesquisa.

No quarto capítulo, elaboro uma análise das ações do NSCG na região de Campo Grande. Para realizá-la, fez-se necessário um aprofundamento das questões sociais que permeiam a região, como, por exemplo, a segregação, que é uma marca para vários moradores dos bairros que compõem a região.

Assim, trabalhamos com o embasamento teórico a partir de vários autores que colaboram para a compreensão e análise das questões que nos propusemos a tratar. Podemos citar a contribuição de Wacquant (2008; 2001), quando abordamos o aspecto segregacionista, a pobreza, a marginalização e a violência contra os pobres. Para um exame sobre relações sociais no interior dos bairros estudados, nos valemos da colaboração de Elias e Scotson (2000), que torna possível um domínio profundo dos vínculos que vigoram entre aqueles que se consideram dentro dos sistemas instituídos e aqueles que se consideram fora, além de como as relações de exclusão são construídas. Referimo-nos, ainda, a Bourdieu (2007; 2003; 1987) e agregamos outros autores como Davis (2006), no tema relativo à expressão *favela*, e Harvey (2011; 2006). Ademais, trazemos para nossa avaliação dados do censo de 2010 e das últimas PNADs, bem como publicações do armazém de dados ligado ao Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Os dados estatísticos apresentados nos ajudam a entender os elementos que constituem a realidade local associada às demandas estabelecidas por diversos processos de mudanças.

Nesse mesmo capítulo, analisamos as ações do NSCG diante da realidade da região. Cada ação do Núcleo é investigada com base nos depoimentos dos militantes e das experiências de campo. As principais ações que foram acompanhadas são os atos no calçadão de Campo Grande, as reuniões que acontecem sempre no primeiro domingo de cada mês e as ações que envolvem o Instituto de Formação Humana e Educação Popular.

O IFHEP é criado em 2010 a partir do Núcleo Socialista e de uma necessidade dos militantes em ter um espaço para suas reuniões e que pudesse abrigar tanto o Pré-Vestibular Popular quanto o Pré-Ensino Médio Popular, além de outras ações. Sendo uma casa, foi alugada em Campo Grande com a ajuda de vários militantes e abriga hoje o IFHE.

Como desenvolvemos

uma pesquisa no campo da Memória Social, optamos por uma linha metodológica que privilegia a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, o que nos possibilita transitar por diferentes correntes teóricas. Decidimos por empregar os autores da Memória Social, também, ao longo de todo este trabalho.

Servimo-nos de metodologias que sejam adequadas às fontes da pesquisa, isto porque estaremos diante de narrativas específicas e inéditas, assim como de um campo e temáticas pouco explorados no que diz respeito ao tipo de atuação desenvolvido pelo movimento social estudado.

Ao tocarmos o conceito de Memória Social, compreendemo-lo na sua propriedade de amplitude e multiplicidade de definições, como é possível observar a seguir:

Demonstra apenas que não podemos formular um conceito de memória social no sentido clássico do termo, ou seja, aquele que implica postular a identidade e a permanência de alguma coisa. Essa coisa se move, e os conceitos criados para pensá-la devem admitir e acompanhar sua mobilidade. (GONDAR;DODEBEI, 2005, p. 7)

Por conhecermos os perigos que enfrentamos no trabalho com um conceito cuja definição é diversa, optamos por elencar estudiosos da Memória Social que podem auxiliar na investigação sem necessariamente nos limitarmos a apenas uma abordagem sobre a Memória.

Gostaríamos de iniciar pela colaboração fundadora de Halbwachs (2004) no que se refere à questão da memória coletiva, pois se entende que, ao pesquisar grupos sociais, esse conceito pode ser a eles aplicado no exame de suas memórias. O autor afirma que nossas lembranças são fortalecidas e apoiadas nas lembranças dos outros, e que o reforço delas está no contato com aqueles que as viveram de forma conjunta. Dessa maneira, o que mantém a nossa memória é o fato de nunca estarmos sozinhos, pois vivemos em sociedade e, conseqüentemente, fazemos parte sempre de algum grupo social, cuja existência consolida a nossa memória. Para Halbwachs, não basta que outros nos reavivem a lembrança de algum momento que vivemos junto a um determinado grupo. É preciso mais do que isso.

Se, ao contrário, essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que não-la descrevem poderão fazer-nos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança. (HALBWACHS, 2004, p. 32)

Desse modo, poderemos perceber a partir da memória que é produzida no interior do Núcleo Socialista de Campo Grande a relação exposta pelo autor. A produção dessas memórias é fundamental para compreendermos o que é o Núcleo, como ele funciona e se relaciona com a comunidade da região. A memória coletiva não se explicaria somente por uma imposição grupal sobre nossas lembranças, mas, acima de tudo, por uma complexidade que mantém um sentimento de pertença, uma ligação com determinado grupo, fato que preserva a lembrança do que se viveu no interior desse mesmo grupo:

Mas poderemos dizer, assim, que o que está afetado é a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos de que se compõe a sociedade. Então separamo-nos de um ou de alguns dentre eles, e deles unicamente. Todo o conjunto das lembranças que temos em comum com eles bruscamente desaparecem. Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam. (HALBWACHS, 2004, p. 37)

As variações da memória nos levarão ao encontro da individualidade das lembranças. Mesmo trabalhando com o conceito de uma memória coletiva, entendemos que a existência de uma memória individual se fará presente, e, neste caso em particular, nos valeremos da contribuição de Pollak (1989). O autor traça uma relação entre a memória individual, a construção de uma identidade social, o esquecimento e o silêncio, além de nos provocar uma reflexão sobre a memória individual e a possibilidade de uma memória dos excluídos.

A realização de Pollak (1989) é importante no processo de uma análise propriamente crítica de uma memória que tem como principal característica sua associação a um determinado grupo, mas que deve ser percebida de forma mais ampla, compreendendo que

Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 2)

Efetivamente é o que ocorre quando ficamos diante das narrativas dos militantes do NSCG. Essa abordagem de Pollak vai ao encontro da nossa perspectiva sobre a memória e contribui para problematizar questões referentes a uma determinada comunidade inserida na periferia da grande cidade que é o Rio de Janeiro. Percebemos, aqui, que os processos coletivos da memória devem ser entendidos de um modo mais analítico, pois a sua construção é significativa.

Ao manipularmos memórias de um grupo que está em uma comunidade caracterizada por um processo de exclusão, comumente chamada *sem voz*, podemos nos reportar a outro autor que discute a memória a partir de um engajamento e trabalha a questão como uma forma, daqueles que não têm suas histórias e memórias reconhecidas, de utilização da frequente febre de memória do mundo atual. Esse autor é Huyssen (2000), ao qual nos

reportaremos para investigar a possibilidade do uso da memória como uma potência por parte dos grupos estudados.

Talvez essa febre de tudo preservar tenha contribuído para que elementos importantes constitutivos de diferentes grupos sociais marginalizados fossem preservados, não esquecidos, construindo, assim, uma “rememoração produtiva”, como se pode observar no seguinte pensamento de Huyssen:

Portanto, agora nós precisamos mais de rememoração produtiva do que de esquecimento produtivo. Em retrospectiva, podemos ver agora como a febre histórica da época de Nietzsche funcionou para inventar tradições nacionais na Europa com vistas à legitimação dos estados-nações imperiais e para dar coerência cultural a sociedades conflitantes no turbilhão da revolução industrial e da expansão colonial. Em comparação, as convulsões mnemônicas da cultura do norte do Atlântico de hoje parecem em grande parte caóticas e fragmentárias, à deriva através das nossas telas. (HUYSSSEN, 2000, p. 35)

Essa “rememoração produtiva” a qual Huyssen se refere é um elemento que nos ajuda a alcançar o importante papel dos diferentes espaços e movimentos sociais na luta pela construção de uma identidade social, percebendo-se, então, uma ação política que dá um novo sentido à febre de memória. Esta poderia, assim, servir como contribuição para efetivas transformações, principalmente para aqueles grupos sociais que não têm sua cultura e história consideradas como tal. A comercialização da memória poderia ser revertida em produtividade.

Ao elencarmos diferentes autores para a elaboração de um referencial teórico, temos que ter ciência das dificuldades que a tarefa nos impõe, dificuldade que pode ser ainda mais desafiante quando trabalhamos com autores que traduzem tradições teóricas diversas. A experiência com a pesquisa em Memória Social nos ensina, no entanto, que é possível trabalhar com tais diferenças quando sabemos exatamente como utilizar as teorias dos autores.

O cuidado que tive durante a pesquisa é exatamente este: saber dialogar com os autores e suas dessemelhanças, mas, acima de tudo, encontrar similitudes e abordagens que nos auxiliem e contribuam de forma decisiva para a investigação; ampliar os conceitos e as colaborações dos autores; enfim, construir um novo conhecimento e saber utilizar as múltiplas possibilidades metodológicas e teóricas que a pesquisa em Memória Social nos possibilita.

Meu bairro,
 Meu Campo Grande, distante,
 No meu subúrbio galante,
 Berço das canções de amor,
 Meu bairro,
 Da igreja do desterro,
 Que dá perdão para o meu erro,
 Erro de ser um sonhador.

Meu bairro,
 Velha esquina dos pecados,
 Dez de maio, um aliado,
 Onde sorrindo vivi,
 Meu bairro,
 Da minha estrada do monteiro,
 Juro que por nenhum dinheiro,
 Me afastaria de ti.

(Adelino Moreira)

2 DO SERTÃO CARIOCA À ZONA OESTE: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO BAIRO DE CAMPO GRANDE

Memória e História: tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distantes. Nora (1993) diz em seu artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares” que a memória e a história em tudo se opõem; para o autor, enquanto a memória é viva, a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

Simultaneamente próximas e distantes, História e Memória podem ser consideradas duas faces da mesma moeda, isto é, duas faces, embora distintas, importantes para identificarmos a moeda. Percebemos ambas como significativas no entendimento de processos construídos por grupos sociais, no passado e no presente. É possível se apropriar das especificidades de cada uma e realizar as análises a que nos propomos.

Antes de Nora (1993), Halbwachs (2004) dizia que existem muitas memórias coletivas e, indo mais além, afirmava que a história é uma compilação dos fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens. Ao mesmo tempo em que consideramos tanto a memória quanto a história componentes relevantes para o estudo de grupos e pessoas, observamos que a problematização proposta pelos autores vem sendo utilizada como forma de

incentivar o uso dos conceitos em pesquisas acadêmicas. Mesmo em possíveis oposições, memória e história podem ser – e são – complementares e auxiliares, principalmente em uma perspectiva na qual é possível transitar por diversos campos do conhecimento.

Diante de tantas controvérsias entre memória e história afirmadas por autores díspares, deparamo-nos com um dilema: como utilizar conceitos que podem ser antagônicos? É exatamente nas suas limitações que memória e história se complementam: o lugar que uma não alcança é precisamente onde a outra aparece como fundamental. Ter isso em vista é determinante para conseguirmos compreender e analisar o que propomos neste capítulo. Em alguns momentos, veremos que somente pela via da memória conseguiremos atingir uma explicação factível, e, em outros, é a história que nos dará suporte para entendermos e estabelecermos uma avaliação do que foi o Sertão Carioca, a Zona Rural, hoje Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A afirmação acima está associada a uma escassez de material teórico sobre a região, tanto a respeito de Campo Grande, em um grau maior, como da Zona Oeste. Durante a pesquisa para a tese, encontramos algumas poucas produções sobre Campo Grande, e a maioria absoluta é repetitiva quando tenta abordar a história tanto do bairro quanto da região. Os trabalhos investigados apontam para enormes lacunas, as quais acreditamos que só podem ser preenchidas com o auxílio da memória.

Especificamente com relação à área que hoje compreende a Zona Oeste, na qual se inclui a Região Administrativa de Campo Grande, conseguimos perceber que o trabalho de rememoração é fundamental. Ele é capaz de juntar os retalhos da história, atuar no sentido de uma reconstrução do passado, chegar em pontos e lugares distantes e profundos, reminiscências que são fundamentais para a compreensão das diferentes nomeações dadas à região e para a edificação de um entendimento do que é a Zona Oeste.

A Região Administrativa de Campo Grande é composta por cinco bairros: Campo Grande, Vasconcelos, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos. Quando nos referirmos à região de Campo Grande, estaremos incluindo também esses cinco bairros. Nomear uma região, um lugar, é uma prática carregada de ideologia e de sentidos; nela podem convergir múltiplos significados, alguns deles cristalizados pelo tempo e outros guardados na memória, representando vozes distintas do passado.

Ao nos remetermos à nomeação de lugares, regiões e até mesmo cidades, encontramos diversas influências, desde aquelas impostas pela geografia e, mais recentemente, pela

arquitetura até as imposições políticas e as forjadas na construção do cotidiano, que acabam ganhando variadas explicações.

Tocando a esfera da geografia, os lugares são nomeados por questões que envolvem o uso do espaço em função dos distintos interesses, como, por exemplo, aquela que diz respeito às centralidades urbanas, que, para Lefebvre (2008), são cheias de rupturas e continuidades, semelhanças e dessemelhanças, o que interfere na maneira como as pessoas se relacionam com o espaço e se identificam com suas nomeações. Percebe-se, assim, que a relação que se institui com os lugares influencia diretamente na forma de reconhecê-los e nomeá-los.

Dirigindo-se à arquitetura, a relação com o espaço é bastante intensificada na forma como o mesmo é modificado pelas intervenções de prédios e outros conjuntos arquitetônicos. Lima (2000) diz que os cenários da cidade formam espetáculos urbanos, onde os indivíduos atuam segundo determinadas regras de conduta. Aqui, a autora está se referindo às praças e aos diversos conjuntos arquitetônicos que formam a paisagem urbana. Nesse sentido, a nomeação ganha outros contornos e se faz pelo estabelecimento de relações cotidianas.

No âmbito dos interesses políticos, amplia-se aos governos e governantes o modo como o espaço da cidade é concebido. A relação com o lugar e seus significados neste campo está associada aos interesses do capital sobre a cidade e a como esta pode gerar lucros. Ou seja, como aponta Harvey (2006), a paisagem física e social da urbanização atende a critérios propriamente capitalistas e, portanto, a nomeação vai ao encontro de tal forma de se conceber o espaço de uma cidade. Atualmente, a maneira de se solidificar essa forma de atuação é a seguinte:

Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Digno de nota é que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e nas ideologias. (HARVEY, 2006, p. 165)

Essa cidade, que agora está sob a égide do empreendedorismo e não mais da administração meramente política, tem toda a sua dinâmica de uso voltada para o capital – é a cidade-negócio. Logo, o modo de compreendê-la e nomeá-la é influenciado por esse elemento predominante.

A história da formação da cidade do Rio de Janeiro como território é um grande exemplo para vislumbrarmos como determinada região pode ser nomeada conforme

diferentes situações e interesses. Estes podem variar de acordo com o tempo, com os grupos que exercem poder, os aspectos econômicos e as práticas culturais.

A cidade do Rio de Janeiro – capital do Estado, que durante quase dois séculos foi também a capital do País e chegou a ser considerada sua síntese – possui uma divisão clássica de seu território (Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste, Centro) que representa claramente uma escolha em um determinado contexto. A sua formação a partir da ocupação segue uma lógica que pode ser entendida seguindo, ao longo dos séculos, as transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais ela passou.

A região central era, outrora, ocupada por camadas pobres da população, homens e mulheres que trabalhavam nas imediações de suas casas e que foram obrigados a deixar o lugar, direcionando-se a regiões mais distantes daquela que gerava o seu sustento. Assim, a própria ocupação do que é hoje a Zona Oeste sofreu diversas influências de fluxos migratórios, transformações econômicas e políticas, o que ocorreu com todas as regiões afastadas do Centro, as quais não ganharam nenhum *status* econômico imediato.

Um bom exemplo é a conhecida Zona Sul da Cidade, que, no século XIX, ainda era considerada uma área distante do Centro e era ocupada basicamente por chácaras e sítios. Ela sofreu um processo de valorização no século XX e, comparativamente a outras áreas também afastadas da região central, teve um processo de desenvolvimento bastante distinto.

Neste capítulo, abordo a formação histórica de uma região específica da Cidade, a região de Campo Grande, localizada em uma área que, um dia, já foi chamada *Sertão Carioca*. Antiga Zona Rural e atualmente Zona Oeste, essa região abriga cerca de 60% do território do Município e, por esse e outros motivos, tem uma importância significativa para o mesmo.

Mas, antes de me debruçar sobre a história e a memória de Campo Grande, farei uma análise do processo de formação da Zona Oeste, tentando compreender, principalmente, as múltiplas formas de nomeação dessa região.

A diferença entre seus bairros; a sua extensão territorial; seu alto nível populacional; seus elevados índices de pobreza e violência; a existência de poderes para além daquele que deveria ser do Estado; os bairros dormitórios; isso, somado a outros inúmeros dados, faz da Zona Oeste um espaço peculiar dentro da imensa metrópole que é o Rio de Janeiro. No interior dessa zona, encontramos a região de Campo Grande, importante por seu comércio, abrigando mais de quinhentos mil habitantes e carregando em si os mesmos problemas citados anteriormente.

A proposta do capítulo é examinar aspectos que nos auxiliem na compreensão da memória e da história da região de Campo Grande e em como os bairros que a formam se inserem em uma parte da Zona Oeste. Não nos cabe aqui escrever uma história única que tente interpretar o que foi e o que é a região; nosso trabalho não pretende simplesmente encerrar os debates, mas contribuir para uma reflexão mais profunda sobre esse território.

Dessa maneira, analisarei os três momentos distintos vividos pela região: primeiro, o Sertão Carioca, traçando-se um panorama do que ele foi e significou; em seguida, a Zona Oeste, antiga Zona Rural; por fim, a história e a memória da região de Campo Grande. O desafio deste texto é exatamente aquele que envolve o falar sobre um mesmo território e suas diferentes nomeações. A minha abordagem, portanto, parte de um ponto em que existe uma relação profunda entre a nomeação do território e o que ele efetivamente vai significar no contexto da Cidade e dos próprios bairros que vão se formando. E, para além, o que cada nomeação significa para seus habitantes. Procurei, assim, produzir um estudo, a partir da História e da Memória, sobre a região de Campo Grande inserida no amplo território que é a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

2.1 O SERTÃO CARIOCA, A ZONA RURAL E A ZONA OESTE

Como teria nascido a expressão *Sertão Carioca*? O que ela, de fato, significava? Estas questões, entre outras, fazem parte de uma série de indagações de uma pesquisa que envolve uma região não somente afastada geograficamente do Centro da Cidade, mas que também não possui grande quantidade de estudos sobre sua história e memória. Vejamos, então, como Santos e Ribeiro (2006) explicam o surgimento da expressão *Sertão Carioca*:

O Sertão Carioca foi um termo cunhado pelo naturalista Magalhães Corrêa – autor de um livro de título similar – para denominar as terras que compreendiam as antigas freguesias rurais do Rio de Janeiro: Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Irajá e Santa Cruz. Ele abarcava mais de 60% do território do município até meados do século XX. (SANTOS; RIBEIRO, 2006, p. 324)

Figura 1: O Sertão Carioca retratado por Magalhães Corrêa em seu livro



Fonte: <http://www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/files/2012/07/7-PABLO_html_m15b9e732.png>.

É possível perceber que a maior parte do que era conhecido como Sertão Carioca no século XIX e início do século XX corresponde atualmente à região da Zona Oeste. Outro ponto relevante citado por Santos e Ribeiro é o elemento da ruralidade na região. Apesar da ligação estreita entre o termo *sertão* e a ideia de amplas áreas longe de um centro urbano, o que realmente nos chama a atenção é a predominância da atividade agrícola nas freguesias que compunham o chamado *Sertão Carioca*, fator que contribuiu decisivamente para o uso da expressão.

O domínio da atividade agrícola pode ser confirmado no seguinte trecho:

Quanto à produção, praticamente todo o Sertão Carioca privilegiava a “lavoura branca” (hortaliças e legumes) e a fruticultura: tipos de lavouras, se assim podemos dizer, mais típicas de um Cinturão Verde, como era o caso dessa região. (SANTOS; RIBEIRO, 2006, p. 328)

Ainda no que diz respeito a essa atividade, podemos destacar o papel da região como abastecedora do Centro da Cidade, o que garantia às freguesias rurais uma relevante participação na economia do Município.

Em um texto da década de 1960, Galvão também apresenta uma definição do que foi o Sertão Carioca: “Como ‘sertão carioca’ entende-se a zona rural do estado da Guanabara caracterizada por fraca densidade demográfica e pela agricultura como forma dominante de

ocupação da terra. Representa 73% da superfície do Estado e abriga 15% de sua população” (GALVÃO, 1962, p. 171).

A definição possui alguns elementos importantes que gostaria de analisar de modo mais aprofundado. Primeiro, a convivência dos termos *Sertão Carioca* e *Zona Rural*, aspecto muito interessante que nos ajuda a compreender que existia o uso de duas formas de nomeação da região e, ao mesmo tempo, uma distinção entre seus significados. Outro elemento não menos importante é a maneira como a região é caracterizada: fraca densidade demográfica e prevalência da agricultura, o que é confirmado com a representação numérica de sua extensão e população em relação ao então estado da Guanabara, hoje município do Rio de Janeiro.

O Sertão Carioca seria, pois, uma vasta região da Cidade marcada pela atividade agrícola e por uma pequena ocupação populacional, território distante do centro urbano e responsável pelo abastecimento agrícola deste. É a partir desta constatação que nos aproximamos da contribuição reflexiva de Pedroza em sua dissertação de Mestrado sobre os conflitos de terra no Sertão Carioca:

Esta é uma hipótese que deve ser testada no decorrer do capítulo, mas que sobreveio primeiro, a partir da lembrança dos cursos com o professor Ilmar Mattos, nos quais ele buscava a gênese da palavra sertão em deserto, terras desertas não porque nada nelas brotasse, mas porque, para os colonizadores, eram terras ainda não dominadas, não lucrativas e, portanto, vazias de significado. Os sertões cariocas serão terras vazias de significado tanto para o Estado quanto para o capital agroexportador ou especulativo, no momento em que se instalaram os posseiros. Mas que, num momento posterior, passarão a ter significado para seus supostos proprietários, e serão requeridas, gerando conflitos violentos. (PEDROZA, 2003, p. 96)

Entender o território do Sertão Carioca a partir de sua ocupação é um exercício que vai nos proporcionar entender a Zona Oeste de hoje, suas contradições, seus elementos específicos, sua forma de ocupação e sua apropriação por parte daqueles que nela vivem ou a utilizam de alguma maneira. Quando nos debruçamos sobre o passado da região associado à atividade agrícola, percebemos que esta marca é fundamental para compreender a própria região e o seu processo de formação e transformação, especialmente ao longo do século XX.

Durante muito tempo, a ruralidade preponderou na região e no modo de vida de seus habitantes, bem como condicionou as formas de ocupação de seu território. O processo de mudança desse cenário rural foi lento até o final do século XX, quando ele se acelera consideravelmente, provocando inúmeras rupturas.

O Sertão Carioca carrega em si múltiplos sentidos, aquele que mais salta aos olhos já foi aqui apresentado e examinado: a extensão das terras, a distância do centro urbano

decisório, a dominância de atividades econômicas agrícolas. Atualmente, esses elementos que caracterizavam a ideia de sertão, os físicos principalmente, contribuem para que a região seja vista como um polo de crescimento imobiliário, isto é, mesmo distante do centro urbano, ela atende a uma demanda específica dos interesses do capital. O que era uma região agrícola agora recebe investimentos para a implantação de indústrias e possui um comércio extremamente volumoso.

Não podemos, é claro, desprezar essa análise, porém devemos entender que ela é uma expressão dos elementos objetivos que compunham a região. Podemos encontrar outros modos de avaliar e compreender o que, concretamente, foi o Sertão Carioca. Franco e Drummond (2005) fazem um estudo da obra de Armando Magalhães Corrêa, *O sertão carioca*, que registra a expressão pela primeira vez, em 1936. É preciso ter clareza de que a obra tem um caráter bastante peculiar, carregado da ideologia da época em que foi escrita, e, aqui, a reflexão crítica dá lugar à descrição. No entanto, mesmo assim é possível reconhecer elementos que nos ajudem a elaborar uma análise reflexiva do que foi e significou o Sertão Carioca.

Neste momento, vale ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é investigar a obra de Magalhães Corrêa, mas como o uso da expressão *Sertão Carioca* era percebida especificamente na década de 1930, quando o livro é escrito, e o que ela significava para ambos os olhares: tanto daqueles que não viviam na região quanto dos que a habitavam. No ensaio sobre obra de Magalhães Corrêa, Franco e Drummond fazem uma observação significativa:

O próprio título do livro incluía a expressão “sertão carioca” que, embora constasse de mapas e outros documentos antigos e da época, buscava causar no leitor um efeito desconcertante, ao combinar duas palavras como que opostas. A palavra “sertão” – designação genérica dada até hoje pelos brasileiros citadinos aos lugares ermos, ignotos e inóspitos do vasto interior brasileiro – era justaposta a “carioca” – gentílico reservado aos urbaníssimos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, metrópole cosmopolita que fora capital colonial e imperial e ainda era a capital republicana e a maior cidade do país. (FRANCO; DRUMMOND, 2005, p. 1038)

Comprendemos que as nomeações de lugares e seus significados carregam sentidos vários; neste caso, a palavra *sertão* indicava que se tratava de uma região específica, um lugar determinado para alguns, que criava uma forma de identificação em função de sua localização. Não se tratava do Centro da Cidade nem dos subúrbios; era, então, reconhecido como um local especificamente longínquo e inóspito, habitado por pessoas afastadas da realidade urbana do Rio de Janeiro ou de suas regiões centrais. É necessário lembrar que, em

1919, já existia luz elétrica em Campo Grande, o meio de transporte predominante era o bonde; Bangu já possuía a importante fábrica de tecidos e os primeiros cinemas chegaram à região neste mesmo período, o que desconstrói a ideia de um lugar “atrasado” em sua totalidade, comparando-se ao Centro da Cidade. A ideia formada nem sempre é compatível com a realidade, o desconhecimento da região e/ou da vida nela gerou e gera uma série de equívocos sobre esse lugar e as pessoas que ali vivem. Mesmo com todos esses elementos, desconhecidos por quem não vivia na região, ela era identificada apenas pela ruralidade manifesta nas atividades agrícolas e pelas precárias condições de suas moradias.

Voltando à análise de Franco e Drummond, quanto à utilização da expressão *Sertão Carioca* por Magalhães Corrêa na década de 1930, é preciso entender que a palavra *sertão*, nesse período, estava associada às ideias de distância e atraso, de um Brasil que queria se combater. Por outro lado, o termo *sertão* aparece combinado ao *carioca*, o que pode, de certo modo, ter contribuído na amenização da indicação ímpar do sertão brasileiro. Essa junção aproximava os moradores do Sertão daqueles que viviam nos subúrbios e nas áreas centrais da Cidade; afirmava que mesmo se tratando de uma região afastada, diferente e “atrasada”, de acordo com a ideologia e modelos de civilização da época, ela fazia parte da Cidade e, portanto, deveria ser assim compreendida.

É importante entender que a obra de Magalhães Corrêa não se trata de um exame crítico, sendo muito mais descritiva; concordando com a ideologia dominante no período em que foi escrita; repleta de um certo romantismo sobre a região; e, em alguns momentos, preocupada com a preservação de seus elementos naturais e culturais. Pode-se observar que o próprio autor faz as ilustrações, retratando a sua visão da paisagem natural e humana.

Nota-se, assim, que a expressão *Sertão Carioca* é carregada de sentidos e elementos que ultrapassam as condições da própria formação histórica da região. É, com efeito, um juízo dominante sobre esta que acaba instituindo olhares e ideias a respeito de suas formas de vida. Vimos, assim, que a expressão utilizada na obra *O sertão carioca* e em alguns periódicos até a década de 1940 determinava um local, preponderantemente, extenso, distante e marcado pelo “atraso”. Quais seriam, então, as justificativas para a referência *Zona Rural*?

A expressão *Zona Rural* é encontrada em alguns casos associada a outra: *Sertão Carioca*. Observa-se isso, por exemplo, no texto de Galvão (1962), que tem como título “Aspectos da geografia agrária do Sertão Carioca”, onde as duas nomeações aparecem correspondidas. Para a autora, a *Zona Rural* é uma parte do Sertão Carioca, apresentado da seguinte forma:

Hoje, com o crescimento da cidade e o desenvolvimento de uma população cada vez mais ligada a atividades industriais e comerciais, o sertão carioca passou a ser apenas uma área excêntrica, que confina com as zonas urbanas e suburbanas e que deve prover sua população de gêneros alimentícios destinados ao consumo imediato. Constituem-no os distritos de Santa Cruz, Campo Grande, Jacarepaguá e Realengo. Este último vem perdendo rapidamente suas características rurais com a criação de centros industriais, como a fábrica de tecidos Bangu ou a fábrica de cartuchos do Exército. Nos demais distritos, porém, é a agricultura a atividade econômica mais importante. (GALVÃO, 1962, p. 3)

Existe nesse trecho uma evidente definição do que se considerava, na época, a Zona Rural do então estado da Guanabara, determinando-se os distritos que a compunham, hoje considerados bairros. A classificação da região como rural em função de sua relação com a prevacente produção agrícola, especialmente em Santa Cruz e Campo Grande, que abastecia várias outras regiões da Cidade, é, portanto, um indicativo dessa nomeação.

A expressão *Zona Rural* pode ser identificada em dois referenciais diferentes. Um deles são os censos da população na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1940 e 1950, como se percebe na tabela a seguir:

Tabela 1: População residente no município do Rio de Janeiro em 1940 e 1950, e taxa de crescimento 1940-1950, por circunscrição censitária.

Circunscrições censitárias	População 1940		População 1950		Crescimento 1940-1950
	N	%	N	%	
Centro	49.852	3	37.809	1	- 24
Candelária	1.812	0	1.069	0	- 41
São José	9.256	1	6.684	0	- 28
Santa Rita	15.987	1	9.567	0	- 40
São Domingos	7.498	0	3.521	0	- 53
Sacramento	1.858	0	5.865	0	25
Aiuda	7.441	0	11.103	1	49
Área Periférica Central	196.381	11	181.392	8	- 8
Santana	20.290	1	14.911	1	- 27
Gamboa	38.791	2	31.124	1	- 19
Espírito Santo	42.440	2	37.227	2	- 12
Rio Comprido	61.957	4	10.979	3	- 15
Santo Antonio	32.903	2	26.951	1	- 18
São Cristóvão	70.184	4	76.604	3	8
Santa Teresa	61.476	4	71.733	3	17
Zona Sul	246.445	14	359.681	15	46
Glória	61.728	4	82.563	3	34
Lagoa	54.992	3	59.460	3	8
Gávea	55.592	3	88.409	4	59
Copacabana	14.133	4	129.249	5	74
Zona Norte	191.961	11	237.912	10	20
Engenho Velho	37.796	2	41.721	2	10
Tijuca	64.499	4	80.011	3	24
Andaraí	95.666	5	116.180	5	21
Zona Suburbana I	588.532	34	826.361	35	40
Engenho Novo	78.631	5	122.971	5	56
Méier	68.685	4	84.601	3	23
Inhaúma	72.350	4	86.163	4	19
Piedade	84.269	5	110.962	5	32
Irajá	77.905	4	123.234	5	58
Madureira	111.333	6	157.796	7	42
Penha	95.359	6	140.628	6	47
Jacarepaguá	11.424	4	107.093	4	50
Zona Suburbana II	182.461	10	324.906	14	78
Bangu	56.173	3	98.594	4	76
Anchieta	35.891	2	15.600	3	- 11
Realengo	90.397	5	150.712	7	61
Zona Rural	70.825	4	111.832	5	58
Campo Grande	35.035	2	59.752	3	11
Guaratiba	14.644	1	20.516	1	40
Santa Cruz	21.146	1	31.564	1	49
Ilhas	22.935	1	39.957	2	74
TOTAL	1.159.271	100	2.375.280	100	35

Fonte: Censos Demográficos de 1940 e 1950.

Fonte: ABREU, 2008, p. 109.

A divisão da Cidade conforme a tabela dos censos, percebe-se, não incorpora Bangu e Realengo à Zona Rural, composta apenas por Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, divisão esta que se difere da exposta por Galvão (1962), à qual nos remetemos anteriormente. E talvez a explicação para tal distinção esteja na própria apresentação da autora. Bangu, com o advento da fábrica de tecidos, e Realengo, com o da fábrica de cartuchos, ganharam *status* de bairro suburbano, uma marca determinada mais por questões econômicas do que pela localização.

A Tabela 1 deixa claro que a nomeação dos bairros ou distritos não obedecia a uma lógica única – a da localização geográfica. A condição que submetia cada bairro a uma dada zona da Cidade era outra, de ordem capitalista, que condicionava o espaço à sua produção, às atividades econômicas que desempenhava.

Na mesma tabela se pode comparar a população da região central, cerca de 49.852 habitantes em 1940 e 37.809 em 1950, com a da então Zona Rural, 70.825 habitantes em 1940 e 111.832 em 1950, e perceber que o nível populacional não determinava a nomeação da região, pois a Zona Rural possuía mais habitantes do que o Centro da Cidade, indício de que os critérios de nomeação e divisão estavam vinculados a aspectos predominantemente econômicos.

É interessante notar que a nomeação dos bairros que vão compor a Zona Rural atingiu, inclusive, o campo da cultura, o que é reconhecível, por exemplo, na criação do Teatro Rural do Estudante exatamente na década de 1950, em Campo Grande, que teve uma grande importância no que tange à propagação da arte teatral na região. Aqui, o termo *rural* é utilizado para identificar um grupo de teatro que vai atuar no interior de um mundo igualmente identificado como rural. A nomeação é, portanto, não somente uma forma de identificação, mas de adesão àquilo que marcava a região e que estava para além da atividade agrícola em si.

O universo da ruralidade em que alguns bairros da atual Zona Oeste estavam inseridos não revelava exteriormente a convivência com elementos urbanos significativos. Esse aspecto deve ser encarado do ponto de vista de uma análise mais precisa sobre o processo de formação histórica dos diversos bairros que integravam a Zona Rural.

Não descartamos a existência de um predomínio do ruralismo, por exemplo, em Campo Grande e Santa Cruz até a década de 1950, pois é nesse período que se presenciaram o desencadeamento de algumas mudanças na esfera da ocupação e desmembramentos de sítios e chácaras, que serão transformados em loteamentos. A partir desse momento, o convívio do

rural com o urbano se torna, de fato, evidente, podendo ser visto na luta pela terra, pois a composição da maioria da população que vivia da atividade agrícola na região era de posseiros e sitiantes. Desse modo, a crise que se instalou na produção da laranja na década de 1940¹ e a opção de um novo uso da terra pelo capital dominante atingiram em cheio esses habitantes, que, em muitos casos, não eram proprietários das terras que cultivavam e onde viviam.

Em seu artigo sobre a venda de terras no antigo Sertão Carioca, Santos e Ribeiro (2006) avaliam, tendo como fonte anúncios de jornais do Rio de Janeiro, o crescimento da especulação imobiliária na região. Em meio à exposição, pelos autores, de um apanhado sobre a comercialização de terras desde o final do século XIX, é especialmente a década de 1950 que nos chama mais a atenção, com sua chamada *febre imobiliária*, quando houve uma grande oferta de terrenos na região, principalmente em Campo Grande.

Santos e Ribeiro afirmam que esse processo provocou uma série de alterações no cenário rural daquele território, entre elas a transformação de várias áreas de cultivo, chácaras e sítios convertidos em loteamentos, e a forte queda da produção da laranja, levando à região um cenário irreversível. Mas é exatamente através do modo como o bairro começa a ser fatiado pela venda de lotes que se pode atentar para um processo de mudança na sua ocupação:

O certo é que as companhias imobiliárias investiam em loteamentos de dimensões cada vez maiores, podendo ser considerados verdadeiros bairros. Isso se refletia nos próprios anúncios, que ocupavam espaço cada vez maior nos jornais, tanto da grande como da pequena imprensa: alguns chegavam a ocupar mais de uma página de grandes jornais como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Última Hora*. O tom dos conteúdos dos anúncios era também bem mais ambicioso: ainda no final da década de 40, num anúncio de loteamentos em Campo Grande, a Cia. de Expansão Territorial, que segundo ela “só vende terras que valem ouro”, dizia simplesmente o seguinte: “Nunca houve uma oportunidade igual! Parque Campo Lindo – Bomba atômica nos negócios de terrenos”². (SANTOS; RIBEIRO, 2006, p. 10)

Quando analisamos o trecho acima tendo em vista a Tabela 1, conseguimos compreender o que, de fato, vai acontecer com a Zona Rural, a partir da década de 1950, em termos de aumento populacional e os desdobramentos que ele trará para a região.

¹ A crise da produção da laranja ocorreu na década de 1940, provocada por fatores como a utilização precária do solo e a existência de pragas que atingiram grande parte da produção, o que provocou um processo de decadência que se estendeu pelas décadas seguintes. Essa crise fez com que a maioria das chácaras que produziam laranja tivesse seu uso ressignificado – algumas terras foram divididas em lotes e vendidas; em outras, as atividades agrícolas, quando possível, diversificaram-se.

² O anúncio é do *Jornal do Brasil*, 31/07/1949: 12 (2ª edição).

É exatamente entre 1950 e 1970 que o aumento populacional se dá de forma bastante significativa na Zona Rural e, em especial, em dois bairros: Campo Grande e Santa Cruz, como se percebe nos dados apresentados por Abreu (2008). Esse crescimento demográfico está, sem dúvida, no caso específico de Campo Grande, associado à abertura da Avenida Brasil na década de 1950 e ao surgimento dos loteamentos de casas e terrenos, fatores que possibilitaram a chegada de mais pessoas ao bairro. A possibilidade de uma nova via de ligação entre o bairro e outras regiões da Cidade e a oferta abundante de locais para moradia são indicativos do aumento acentuado da população nesse período.

Conforme nos mostra a Tabela 1, Campo Grande possuía um total de 2% da população da cidade do Rio de Janeiro em 1940 e 3% em 1950, um crescimento populacional de 11%, número significativo para a época. Nota-se, ainda, que Santa Cruz possui uma população um pouco menor que a de Campo Grande no mesmo período e apresenta um crescimento de 49% em dez anos, o que, mesmo assim, é um dado relevante para uma área, na época, considerada basicamente rural. Ademais, percebe-se que Campo Grande possuía cerca de 50% da população da Zona Rural, um dado que colocava a região como uma área importante já naquele período e que, com efeito, atraía a atenção para o bairro e fazia com que o mesmo ganhasse, pelo menos em possibilidade, condições de crescimento urbano um pouco mais acelerado que os demais, do ponto de vista de sua ocupação.

Esses primeiros dados, relativos ao momento inicial da chamada *febre imobiliária*, apontam para uma elevação populacional na região que se seguiria pelas décadas seguintes, como confirmaremos nas próximas tabelas. Assim, a Tabela 2 expõe dados referentes à quantidade populacional e seu crescimento nas décadas de 1950 e 1960. E, de acordo com ela, a população de Campo Grande correspondia, em 1960, a cerca de 4% da população total da Cidade. O dado que mais nos chama a atenção é o aumento populacional nesses dez anos, que atinge a marca de 113%, sendo Campo Grande a região cujo número de habitantes teve a maior elevação nesse período.

Comparando-se a quantidade de moradores de Campo Grande em 1950 (59.752, maior população da Zona Rural, embora menor que muitos bairros da Cidade) com a quantidade em 1960 (126.982), identifica-se não só um proeminente aumento, mas uma aproximação de Campo Grande, em 1960, com os bairros mais populosos da Cidade, como Copacabana, por exemplo, com 240.347 habitantes.

Ao analisar o crescimento populacional vivido por Campo Grande na década 1960, observa-se que as mudanças na forma de ocupação da região foram a caracterizando como

uma área urbana em expansão. Nada comparado com o que encontramos hoje³, tratava-se, porém, de uma profunda transformação no uso da terra e nas práticas econômicas, com um gradual abandono das atividades rurais, pois, em paralelo, houve a instalação dos distritos industriais nas décadas de 1960 e 1970.

No que diz respeito a Santa Cruz, em termos de aumento populacional entre as décadas de 1950 e 1960, o bairro não acompanhou o que ocorreu em Campo Grande, isso pode indicar um processo de desruralização mais acentuado neste último, se levarmos em conta apenas o elemento populacional. Mas não podemos desprezar o crescimento populacional de Santa Cruz, na casa de 56% em dez anos, um número importante para uma região que vai ser predominantemente rural. É necessário ressaltar que este bairro não sofreu o mesmo processo de urbanização que Campo Grande. A principal diferença entre os dois está na continuidade da produção agrícola em Santa Cruz, enquanto, em Campo Grande, ela começa a ser abandonada a partir da década de 1950, com sítios e chácaras sendo convertidos em loteamentos, obrigando a aceleração do processo de urbanização.

Santa Cruz só vai começar a sofrer esse mesmo processo no final da década de 1970. Antes disso, prevalecia no bairro o elemento da ruralidade. Recordo-me de frequentar nessa época os sítios que pertenciam aos familiares de meu pai, de como eles produziam gêneros agrícolas e da grande quantidade de propriedades assim existentes na região. O bairro experimentará mudanças efetivas em sua ocupação apenas nas décadas de 1980 e 1990, de modo que o elo com o rural demorou a ser rompido.

Seu processo de ocupação, iniciado no final da década de 1970, que contribuiu para o desaparecimento de muitos sítios produtores de gêneros agrícolas, aconteceu por ação do próprio poder público, que estabeleceu a construção de múltiplos conjuntos habitacionais nas áreas agrícolas, com destaque para os conjuntos João XXIII, Liberdade e Cesarão.

³ Observar na Tabela 4 os dados da população de Campo Grande em 2010 e suas projeções até 2020. Hoje ainda, o bairro passa por um crescimento imobiliário, com a construção de inúmeros empreendimentos comerciais e residenciais.

Tabela 2 : População residente no município do Rio de Janeiro em 1950 e 1960, e taxa de crescimento 1950-1960, por circunscrição censitária

Circunscrições censitárias	População 1950		População 1960		Crescimento 1950-1960
	N	%	N	%	
Centro	37.809	1	25.196	1	- 33
Candelária	1.069	0	435	0	- 59
São José	6.684	0	4.696	0	- 30
Santa Rita	9.567	0	9.388	1	- 2
São Domingos	3.521	0	2.149	0	- 39
Sacramento	5.865	0	3.196	0	- 46
Ajuda	11.103	1	5.332	0	- 52
Área Periférica Central	181.392	8	177.740	5	- 2
Santana	14.911	1	10.835	0	- 27
Gamboa	31.324	1	29.017	1	- 7
Espírito Santo	37.227	2	31.515	1	- 15
Rio Comprido	70.979	3	83.896	3	18
Santo Antonio	26.951	1	22.477	0	- 17
São Cristóvão	76.604	3	78.002	2	2
Santa Teresa	71.733	3	83.215	3	16
Zona Sul	359.681	15	556.145	17	55
Glória	82.563	3	114.293	4	38
Lagoa	59.460	3	70.494	2	19
Gávea	88.409	4	131.011	4	48
Copacabana	129.249	5	240.347	7	86
Zona Norte	237.912	10	291.925	9	23
Engenho Velho	41.721	2	45.304	2	9
Tijuca	80.011	3	107.074	3	34
Andaraí	116.180	5	139.547	4	20
Zona Suburbana I	826.361	35	1.057.869	32	28
Engenho Novo	122.977	5	145.796	4	19
Méier	84.601	3	103.957	3	23
Inhaúma	86.163	4	106.207	3	23
Piedade	110.962	5	128.119	4	16
Irajá	123.234	5	182.818	6	48
Madureira	157.196	7	208.200	6	32
Penha	140.628	6	182.772	6	30
Jacarepaguá	107.093	4	193.792	6	81
Zona Suburbana II	324.906	14	564.425	17	74
Pavuna	98.594	4	183.021	67	86
Anchieta	75.600	3	139.800	4	85
Realengo	150.712	7	241.598	7	60
Zona Rural	111.832	5	203.479	6	82
Campo Grande	59.752	3	126.982	4	113
Guaratiba	20.516	1	27.120	1	32
Santa Cruz	31.564	1	49.377	1	56
Ilhas	35.957	2	68.643	2	72
TOTAL	2.375.280	100	3.300.431	100	39

Fonte: Censos demográficos de 1950

** IBGE, Conselho Nacional de Estatísticas, características Demográficas e Sociais da Guanabara. IBGE, 1966. pp. 10-11

A Tabela 3 apresenta a quantidade de habitantes e o crescimento populacional da região metropolitana do Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1970. Nela, nota-se que Campo Grande possuía cerca de 3,5% da população total e seu crescimento foi de 31%, número bastante inferior comparado ao do período 1950-1960. Aqui, é Santa Cruz que apresenta um aumento populacional com relação ao mesmo período, mesmo que em números absolutos sua população seja bem menor que a de Campo Grande (92.927 habitantes *versus* 230.324, segundo o censo de 1970).

Observa-se que nessa tabela a divisão é realizada em Regiões Administrativas (RA), que normalmente englobam mais de um bairro. Na região de Campo Grande, que corresponde à XVIII RA, encontram-se os bairros de Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos, Inhoaíba e o próprio bairro de Campo Grande. Essa configuração é utilizada ainda hoje pela Prefeitura, além da divisão em Áreas de Planejamento (AP), que abrangem um número ainda mais amplo de bairros. Neste momento, nosso interesse é, entretanto, pela organização em Regiões Administrativas.

A Região Administrativa de Campo Grande, em 1970, já é uma das mais populosas da Cidade. Mesmo estando longe ainda de ser a mais populosa, esse crescimento vertiginoso indicava uma tendência para o futuro. Nesse sentido, entre 1940 e 1970, o crescimento populacional acumulado de Campo Grande atingiu em torno de 215%, o que demonstra um incremento de habitantes bastante relevante em apenas quatro décadas. O crescimento acumulado de Santa Cruz, por sua vez, ficou na casa de 152%, um número expressivo para uma região que, ainda na década de 1970, mantém-se predominantemente ruralizada.

Dessa maneira, averigua-se que a quantidade populacional não determina o caráter urbano de um lugar, porém é um indicador extremamente importante porque sinaliza um processo de mudança em curso. E foi justamente isso o que aconteceu na antiga Zona Rural, a elevação do seu número de habitantes apontava na direção de um abandono gradual da ruralidade. O crescimento, todavia, não desencadeou isoladamente essa transformação, outros elementos foram sendo incorporados ao cenário do lugar e, já na década de 1980, percebe-se a prevalência do aspecto urbano sobre o rural. Entre esses elementos que devem ser incluídos, está o processo de ocupação da região, que teve papel fundamental na transição do rural para o urbano e na renúncia à nomeação Zona Rural.

Tabela 3: População residente na área metropolitana do Rio de Janeiro em 1960 e 1970, e crescimento demográfico 1960-1970, segundo as Regiões Administrativas e municípios.

Regiões Administrativas	População 1960*	População 1970**	Crescimento 1960-1970
Núcleo	1.211.833	1.383.613	14
RA Centro	44.886	59.457	32
Área Periférica Central	138.711	141.833	7
RA Portuária	39.092	51.052	31
RA Rio Comprido	99.619	96.781	-3
RA São Cristóvão	75.363	90.473	20
RA Santa Teresa	51.723	64.684	12
Zona Sul	625.603	671.092	7
RA Botafogo	239.442	256.250	7
RA Copacabana	233.843	239.256	2
RA Lagoa	152.318	115.586	- 15
Zona Norte	269.541	350.074	30
RA Tijuca	143.304	192.094	34
RA Vila Isabel	126.243	157.980	25
Periferia I Mediata	1.122.962	2.263.830	31
Zona Suburbana I	1.240.282	1.589.666	28
RA Ramos	176.801	234.605	33
RA Penha	195.198	286.892	47
RA Méier	263.739	364.796	38
RA Engenho Novo	141.228	195.619	39
RA Irajá	220.523	240.433	9
RA Madureira	242.193	267.321	10
RA Jacarepaguá	163.914	241.017	47
RAs Ilhas do Governador e de Paqueta	75.578	108.901	44
Niterói ⁴	243.188	324.246	33
Periferia Intermediária	1.743.471	2.947.934	69
Zona Suburbana II	376.279	605.470	61
RA Bangu	222.669	372.433	61
RA Anchieta	153.610	233.037	52
Zona "Rural"	239.277	323.251	35
RA Campo Grande	176.155	230.324	31
RA Santa Cruz	63.122	92.927	47
Subúrbios Periféricos I	883.298	1.588.942	80
Duque de Caxias ¹	241.026	431.391	19
Nilópolis	95.111	128.611	35
Nova Iguaçu ²	356.645	727.140	104
São João de Meriti	190.516	302.394	59
Subúrbios Periféricos I	244.617	430.271	76
São Gonçalo ⁴	244.617	430.271	76
TOTAL	4.618.266	6.595.377	41

[1 - Inclui Xerém; 2 - Inclui Cava; 3 - Inclui Ipiúba; 4 - Inclui Impu.

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970 (estado da Guanabara). *Censo Demográfico de 1960 (estado do Rio de Janeiro). **Censo Demográfico de 1970 (estados da Guanabara e Rio de Janeiro)].

Fonte: ABREU, 2008, p. 27.

Outro elemento determinante na transição do rural para o urbano na região é relatado no trabalho de Pedroza (2003): os conflitos de terra nos chamados, pela autora, *sertões cariocas*, correspondentes a terras da atual Baixada Fluminense. Mesmo não se referindo especificamente à antiga Zona Rural da Cidade, o estudo de Pedroza possibilita que identifiquemos proximidades e semelhanças entre a região que estamos analisando e os sertões cariocas. E quais aspectos comuns seriam esses? O primeiro é o fato de que uma mesma lógica de ocupação das áreas de produção e do uso da terra foi seguida nessas regiões. O segundo diz respeito à maneira análoga de como elas foram transformadas em espaços de especulação imobiliária, o que expulsou os trabalhadores rurais e criou um processo de luta pela terra, conforme apresentado pela autora.

Não nos cabe, aqui, fazer um exame desse processo de luta, mas perceber a mudança na dinâmica do uso da terra. Como dito, a especulação imobiliária que se deu na Baixada também ocorreu em regiões como Campo Grande, especialmente a partir da década de 1950.

Assim, os territórios da Zona Rural foram utilizados para empreendimentos imobiliários, loteamentos e similares. A especulação, é evidente, altera a dinâmica do uso da terra e abre caminho para um processo de urbanização forçado pelos interesses do capital, que atinge diretamente a população cujo sustento está na utilização da terra.

Encontramos, então, na antiga Zona Rural, uma convivência cada vez maior do crescimento populacional com a especulação imobiliária e do rural com o urbano, ainda que a região continuasse a ser chamada de *Zona Rural*. As transformações no uso da terra, associadas à crise da produção de laranja, principal atividade agrícola de Campo Grande e Nova Iguaçu até o final da década de 1940, contribuíram de forma definitiva para o desmoronamento do mundo rural e a chegada da urbanização.

A década de 1960 pode ser considerada um divisor de águas para a região. É nesse decênio, por exemplo, que o então governo do estado da Guanabara cria as três primeiras Regiões Administrativas da Cidade, entre elas se encontra Campo Grande. Nesse contexto, a chegada das primeiras indústrias, o aumento populacional, o crescimento do comércio e, conseqüentemente, da circulação de pessoas na região impulsionam uma ampliação de ofertas de todo o tipo e iniciam tempos bastante diferentes daqueles anteriores. As transformações provocadas por todos esses fatores serão analisadas mais detalhadamente quando tratarmos, de modo particular, da história do bairro de Campo Grande e sua região.

Figura 2: Rua Coronel Agostinho, Centro de Campo Grande – Década de 1960



Fonte: <<http://www.pcg.com.br/>>.

Figura 3: Calçadão de Campo Grande – 2012



Fonte: Jornal *O Globo*. Fotografia de Carlos Ivan, novembro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/campo-grande-um-bairro-em-crescimento-no-rio-6899461>>.

A fotografia da Rua Coronel Agostinho nos anos 1960, que se tornará o calçadão de Campo Grande, comparada à imagem deste (Figura 3), deixa claro como o processo metamórfico ocorrido entre 1960 e 1990 transformou a paisagem do bairro. O calçadão de

Campo Grande, construído em 1976 com projeto paisagístico de Roberto Bourlemax, é um exemplo emblemático desse processo, que não se limitou, entretanto, a esse espaço. Por todo o bairro de Campo Grande particularmente, e por toda a Zona Oeste, como concebida hoje, é possível notar as marcas da mudança.

A expressão *Zona Oeste* é recente, passou a ser mais utilizada na década de 1980, porém não encontramos trabalhos de pesquisa ou referências que determinassem quando, de fato, teria surgido o uso da expressão. Todavia, topamos com uma única referência que aborda a motivação para o surgimento do nome: *O velho oeste carioca*, livro de Mansur (2008):

Por estar deixando de ser essencialmente rural, ficou em aberto como nomear a região que integraria o recém-criado Estado da Guanabara. Quem pensa que o nome de Zona Oeste surgiu naturalmente está bem enganado. A ideia de usar este nome por estarem localizados na região oeste da cidade, surgiu por iniciativa do professor Moacyr Barros Bastos e de Miguel Borges, um dos mais importantes nomes do Cinema Novo. Como os cinemas existiam em profusão exibiam curtas-metragens antes das películas, Moacyr e Miguel angariaram recursos e filmaram o curta “Zona Oeste”, de apenas oito minutos, com depoimentos de moradores e um resumo da história local. O filme foi distribuído de graça pelos cinemas da região e ficou em cartaz por três meses, o que serviu para consolidar a denominação Zona Oeste, que permanece até hoje, porém não mais Zona Oeste do Estado da Guanabara, mas, sim, da cidade do Rio de Janeiro. (MANSUR, 2011, p. 23)

Diante desse relato, uma questão não pode deixar de ser ressaltada e comentada. Ela diz respeito à temporalidade do surgimento da denominação Zona Oeste. Se realmente o período é a década de 1960 por conta da criação do estado da Guanabara, temos uma contradição, pois os censos de 1960 e 1970, documentos oficiais, utilizam a nomeação Zona Rural, demonstrando que a região ainda era assim chamada pelo menos até o início de 1970.

Em uma análise que se diferente da realizada por Mansur (2008), levamos em consideração que o nome Zona Oeste pode ter sido gerado pela percepção dos próprios moradores da região, influenciados pelas mudanças na configuração do lugar, que, assim, não carregaria mais o estigma do atraso no nome. É a partir do final de 1950, e sobretudo ao longo das décadas de 1960 e 1970, que a expressão *rural* ganha contornos negativos, em função da própria conjuntura do Brasil, que buscava superar o ruralismo para se inserir na modernidade da realidade urbana.

Pesquisando os Planos Diretores de até 1992, percebe-se que os mesmos não criam uma divisão da Cidade que nomeie a região como Zona Oeste; o que se encontram, efetivamente, são zoneamentos que obedecem a outra lógica de segmentação. Dessa maneira, a denominação Zona Oeste ainda é cercada de incertezas e especulações. O que se tem de concreto é o uso dela atualmente como forma consolidada de uma região que, no entanto, não

é uniforme. A Zona Oeste do Rio de Janeiro é composta por bairros e sub-bairros diversos em suas questões econômicas, sociais, culturais e de infraestrutura.

Ela é uma região que representa aproximadamente 60% da área do Município. Segundo o censo do IBGE de 2010, a Zona Oeste possui as Regiões Administrativas mais populosas da Cidade: Jacarepaguá e Campo Grande. É nela também que encontramos o bairro mais distante do Centro do Rio de Janeiro – Sepetiba, que fica a cerca de setenta quilômetros dele. Além desses bairros, a Zona Oeste agrega a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, áreas que possuem o metro quadrado cujo preço compete com regiões nobres da Zona Sul.

Com relação ao seu nível populacional, podem-se levar em consideração os números da Tabela 4, que apresenta os censos de 2000 e 2010 e projeções para até 2020. Essa tabela se organiza por regiões administrativas, que, em sua maioria, são formadas por mais de um bairro. Interessa-nos a Região Administrativa de Campo Grande, composta pelos bairros Santíssimo, Vasconcelos, Campo Grande, Inhoaíba e Cosmos.

Tabela 4 : Estimativas das populações residentes totais segundo as Regiões Administrativas do Rio de Janeiro

Tabela 2: Estimativas das Populações para o Total das Regiões Administrativas
ESTIMATIVAS DAS POPULAÇÕES RESIDENTES TOTAIS, SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, EM 1º DE JULHO DOS ANOS DE 2013 A 2016 E 2020

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS	POPULAÇÕES CENSITÁRIAS (1º de agosto)		POPULAÇÕES ESTIMADAS (1º de julho)				
	2000	2010	2013	2014	2015	2016	2020
TOTAL	5.857.904	6.320.446	6.466.736	6.497.728	6.527.441	6.556.044	6.661.359
ANCHIETA	154.608	158.318	159.491	159.740	159.978	160.208	161.052
BANGU	420.503	428.035	430.417	430.922	431.406	431.871	433.586
BARRA_DA_TIJUCA	174.353	300.823	340.822	349.296	357.420	365.241	394.037
BOTAFOGO	238.895	239.729	239.993	240.049	240.102	240.154	240.344
CAMPO_GRANDE	484.362	542.084	560.340	564.208	567.916	571.485	584.628
CENTRO	39.135	41.142	41.777	41.911	42.040	42.164	42.621
CIDADE_DE_DEUS	38.016	36.515	36.040	35.940	35.843	35.750	35.409
COMPLEXO_DO_ALEMAO	65.026	69.143	70.445	70.721	70.985	71.240	72.177
COPACABANA	161.178	161.191	161.195	161.196	161.197	161.198	161.201
GUARATIBA	101.205	123.114	130.043	131.511	132.919	134.273	139.262
ILHA_DE_PAQUETA	3.421	3.361	3.342	3.338	3.334	3.330	3.317
ILHA_DO_GOVERNADOR	211.469	212.574	212.923	212.998	213.069	213.137	213.388
INHAUMA	130.635	134.349	135.524	135.772	136.011	136.241	137.086
ITAJA	202.967	202.952	202.947	202.946	202.945	202.944	202.941
JACAREPAGUA	469.682	572.617	605.173	612.070	618.682	625.047	648.484
JACAREZINHO	36.459	37.839	38.275	38.368	38.457	38.542	38.856
LAGOA	174.062	167.774	165.785	165.364	164.960	164.571	163.139
MADUREIRA	374.157	371.968	371.276	371.129	370.988	370.853	370.355
MARE	113.807	129.770	134.819	135.888	136.914	137.901	141.535
MEIER	398.486	397.782	397.559	397.512	397.467	397.423	397.263
PAVUNA	197.068	208.813	212.528	213.315	214.069	214.795	217.470
PENHA	183.194	185.716	186.514	186.683	186.845	187.001	187.575
PORTUARIA	39.973	48.664	51.413	51.995	52.553	53.091	55.070
RAMOS	150.403	153.177	154.054	154.240	154.418	154.590	155.222
REALENGO	239.146	243.006	244.227	244.485	244.733	244.972	245.851
RIO_COMPRIDO	73.661	78.975	80.656	81.012	81.353	81.682	82.892
ROCINHA	56.338	69.356	73.473	74.346	75.182	75.987	78.951
SANTA_CRUZ	311.289	368.534	386.639	390.475	394.152	397.692	410.726
SANTA_TERESA	41.145	40.926	40.857	40.842	40.828	40.814	40.765
SAO_CRISTOVAO	70.945	84.908	89.324	90.260	91.157	92.020	95.199
TIJUCA	180.992	181.810	182.069	182.124	182.176	182.227	182.413
VIGARIO_GERAL	135.311	136.171	136.443	136.501	136.556	136.609	136.805
VILA_ISABEL	186.013	189.310	190.353	190.574	190.785	190.989	191.740

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Elaboração: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro – IPP.

Nota-se que, em 2010, a população de Campo Grande ultrapassa quinhentos mil habitantes e a de Santa Cruz é superior a trezentos e cinquenta mil. Se somadas, as duas Regiões Administrativas acumulam novecentos mil habitantes e, sendo a projeção para 2020 concretizada, elas terão mais de um milhão de habitantes; isso sem acrescentarmos Jacarepaguá, Bangu e Barra da Tijuca, que elevariam a população da Zona Oeste a números que superam dois milhões de habitantes – dado bastante relevante quando se trata de crescimento populacional.

Conjunto espacial tão extenso e ao mesmo tempo tão distinto, a Zona Oeste da Cidade é configurada por contradições e um aumento da população nem sempre planejado. Nesse contexto, deparamo-nos com múltiplas realidades englobadas em uma mesma região – pelo menos oficialmente. Se no aspecto populacional ela é a região que concentra uma enorme parcela dos cariocas, a sua identidade é marcada pela diversidade. Pelos indicadores econômicos, sociais e culturais, observam-se diferenças agudas entre bairros como, por exemplo, Recreio dos Bandeirantes e Paciência, que tiveram sua distância espacial diminuída com a construção do Túnel Vice-Presidente da República José Alencar, conhecido popularmente como Túnel da Grota Funda. Essas mesmas diferenças são perceptíveis em sub-bairros de Campo Grande, como São Geraldo e Rio da Prata.

Para além da diversidade socioeconômica e cultural, o que se entende por Zona Oeste abarca igualmente uma diversidade espacial significativa, pois não se limita, por exemplo, às Regiões Administrativas e bairros que integram a Área de Planejamento 5 (AP5) – Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz; dela também fazem parte as Regiões Administrativas e bairros da Área de Planejamento 4 (AP4) – Jacarepaguá, Cidade de Deus e Barra da Tijuca.

Uma pergunta ainda ressoa: o surgimento do nome Zona Oeste é motivado apenas por sua posição geográfica no território da Cidade ou envolve elementos de proximidade variados? Esta é uma questão das mais difíceis, e a sua resposta pode ser construída ao longo deste trabalho; mas, até aqui, o que temos sobre a região é a sua construção histórica e memória coletiva. E é exatamente isso que nos parece mais importante: compreender o que é a Zona Oeste, ou ainda o que são as “Zonas Oeste”, e como sua formação espacial possibilitou a edificação de significados distintos. Em outras palavras, a memória em uma relação com o espaço pode nos auxiliar a entender melhor a região. Não será possível, porém, traçar uma análise única da Zona Oeste, justamente por ser o seu caráter múltiplo e híbrido.

A região de Campo Grande possui sua constituição histórica vinculada à ocupação do que é hoje a cidade do Rio de Janeiro. Desde o século XVI, quando a Cidade é fundada, mesmo as regiões mais distantes do Centro são ocupadas e convertidas em áreas que atendiam às demandas deste; com Campo Grande não foi diferente.

A cidade do Rio de Janeiro, em função da forte influência da Igreja Católica, era, nos seus primórdios, segmentada em freguesias ou paróquias, isto é, a partir de um critério eclesiástico, que submetia os territórios à jurisdição religiosa. Com o tempo, esses territórios passaram a obedecer a uma jurisdição administrativa, mas muitos deles conservaram os nomes de suas antigas freguesias.

O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 transveste a Cidade em Município Neutro; após a Proclamação da República, com a Lei Orgânica nº 85 de 1892, ela passa a ser Distrito Federal. A partir de 21 de abril de 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, é criado o estado da Guanabara, que dura até 1975, quando ocorre a sua fusão com o estado do Rio de Janeiro, nascendo, assim, o município do Rio de Janeiro, capital do estado homônimo. Todas essas modificações nos ajudam a entender a importância da Cidade no contexto nacional.

Se durante o Império o atual município do Rio de Janeiro possuía ainda uma divisão territorial influenciada pela Igreja Católica, a sua organização por freguesias existia desde o século XVI, quando a primeira foi fundada em 20 de fevereiro de 1569 – a de São Sebastião. Seguindo-se a cronologia das fundações, encontramos vinte e uma freguesias instituídas entre 1634 e 1873. A que nos interessa, de Campo Grande, é uma das mais antigas, sendo criada, de acordo com Santos (1965), em 1673. Todavia, a ocupação de Campo Grande data de 17 de novembro de 1603, ou seja, alguns anos antes da própria criação da freguesia. Em outras publicações, a instituição da freguesia de Campo Grande em 1673 é atrelada à construção da capela original da Paróquia Nossa Senhora do Desterro e resultante do desmembramento da freguesia do Irajá, fundada em 1644.

Mas por que o nome Campo Grande? Na explicação de Bastos (1974), seria devido à característica do lugar – campo largo, extenso, grande – onde foi erguida a capela original a que nos referimos acima. Não há dúvida de que a extensão territorial da freguesia contribuiu para a sua denominação. Segundo Santos (1965), ela possuía uma dimensão ainda maior que a do atual bairro, pois dela faziam parte Bangu, Santa Cruz e Realengo. A freguesia de Santa Cruz foi fundada apenas em 1833.

As formas de segmentação da Cidade foram várias até a criação das Administrações Regionais (RA) em 1961, sendo a de Campo Grande uma das primeiras fundadas, no ainda estado da Guanabara⁴, certamente uma demonstração da importância do lugar para os interesses administrativos e políticos da época.

Como dissemos, a narrativa histórica sobre a fundação da freguesia de Campo Grande surge subordinada à construção da capela original, em 1673, da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro. A igreja atualmente localizada no centro do bairro de Campo Grande não é a mesma de 1673, que foi destruída por um incêndio em 1882.

O território dessa freguesia está localizado em um grande vale cercado por montanhas de baixa e média estaturas, contribuindo para a existência de um clima considerado saudável, conforme algumas descrições que datam da época colonial e do Império. Ela era repleta de engenhos e fazendas – das quais podemos destacar a Fazenda do Barata, a do Monte Alegre, a do Juriari e a da Paciência –, além de pequenas plantações de cana de açúcar em diversos sítios, próximos dos povoados e lugarejos.

Note-se que, até o início do século XX, como Santos (1965) ressalta, a indústria da freguesia é representada por duas importantes fábricas: a de cerâmica, na Fazenda do Barata, e a de tecidos, em Bangu. Outros aspectos de Campo Grande, para além de sua vocação agrícola expressa nas fazendas e sítios existentes, serão elencados a seguir.

A ferrovia chega a Campo Grande em 1878. Localizada na área central da freguesia, a estação de trem é inaugurada em 2 de dezembro do mesmo ano, facilitando o escoamento da produção agrícola da região para o Centro do então Município Neutro, ao contribuir para a diminuição dessa distância.

O abastecimento de água, por sua vez, é aberto ao público em 10 de abril de 1883. Segundo Bastos (1974), isso só foi possível por conta da mudança na localização do matadouro da Cidade em 1880, que foi transferido do Centro para Santa Cruz. Como se precisaria de água para o matadouro e a mesma seria levada da Serra do Mendanha, a proprietária desta área, Maria Teixeira Alves, só aceitou vendê-la com a condição de que a água seria partilhada com Campo Grande.

⁴ As divisões setoriais de caráter tributário, ou mesmo de conservação e limpeza, já existiam. A iniciativa de se criar uma divisão administrativa sob a rubrica “Coordenação dos Serviços Locais” ocorre somente a partir de 1961, quando o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, institui em caráter experimental as Regiões Administrativas para três grandes áreas da Cidade: São Cristóvão, Campo Grande e Lagoa.

A luz elétrica alcança Campo Grande em 1919, um pouco mais tarde que outras regiões afastadas da Cidade, possibilitando, ainda assim, a chegada do cinema e dos bondes elétricos.

O crescimento populacional da freguesia no início do século XX, bem como importantes informações sobre a sua população, encontra-se no famoso censo de 1906, realizado na administração de Pereira Passos. Esses dados podem ser consultados na obra *O censo de 1906 do Rio de Janeiro*⁵, editada em função das comemorações, em 2015, dos 450 anos de fundação da Cidade. Analisemos alguns desses dados a fim de que conheçamos um pouco mais a freguesia, sua população e seu modo de vida nos primeiros anos do século XX.

Em 1906, Campo Grande possuía duas seções de recenseamento, possivelmente em função da extensão do então Distrito Municipal, nova nomenclatura estabelecida pela República. O censo desse ano aponta que a população de Campo Grande era de 31.248 habitantes, em sua maioria analfabetos – cerca de 21.718 habitantes. O aspecto rural presente na região, já discutido neste capítulo, auxilia-nos a detectar o modo de vida no Distrito no início do último século.

A chamada *vocação para a agricultura* fez de Campo Grande, nas primeiras décadas do século XX, a maior região produtora de laranja da cidade do Rio de Janeiro, disputando com Nova Iguaçu a hegemonia dessa atividade. Mas não só de laranja vivia a sua produção agrícola, outros gêneros e hortaliças eram cultivados nos inúmeros sítios e chácaras. Como foi dito, é em 1950 que a ruralidade da região começa a ser alterada com o surgimento de loteamentos das terras dedicadas à lavoura, processo que se intensificou nas décadas seguintes com o aumento da população.

A construção de conjuntos habitacionais entre 1960 e 1980 e a ocupação de várias áreas de Campo Grande a partir de 1962 determinaram a chegada de novos tempos para a região. No período de 1962 a 1979, a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro edificou os seguintes empreendimentos imobiliários: Conjunto Santa Margarida, Conjunto Campinho, Conjunto Cesário de Melo e Conjunto Miguel Gustavo, conjuntos habitacionais de grande porte que contribuíram ainda mais para o aumento populacional no bairro. A rigor, o crescimento significativo de Campo Grande entre essas décadas foi devido à construção de loteamentos, que acabaram dando origem a inúmeros sub-bairros, estes, em sua maioria, com boa estrutura de moradia. A empresa ECIA Irmãos Araújo é uma pioneira nesse tipo de empreendimento. Ela vendia, e ainda vende, propriedades em lotes urbanizados, além de

⁵ SENRA, N. de C. (Org.). *O censo de 1906 do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2012.

casas que atendiam a uma classe média em ascensão ou oriunda dos aluguéis das zonas Norte e Sul da Cidade, como foi o caso do Bairro Adriana, próximo à Estrada da Posse.

A proletarização da região começa a se intensificar somente no final da década de 1980, tornando-se mais aguda nos anos 1990. Sendo assim, Campo Grande se desenvolveu com uma população de bom poder aquisitivo, e isso se expressa na força do comércio do bairro, que sempre se destacou em relação a outros da Zona Oeste. O que denominamos *proletarização* se refere a um fenômeno não exclusivo a Campo Grande, mas muito comum nos subúrbios do Rio de Janeiro. Ele consiste na transformação de bairros em dormitórios, o que se dá pelo fato de muitos moradores trabalharem no Centro da Cidade (a sessenta quilômetros de Campo Grande, por exemplo) ou na Zona Sul e retornarem aos seus bairros apenas para dormir. Atualmente, todavia, a realidade de Campo Grande é outra, em função principalmente da expansão tanto dos setores de comércio e serviços como do setor industrial.

A ampliação do comércio e de outros negócios em Campo Grande e na própria região vem colaborando cada vez mais para que os moradores trabalhem no bairro ou em suas proximidades, não exigindo um grande deslocamento. A Tabela 5 traz dados de 2009 e 2010 relativos ao número de estabelecimentos de diversos setores produtivos na região, dados esses que possibilitam compreender o motivo pelo qual existe nela uma demanda por mão de obra.

É necessário pontuar que o crescimento da população e do comércio em Campo Grande não foi acompanhado do desenvolvimento de espaços destinados ao lazer e à cultura, do sistema público de transportes e da melhora de outras tantas faltas problemáticas para os moradores.

Tabela 5: Número de estabelecimentos por porte e setor 2009/2010 - Região Administrativa de Campo Grande

TABELA 7 - REGIÃO ADMINISTRATIVA CAMPO GRANDE - N.º DE ESTABELECEMENTOS POR PORTE E SETOR 2009/2010.												
Setor \ Porte	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total		Percentual	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Micro	771	904	3.528	3.828	3.435	3.613	30	23	7.764	8.368	88,7	88,5
Pequena	63	87	431	458	327	354	1	2	822	901	9,4	9,5
Média	19	23	46	49	45	54	1	0	111	126	1,3	1,3
Grande	2	2	20	26	30	32	0	1	52	61	0,6	0,6
Total	855	1.016	4.025	4.361	3.837	4.053	32	26	8.749	9.456	100,0	100,0
MTE / RAIS 2010												

Fonte: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – RIO DE JANEIRO (SEBRAE/RJ). *Informações socioeconômicas da Região Administrativa Campo Grande*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/BAE38E2D7D9A6CE9832579570065E12F/\\$File/Campo%20Grande.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/BAE38E2D7D9A6CE9832579570065E12F/$File/Campo%20Grande.pdf)>.

Observa-se que a maior concentração de estabelecimentos está no comércio (4.361 em 2010) e nos serviços (4.053 no mesmo ano), característica da região e sua economia. Assim, esses são os postos que mais empregam trabalhadores e trabalhadoras, que podem agora exercer suas atividades profissionais mais perto de onde moram, e isso, evidentemente, confere à região uma nova realidade.

O aumento da população agregado ao desenvolvimento econômico concedem ao bairro hoje uma conjuntura de cidade, sendo considerado pela Prefeitura uma região que ainda comporta crescimento imobiliário e populacional. Nesse sentido, Campo Grande vem assistindo, desde a metade da década de 1990, à construção de inúmeros empreendimentos imobiliários, entre eles o *West Shopping* e o *Park Shopping* Campo Grande. O primeiro, inaugurado em 1997, localiza-se na Estrada do Mendanha, próximo à Avenida Brasil; o segundo, pertencente ao grupo Multiplan, foi inaugurado recentemente, em 2012, e fica localizado na Estrada do Monteiro, caminho para a Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e praias de Guaratiba e Grumari.

Associada à elevação do número de habitantes e ao processo de urbanização desordenada, a atividade industrial se estabelece em Campo Grande na década de 1970, com a instalação do parque industrial da francesa *Michelin*, na Estrada da Cachamorra, e a criação do distrito industrial de Campo Grande, na Avenida Brasil:

No decorrer dos anos de 1970, têm-se a implantação efetiva de cinco distritos industriais na cidade do Rio de Janeiro, dos quais quatro estão na Zona Oeste (Santa Cruz, Palmares, Paciência e Campo Grande), somente o

distrito industrial de Fazenda Botafogo, que apresenta uma origem específica está localizado em outra área da cidade. (DAMAS, 2008, p. 18)

A fundação do distrito industrial de Campo Grande fazia parte de um projeto maior pensado no ainda estado da Guanabara. Tal projeto visava a um crescimento econômico baseado na criação e manutenção de indústrias no território do estado, o que, como consequência, aceleraria o processo de urbanização e industrialização de áreas predominantemente rurais, as quais apresentavam tanto potencial de ocupação quanto condições ambientais favoráveis. No caso de Campo Grande, o adensamento populacional já era bastante significativo na época, de modo que ocorreu independente da implantação das indústrias.

O distrito industrial de Campo Grande começou a funcionar com quatro indústrias e, atualmente, possui vinte e três em funcionamento. A maior parte delas pertence a dois setores: o químico e o da construção civil. A existência do distrito, no entanto, não ofusca a atividade econômica que prevalece na região – o comércio. Presente no calçadão da área central do bairro, bem como nos seus três *shopping centers* (*West Shopping*, *Passo Shopping* e *Park Shopping* Campo Grande), o comércio continua sendo a atividade mais lucrativa de Campo Grande, que mais movimenta a sua economia e gera empregos. Somente o calçadão do bairro tem, por exemplo, uma média de circulação de cerca de 2.500 pessoas por dia.

O predomínio da atividade comercial, a existência de um distrito industrial em Campo Grande desde a década de 1970, e a drástica redução das atividades agrícolas – que basicamente ficaram restritas às áreas do Rio da Prata⁶ e à Serra do Mendanha – são sinais de que o processo de urbanização, de fato, se estabeleceu na região e se faz hoje dominante, mesmo com todos os problemas que diversas localidades ainda enfrentam, relacionados a transporte, saneamento, moradia, educação, saúde e segurança.

Em um recente artigo sobre política habitacional em Campo Grande, Fonseca (2012) volta-se para a ascensão imobiliária na região a partir da década de 1990. Nessa época, a Zona Oeste obteve um grande aumento demográfico, acima de 10%, e Campo Grande cresceu em 22% sua quantidade de habitantes. As oportunidades para as camadas médias da população – com maior poder aquisitivo e capacidade de endividamento – resultaram em mudanças na construção de habitações:

Em 1992, Campo Grande concentrou 71,4% das unidades residenciais lançadas na Zona Oeste, representando 33% do município (*apud* ADEMI,

⁶ Mesmo essas áreas vêm passando, nos últimos dez anos, por um processo de transformação com o surgimento de empreendimentos imobiliários condominiais.

2000). Já o Censo de 2000 apontou que, de 1996 a 2000, a taxa de crescimento foi de 10,6%, enquanto a do município foi de 5,2%. Percebe-se também que a chegada do *West Shopping* contribuiu para o adensamento da população. Nos anos 2000 os lançamentos imobiliários sofreram um *boom*, contabilizando quase duas mil e quinhentas novas unidades habitacionais, representando 53,4% de toda a Zona Oeste (*apud* MACEDO, 2002). Vale ressaltar que o setor imobiliário encontrou condições favoráveis à sua produção visto também que a região já apresentava infraestrutura consolidada e muitas áreas adensáveis. (FONSECA, 2012, p. 6)

O século XXI traz a intensificação da expansão imobiliária, e desde então Campo Grande vem comportando a construção de novas moradias e prédios comerciais, que abrigam escritórios, consultórios, entre outros.

Dando sequência, em 2008, Campo Grande ocupou o terceiro lugar no *ranking* de lançamentos imobiliários na cidade (10%), perdendo somente para a Barra da Tijuca (39%) e Jacarepaguá (19%). Já em 2009, reuniu o maior número de imóveis novos – aproximadamente duas mil e seiscentas moradias, superando a Barra da Tijuca. Em 2010, o aumento do setor imobiliário em Campo Grande foi de 25,5%, com cerca de onze mil novas unidades habitacionais. (FONSECA, 2012, p. 6)

Ao analisarmos os múltiplos processos e acontecimentos expostos até o momento, podemos identificar uma reconfiguração social e espacial pela qual o bairro passou e continua passando, em função, especialmente, das intervenções do capital imobiliário e do poder público. Tais intervenções contam com o apoio governamental, que, ao apontar a região como uma das mais propícias ao estabelecimento de empreendimentos imobiliários por conta de sua baixa densidade demográfica, contribui para a atuação do capital no espaço. Como afirma Harvey (2006), esse mecanismo faz parte de uma nova forma de governança da cidade, em que o administrativo dá lugar ao empreendedorismo.

Em Campo Grande, podem-se encontrar empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão, como relatado por Fonseca:

Estes são alguns dos empreendimentos multifamiliares recentemente construídos ou em construção: *Atlantis Park*, *Premium*, *Maiori Residencial*, Jardim Europa, “*ECOWAY*: meu mundo”, entre outros. Estes condomínios estão localizados próximos a vias com acesso facilitado ao subcentro do bairro e ao centro da cidade. Vale ressaltar o Jardim Europa, que se destaca pelo alto padrão de seus imóveis, onde o mais barato apresenta um valor mais elevado que alguns apartamentos na Barra da Tijuca, bairro conhecidamente de classe média e alta. Também há uma produção de condomínios fechados e casas unifamiliares de padrão médio/alto. (FONSECA, 2012, p. 7)

Ao mesmo tempo, a região acolhe imóveis do programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal em parceria com a Prefeitura, destinados à população de baixa renda. Ao

contrário dos listados acima por Fonseca (2012), estes imóveis se localizam distante da estação ferroviária e do centro do bairro de Campo Grande. Estão situados nas suas áreas periféricas e fronteiriças ou ainda em Cosmos e Inhoaíba, bairros que também integram a XVIII Região Administrativa.

Figura 5: Condomínio Minha Casa Minha Vida em Cosmos



Fonte: Fotografia de Priscilla Rodrigues Fonseca, setembro de 2011. Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/13378/POL%20?sequence=1#8@B.pdf>>.

O programa MCMV foi criado pelo Governo Federal em 2009 e, desde então, a região vem sendo uma das mais atendidas por ele. O programa é considerado a primeira política habitacional em larga escala após o fim do Banco Nacional de Habitação, e foi criado com a proposta de incentivar o investimento privado na construção de habitações voltadas para a população de baixa renda, que poderia, assim, obter a tão sonhada casa própria.

Porém, a maioria das moradias está instalada em locais periféricos, que possuem pouca ou nenhuma estrutura de transporte, saúde, educação, lazer e trabalho. Essa escolha não é aleatória; ela está ligada ao custo do investimento, pois, com a valorização de diversas áreas do bairro de Campo Grande, a saída encontrada para que o lucro fosse garantido foi buscar terrenos de preços módicos.

O crescimento imobiliário e populacional do bairro provoca várias alterações tanto na sua paisagem quanto na composição dos modos de vida de seus habitantes, despertando novos hábitos e necessidades. A partir dessa constatação, pode-se afirmar que:

O atual estado de Campo Grande corresponde à mesma lógica que o categoriza como local periférico da cidade, os novos empreendimentos contribuem para a divisão econômica e social do espaço. Ratifica-se a

valorização da terra em algumas localidades e a exclusão dos menos abastados, que têm sido “empurrados” em direção a bairros carentes. Além disso, a própria extensão do bairro favorece divisões internas de sua população, propiciando simultaneamente a possibilidade de diferentes níveis de valorização imobiliária, favelas e loteamentos irregulares, muito carentes em estrutura urbana. O conforto e qualidade interferem no preço da terra que estão relacionados à acessibilidade e às amenidades, de maneira que o pobre acaba por excluído da possibilidade de melhores moradias e qualidade de vida. (FONSECA, 2012, p. 9)

O momento atual da história do bairro é marcado pela transversão de um lugar que sempre manteve características residenciais, onde as relações entre os moradores eram muito próximas e o sentimento de pertencimento, muito significativo. O quadro de mudanças não poupou nem elementos e espaços tradicionais de Campo Grande. O fechamento de dois deles, nos últimos três anos, é expressão desse momento.

O primeiro tratava-se do colégio particular Belisário dos Santos, que funcionou por mais de setenta anos no centro do bairro. Seu prédio foi demolido, o terreno, vendido e transformado em estacionamento. Embora vinculado às camadas mais abastadas da população, perdia-se ali um espaço de tradição de Campo Grande, um ícone de seu passado. O fim de suas atividades, em 2012, não foi notícia na imprensa. O máximo que se encontra é uma publicação no perfil Antigo Campo Grande na página do *Facebook*⁷.

Figura 6: Fachada do Colégio Belisário dos Santos ainda em funcionamento



Fonte: <<http://www.cantinasdotiojulio.com.br/Escolas/belisario.htm>>.

⁷ Publicação de 13 de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/antigocg?fref=ts>>

Figura 7: Fotografia do local após a demolição do Colégio Belisário dos Santos



Fonte: Fotografia de Emanuel Paiva, maio de 2014.

O segundo espaço tradicional era a loja Silbene, que possuía cerca de duzentos funcionários e comercializava artigos de papelaria, informática, brinquedos, relógios, artigos para festas, livros, fotografias e outros. A loja funcionou por cinquenta e dois anos no bairro, não tinha filiais e era considerada pelos moradores um patrimônio de Campo Grande, o que não impediu seu fechamento⁸.

Figura 8: Fachada da loja Silbene ainda em funcionamento



Fonte: <https://fbcdn-sphotos-e-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpf1/t31.0-8/p180x540/10931044_833960433312365_7909918310844737385_o.jpg>.

⁸ O fechamento da loja Silbene foi destaque em 20 de março de 2012 no *site* <<http://jornaloesteemfoco.blogspot.com.br/2012/03/silbene-anuncia-seu-fechamento-apos-52.html>>.

Desses dois exemplos, compreende-se que a atual dinâmica de mudanças ocorridas no bairro representa uma etapa de sua história, pois, ao mesmo tempo em que Campo Grande cresce do ponto de vista da ocupação, sofre alterações em sua configuração tradicional. Muitas dessas transformações estão relacionadas às novas formas de uso do espaço e aos interesses do capital.

Não estamos diante de uma narrativa convencional, mas da aglutinação de informações e análises que são fundamentais para se entender o que foi e o que vem sendo a região de Campo Grande, seu processo histórico, ainda pouco estudado por pesquisadores, tendo uma produção acadêmica incipiente. Dessa maneira, a apresentação da história da região e do bairro se faz essencial para a edificação deste estudo.

Concomitantemente, compreendemos que o trabalho da memória é indispensável no aprofundamento desse processo histórico. A memória assume, aqui, um papel amplo, e mesmo que tenhamos críticas às abordagens de uma memória coletiva meramente impulsionada pela força dos grupos sociais, percebemos a contribuição de Halbwachs (2004) de modo notável quando acionada como fonte teórica que possibilita a narrativa da história de um lugar.

De acordo com Halbwachs, os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas de se obter o que passou. São, na verdade, correntes de pensamento e experiências, onde é possível reencontrar nosso passado. E isso faz da memória mais que uma simples lembrança:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (HALBWACHS, 2004, p. 71)

Simultaneamente, faz-se necessário ressaltar que a história de Campo Grande não se encontra nos grandes manuais e tampouco nos livros didáticos. Ela foi e continua sendo construída por seus muitos atores, por sua dinâmica específica. O trabalho da memória, como dito, propicia-nos contar essa história, utilizando todos os recursos e elementos que são aceitos pela memória, seja ela coletiva ou individual.

Não se trata de uma memória nacional, mas da memória de grupos quase sempre marginalizados. Pensamos nessa memória coletiva como sendo também desses grupos, que tentam por meio da organização ter voz e vez, e que estão, aqui, simbolizados na narrativa de Campo Grande.

A memória ganha, então, contornos mais amplos, escapa ao esquema simples de aprisionamento a grupos sociais estáticos e imutáveis, ligando-se, pelo contrário, àqueles que se alteram no tempo e no espaço.

Trazer à luz memórias marginalizadas e até então desconhecidas é uma tarefa que extrapola a aparente simplicidade. Manipular a memória como elemento importante na pesquisa de um grupo social periférico, bem como no trabalho de fazer emergir e valorizar sua história e narrativas, consiste em um desafio. E Pollak (1989) ajuda-nos a identificar a dimensão dele, ao avaliar que

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. (POLLAK, 1989, p. 8)

Ao narrarmos a história e a memória da região e do bairro de Campo Grande pensados no contexto mais amplo da Zona Oeste da Cidade, realizamos o que o autor expõe da seguinte maneira:

Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. (POLLAK, 1989, p. 8-9)

Nesse sentido, não queremos transformar a memória inaudível em memória nacional, e sim analisar os processos, as lutas e as ações de grupos populares, descortinando histórias e memórias que não são ouvidas nem escritas, mas que possuem potência aglutinadora e reveladora.

A história e a memória tanto da região quanto do bairro de Campo Grande, incluídos, aqui, no cenário da Zona Oeste, são imprescindíveis para entendermos as múltiplas formas de atuação do Núcleo Socialista de Campo Grande (NSCG); para compreendermos o modo como, ao longo de mais de dez anos, esse movimento social se constituiu e se relacionou com os moradores, antigos e novos, e como todas mudanças ocorridas no espaço onde atua o influenciaram.

É na região de Campo Grande que vamos encontrar o movimento social, seus militantes e seu âmbito específico de ação. Assim, julgamos que, para conhecer profundamente o Núcleo e sua atuação, faz-se necessário levarmos em consideração não somente o processo de formação e a realidade atual da região, mas também como os militantes a percebem.

No próximo capítulo, apresento a criação e o desenvolvimento do Núcleo Socialista de Campo Grande a partir dos depoimentos de cinco militantes. Além disso, elaborei uma análise dos conceitos de movimento social, procurando conceber qual deles mais se aproxima das práticas do NSCG.

Venceremos, venceremos,
 mil cadenas habrá que romper,
 venceremos, venceremos,
 la miseria (al fascismo) sabremos vencer.

Campesinos, soldados, mineros,
 la mujer de la patria también,
 estudiantes, empleados y obreros,
 cumpliremos con nuestro deber.

Sembraremos las tierras de gloria,
 socialista será el porvenir,
 todos juntos haremos la historia,
 a cumplir, a cumplir, a cumplir

(Inti Illimani)

3 NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Neste capítulo, abordo a história e a memória do Núcleo Socialista de Campo Grande. Como o movimento não possui fontes escritas, utilizamos a metodologia da história oral para empreender essa reconstrução. Aliada notável nas pesquisas que envolvem grupos e pessoas, tal metodologia pode ser assim compreendida:

O trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a narrativa. (ALBERTI, 2004, p. 77)

As entrevistas foram realizadas seguindo um critério por nós assentado. Delas participaram cinco militantes do NSCG, agrupados da seguinte maneira: lideranças que colaboraram na fundação do Núcleo e lideranças mais recentes, isto é, que passaram a atuar nele após a sua criação. A escolha dos depoentes segue uma lógica metodológica em acordo com a pesquisa, pois nosso objetivo, neste capítulo, é exatamente investigar o processo de formação e atuação do NSCG. Associados ao nosso trabalho de observação e participação, os depoimentos orais cedidos pelos entrevistados formam o arcabouço de fontes às quais recorreremos para o desenvolvimento de nossa análise.

Um dos principais alicerces da história oral é a narrativa. Ela aconteceu, aqui, a partir de uma eleição por nós pré-estabelecida: a formulação de perguntas de caráter aberto, o que

possibilitou ao entrevistado desenvolver uma narrativa mais espontânea. É preciso pontuar que, ao nos referirmos a depoimentos orais como narrativas, estamos pensando nos seguintes termos:

Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse *trabalho da linguagem* em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente, a experiência é comum a todas as narrativas. (ALBERTI, 2004, p. 77, grifo da autora)

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas de forma literal. E esta também foi uma escolha metodológica, pois guarda a fidelidade do depoimento e impede que o pesquisador imprima qualquer marca ou impressão pessoal. As narrativas foram, portanto, preservadas na sua originalidade e, posteriormente, analisadas por nós.

Faz-se necessário ter em vista que entrevistas são fontes – as únicas no caso de nossa pesquisa. Desse modo, convém lembrar que elas,

(...)como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado. No caso da história oral (como em muitos outros), as pistas são relatos do passado, surgidos *a posteriori*, portanto. O passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras. Assim, se dizemos que a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso *não* significa que o passado não tenha existido antes dela. (ALBERTI, 2004, p. 78, grifo da autora)

A análise das fontes orais precisa, então, obedecer a critérios rígidos. Elas possibilitam um diálogo com o passado a partir de variadas versões ou diferentes lugares propostos pelos narradores. Esse processo nos conduz a uma multiplicidade de visões que devem servir de base para o trabalho do pesquisador.

3.1 DE NÚCLEO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES A NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE

Figura 9: Faixa do Núcleo Socialista de Campo Grande em ato contra a Copa do Mundo de 2014



Fonte: Perfil do Núcleo Socialista de Campo Grande na página do *Facebook*. Publicado em 01 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleosocialistaCG/photos/pb.181569775379839.-2207520000.1438059676./303851386485010/?type=3&theater>>.

Como dito anteriormente, a ausência de fontes escritas, visuais ou de qualquer outro tipo de registro faz da história oral e da memória nossas únicas fontes de investigação e análise sobre a formação e a existência do Núcleo Socialista de Campo Grande. Foram entrevistados cinco militantes do movimento social, agrupados de acordo com o seguinte critério: aqueles que o acompanham desde a sua fundação e aqueles que nele atuam posteriormente à sua criação. Do primeiro grupo fazem parte Marina dos Santos Ribeiro e Tobias Tomines Farias. Do segundo, Daniel Domingos de Azeredo, Nílvio Peçanha Pinheiro e Rosineide Cristina de Freitas.

Além das entrevistas empreendidas, acompanhei as ações do NSCG nos últimos quatro anos e meio, participando tanto de suas reuniões mensais como dos atos realizados no calçadão de Campo Grande e demais atividades que envolviam também o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP). Nessas ocasiões, tive, ademais, a oportunidade de ouvir e conversar, ainda que informalmente, com pessoas nelas presentes.

O NSCG é um movimento social que tem em Campo Grande seu âmbito específico de atuação, mas atinge outros bairros da XVIII RA, o que faz dele um movimento coletivo concreto que atua na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

O Núcleo nasce entre os anos de 2002 e 2003 e, como veremos ao longo do capítulo, é oriundo de um núcleo do Partido dos Trabalhadores. O NSCG concentra-se em fortes ações coletivas de formação e mobilização, que acontecem no calçadão de Campo Grande, nas praças dos sub-bairros e, desde 2010, na sede do Instituto de Formação Humana e Educação Popular. Este foi criado a partir do próprio Núcleo e funciona como um espaço exclusivo de formação e união de diversas lutas do movimento popular.

O NSCG tem na essência de sua constituição militantes oriundos do PT e de pastorais sociais da Igreja Católica. Ele possui também uma característica que o difere de outros movimentos, pois aglutina múltiplas ações de outros grupos organizados.

Neste primeiro momento de nossa exposição, faremos uma análise teórica que diz respeito aos conceitos de movimento social, buscando examinar e justificar a consideração do NSCG como um movimento social. Para tanto, iniciamos com a contribuição de Gohn (2011a):

Movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico. Entretanto se solicitarmos a várias pessoas que nos deem exemplos de movimentos sociais, certamente ouviremos citações de fatos históricos bastante distintos. (GOHN, 2011a, p. 242)

O debate teórico sobre a representação do NSCG como movimento social é um elemento relevante na construção desta pesquisa. Seguindo o sentido apontado por Gohn acima, entendemos que o NSCG corresponde a uma ação coletiva organizada, com objetivos claros, e, mesmo que não se encaixe nos modelos clássicos de movimentos sociais, pode ser considerado *um* dentro daquilo que chamamos *novos movimentos sociais*.

Mais adiante, Gohn (2011a) chama a atenção para o fato de que

Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal. Primeiro, porque a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo tem que formar um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. Ser negro, mulher, defender as baleias, ou não ter teto para morar, são adjetivos que qualificam um grupo dando-lhe objetivos comuns para a ação. Mas eles têm uma realidade anterior à aglutinação de seus interesses. Eles têm uma história de experiências culturais. (GOHN, 2011a, p. 245)

É exatamente a partir dessa direção dada por Gohn (2011a) que pensamos o NSCG como movimento social, pois ele possui uma identidade e traços de coletivo social: seus militantes são socialistas e educadores populares; em sua maioria, moradores de Campo Grande; e, acima de tudo, nutrem o desejo de intervir e transformar ativamente a realidade estabelecida.

Na busca por uma definição mais abrangente do que é um movimento social, Gohn (2011a) colabora para isso ao apresentar um segundo aspecto que o distingue e o reconhece como tal:

Uma segunda diferença deve ser feita quanto ao uso ampliado da expressão ao se designar a ação histórica de grupos sociais, tais como o movimento da classe trabalhadora. Aqui se trata de uma categoria da dialética, a de movimento, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico. (GOHN, 2011a, p. 245-246)

A partir disso, é preciso destacar que a maioria dos militantes do NSCG, principalmente aqueles que fazem parte do chamado *núcleo duro*, considera-se membro da classe trabalhadora. Todavia, o Núcleo em si não se autointitula como um movimento específico de classe, mas como, efetivamente, uma ação da classe trabalhadora para a classe trabalhadora.

Uma terceira distinção é ainda colocada por Gohn (2011a):

Uma terceira diferenciação deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais. Tarrow (1982) procurou fundamentar esta diferenciação, distinguindo entre organizações de protesto – como forma de organização social – e eventos de protesto – como forma de ação dos movimentos propriamente ditos. Entretanto, ele considera movimentos como formas de opinião de massa, seguindo uma conceituação, que se tornou clássica, formulada por Tilly (1978): um movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. Para Tilly os movimentos seriam a contraparte não-institucionalizada dos partidos políticos, sindicatos, associações etc., tendo surgido no século XIX como uma ampliação do próprio campo da política. Também lutariam pelo poder e pela institucionalidade de seus interesses, mas de forma desordenada, utilizando-se de procedimentos não convencionais como as passeatas, protestos, atos de violência etc. Trata-se de uma análise em que há um modelo, um padrão ideal de comportamento. Quando transgredido, terá ocorrido uma disfunção no padrão da normalidade, com rompimento das fronteiras do legal. Resulta que a ação social contida no protesto é apreendida apenas em sua dimensão política, com enfoque apenas para o confronto com o instituído-legal, ou com as

autoridades, como observa Melucci (1989). Não atribuímos importância ao componente organizacional dos movimentos no sentido de Tilly, mas ele tem razão ao destacar o caráter não-institucional das ações. (GOHN, 2011a, p. 246)

Dessa maneira, não se podem julgar todas as ações sociais movimento, pois elas possuem especificidades, campos de ação e modos de organização variados. A análise deve ser criteriosa e profunda, para que se possam compreendê-las de forma clara.

Na formulação do que seria um movimento social, Gohn (2011a) expõe uma quarta diferença:

Uma quarta diferenciação, e talvez a mais importante para o campo teórico que estamos tentando construir, refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político, como observou Offe (1988). Usando uma formulação de Giddens (1993), trata-se de uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições. Disto resulta que muitas vezes um movimento social *strictu sensu* deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo, enquanto organização de apoio daquele movimento. Uma associação de moradores, se institucionalizada, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento social mais amplo, que é o movimento comunitário de bairros. Entretanto, temos de tomar cuidado com as generalizações empíricas, chamando de movimento tudo que estiver na esfera não-institucional. A abordagem da MR⁹, centrada na ideia do cálculo racional e instrumental dos interesses dos grupos em ação, comete este equívoco ao chamar toda forma de ação política não-institucional de movimento social, conforme já nos alertou Melucci (1989). Os movimentos usualmente se articulam com outras forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações. (GOHN, 2011a, p. 246-247)

Levando em conta tais considerações, percebe-se que movimento social diz respeito à ação dos homens na história que envolve um fazer e um pensar, a partir de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento a determinada ação. Pode-se afirmar, portanto, que se trata de uma *práxis*.

A ação organizada de diferentes grupos é examinada pela autora com base em componentes e critérios múltiplos, que nos ajudam a entender e determinar o caráter dessas ações e a importância de cada uma. Para Gohn (2011a), os movimentos sociais dividem-se em cinco categorias, as quais iremos aqui reproduzir, a fim de que seus elementos agreguem

⁹ A abordagem da Mobilização de Recurso (MR) consiste em uma nova corrente interpretativa sobre movimentos sociais surgida nos anos 1960 em função das transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana. Ela começou por rejeitar a ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos. Baseia-se na teoria da escolha racional, que usa categorias econômicas para analisar problemas sociais.

maior profundidade às nossas análises das atuações do Núcleo Socialista de Campo Grande. Eis a primeira categoria:

1ª categoria – Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga seus mandatários.

Partindo da premissa de que todo movimento social é formado por agrupamentos humanos, coletivos sociais, decorre que estão de uma forma ou de outra inseridos na sociedade. Esta inserção não se dá no vazio, mas a partir de algumas instituições de apoio ou abrigo, ou seja, a Igreja, o partido, o sindicato, a escola e até a família(...). (GOHN, 2011a, p. 268)

Nesse sentido, o apoio das instituições participa não somente do caráter da ação do movimento social, mas também da constituição de sua ideologia. Essa não seria a categoria exata na qual poderíamos inserir o NSCG, ainda que muitos de seus militantes tenham uma origem no partido político ou na Igreja. No caso do NSCG, essa influência não é suficiente para uma classificação tão restrita como essa.

Vejamos a segunda categoria exibida por Gohn (2011a):

2ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor.

Esta categoria tem gerado movimentos sociais desde os tempos mais remotos da humanidade. A Bíblia faz referência a várias rebeliões a partir de diferenças de raça. As lutas raciais geraram movimentos isolados e/ou articulados a outras questões de ordem econômica, política e cultural. Nesta categoria temos também uma série de movimentos sociais contemporâneos como os das mulheres (o feminismo é uma corrente), dos índios, dos negros, dos homossexuais, heterossexuais, transexuais etc., dos idosos aposentados, de jovens, das crianças “menores abandonadas” etc. Certamente que não é a idade que determina a condição de ser um menor abandonado, mas ela é aglutinadora de uma necessidade social não resolvida. Deve-se destacar que na era da globalização os movimentos desta categoria têm ganho centralidade sobre outras lutas sociais, dado sua natureza universalizante. (GOHN, 2011a, p. 269)

Aqui, a organização e atuação do movimento social ocorrem de maneira bastante específica. Mesmo o NSCG não sendo um movimento de ação específica, é possível encontrar em sua atuação referência a questões particulares dos movimentos dessa categoria. A natureza plural do Núcleo e suas muitas formas de atuar abarcam questões, por exemplo, das lutas das mulheres, dos negros, dos jovens e de outros grupos sociais existentes na diversidade e complexidade do mundo moderno.

Observemos abaixo mais uma categoria realizada pela autora:

3ª categoria – Movimentos construídos a partir de determinados problemas sociais.

Todo coletivo enfrenta dificuldades a serem superadas na sobrevivência cotidiana. Independente da classe social de um indivíduo, ele precisa ter acesso a condições de abrigo, alimentação etc. Várias dessas condições só são possíveis à maioria da população no nível do coletivo. São chamados

equipamentos coletivos de consumo: escola, saúde, transportes, lazer etc. Além das dificuldades a serem superadas, existem bens cuja necessidade não é a de seu consumo, mas justamente o contrário, a de sua preservação ou uso controlado. A defesa de tais bens levou aos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas etc. Assim, na terceira categoria podemos citar os seguintes tipos de movimento: 1) Movimentos em busca de solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo; 2) Movimentos pela preservação do meio ambiente (geográfico, social, econômico e cultural). (GOHN, 2011a, p. 269-270)

Mesmo em se tratando de uma categoria de ação social tão objetiva e restrita, as ações coletivas podem ocorrer de modo vário no interior de um movimento social. É o caso do NSCG, que, mesmo não sendo um movimento que lute especificamente por uma das questões colocadas acima, realiza uma série de ações que tratam das temáticas citadas – como pudemos observar em nossa pesquisa –, fazendo dele um movimento social extremamente amplo e diverso.

A conjuntura produz ações sociais, como foi o caso, por exemplo, das chamadas *jornadas de junho de 2013*, que aconteceram em todo o País. É nessa direção que Gohn (2011a) discorre acerca da quarta categoria:

4ª categoria – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.). Nesta categoria encontramos toda uma série de movimentos que os livros de história dos países registram usualmente como sublevações, insurreições, revoltas, motins, revoluções etc. Ao percorrer a história do Brasil, por exemplo, encontramos uma série de registros nomeados como perturbações à ordem pública vigente. Foram movimentos sociais nacionalistas e/ou libertários, que buscavam desatrelar a Colônia da Metrópole portuguesa, alterar o regime político do país (movimento republicano) ou derrubar um grupo ou uma oligarquia então no poder. (GOHN, 2011a, p. 270)

Continuando com a análise a que nos propomos, pode-se constatar que essa categoria é ainda mais específica que a anterior e, de fato, não é possível vincularmos o NSCG a ela, pois seu caráter é oposto ao desses movimentos, que muitas vezes irrompem e desaparecem em função de uma conjuntura particular. A atuação do NSCG se propõe contínua e permanente.

Para finalizar, a autora faz uma quinta categorização dos movimentos sociais:

5ª categoria – Movimentos sociais construídos a partir de ideologias. A rigor, todo movimento social tem uma ideologia. Entretanto, determinadas ideologias constroem, ao longo da história, uma utopia, ou seja, um ideal, um propósito que mobiliza as pessoas para a luta; são dotadas de um conjunto de crenças que negam o instituído e repõem um novo paradigma para a ação e para o pensamento. O anarquismo, o marxismo, o cristianismo etc. geraram movimentos sociais específicos; alimentaram, enquanto paradigmas de referência, vários movimentos sociais concretos. Por suas ideias, filosofias e propostas, aquelas ideologias criaram raízes na sociedade e reflexos. (GOHN, 2011a, p. 271)

Compreendendo que todos os movimentos sociais são imbuídos de ideologia, essa categoria pode ser considerada generalizante, pois é praticamente impossível avaliar qualquer movimento social sem levar em conta o conjunto ideológico presente em sua configuração.

No caso do NSCG, a ideologia que o identifica está expressa em seu próprio nome: o socialismo, assunto que será abordado a partir das entrevistas concedidas por suas lideranças e militantes. O fato de o Núcleo se autointitular socialista e atuar em diferentes âmbitos sociais também nos conduz a reconhecê-lo como um movimento social.

Para compreendermos ainda melhor o que é esse movimento social, partindo da colaboração de Gohn (2011a), cruzaremos o território da história e da memória do NSCG por intermédio das narrativas de seus interlocutores.

A ausência de documentos formais nos fez recorrer às narrativas daqueles que militam no movimento, alguns desde a sua fundação e outros ao longo dos seus mais de dez anos de existência.

Na narrativa de um dos fundadores e principal liderança do NSCG, Tobias Tomines Farias¹⁰, podemos percorrer a criação do Núcleo e sua ligação embrionária com o Partido dos Trabalhadores, em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000:

Nós criamos o Núcleo, na verdade o Núcleo Socialista é herdeiro do núcleo do PT. Em 1998/1999, nós criamos um núcleo, que era um núcleo de perfil bem igrejeiro, como chamávamos na ocasião. Ele recebeu o nome de Núcleo Frei Betto. Os núcleos do PT, eles tinham nomes, que eram ou nomes de algum expoente ou de algum lutador, tinham nomes. E nós, pela nossa vinculação àquelas pessoas, que naquela ocasião fundaram o núcleo, pela nossa vinculação com a Igreja Católica e pela nossa admiração pela produção teórica e prática do Frei Betto, demos ao Núcleo o nome de Frei Betto. Então ele se chamava Núcleo Frei Betto, isso lá pelos idos de 1998/1997. Esse Núcleo participou bastante da vida do PT, já naquela época um PT já conturbado, um PT já diferente daquele que nós ajudamos a fundar em 1980. Mas participava ainda da vida do PT, participamos de processos de escolhas de delegados, de processo de escolha da direção do Partido aqui na região, na Zona Oeste, sobretudo em Campo Grande. Mas nós deixamos o PT, nós saímos do PT coletivamente. Todo o Núcleo, naquela ocasião, deixou o PT durante o processo eleitoral de 2002¹¹.

A narrativa de Tobias deixa claro que a existência inicial do NSCG está ligada a um partido político, e que este servia como célula na estrutura de organização partidária, mesmo

¹⁰ Tobias Tomines Farias é graduado em Administração e Ciências Sociais. Foi militante do Partido dos Trabalhadores e um de seus fundadores em Campo Grande. Atualmente, não é filiado a algum partido político, sendo a principal liderança do Núcleo Socialista de Campo Grande e do Instituto de Formação Humana e Educação Popular, também localizado em Campo Grande. Atua, ainda, na articulação de outros movimentos sociais e na Igreja Católica. Nascido e criado em Campo Grande, possui uma relação profunda e significativa com o bairro.

¹¹ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

que, no referido contexto, essa prática estivesse sendo abandonada. Esse elemento é essencial para dominarmos os componentes fundadores do movimento, investigarmos suas ações e analisarmos como a sua estruturação sofre influência da lógica de funcionamento dos antigos núcleos do PT.

Esses núcleos atuavam com a proposta de construir um partido pela base, onde a participação popular seria concebida. Este foi o modelo formativo do Partido desde os seus primeiros anos de existência até o final da década de 1990. Os núcleos do PT eram espaços de formação, militância e elaboração dos projetos partidários. O atual estatuto do PT continua a contemplar a sua organização a partir de núcleos, como se pode constatar no Artigo 61:

Art. 61. São considerados Núcleos quaisquer agrupamentos de pelo menos 9 (nove) filiados ou filiadas ao Partido, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria profissional, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo, coletivos nas redes sociais da internet e outros. §1º: Os Núcleos, abertos inclusive à participação de pessoas não filiadas ao Partido, com direito a voz, são instrumentos fundamentais da organização partidária e da atuação do PT nas comunidades e nos setores, e de integração com os movimentos sociais. §2º: Os Núcleos podem ser organizados em âmbito municipal ou setorial. §3º: Os Núcleos setoriais zonais e municipais se articularão com as instâncias de direção correspondentes, e com os respectivos setoriais municipais, estaduais e nacionais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 17)

Nota-se, ao mesmo tempo, que a escolha do nome Frei Betto¹² para o antigo núcleo do PT indica uma proximidade com a Igreja Católica, principalmente com os setores mais progressistas, vinculados à Teologia da Libertação¹³. Quando Tobias afirma que os nomes dos núcleos do Partido eram escolhidos em homenagem a pessoas com um histórico de lutas sociais, fica em evidência que a relação com essa Igreja Católica progressista é bastante

¹² Frei Betto é dominicano e escritor com mais de sessenta livros publicados. Foi coordenador da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais) e participou da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CMP (Central de Movimentos Populares). Prestou assessoria à Pastoral Operária do ABC (São Paulo), ao Instituto Cidadania (São Paulo) e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi também consultor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2003 e 2004, atuou como Assessor Especial do Presidente da República e coordenador de Mobilização Social do Programa Fome Zero. Desde 2007 é membro do Conselho Consultivo da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. É sócio-fundador do Programa Todos pela Educação. Colabora com vários jornais, revistas, *sites* e *blogs*, no Brasil e no exterior. Fonte: <<http://www.freibetto.org/index.php/perfil>>.

¹³ A Teologia da Libertação chega à América Latina na década de 1960, tendo como precursor Gustavo Gutiérrez Merino, teólogo peruano e sacerdote dominicano. No Brasil, o nome de Leonardo Boff, teólogo, escritor e professor universitário, é o expoente da Teologia da Libertação. Trata-se de uma teologia que afirma a atuação social dos cristãos como fundamental para a transformação da realidade – que não acontecerá apenas com oração, mas pelas vias da fé e da ação – e reivindica que a Igreja deve fazer uma opção pelos pobres. Por esses motivos, a Teologia da Libertação encontra interlocução e força na América Latina. As Comunidades Eclesiais de Base e as diversas pastorais sociais que nascem nos anos 1970 e 1980 são exemplos emblemáticos dessa força.

acentuada. Ele próprio, em outro momento de sua entrevista, remete-se novamente a essa relação.

É necessário pontuar que falamos de uma influência ligada às pastorais sociais, que historicamente sempre estiveram próximas aos movimentos sociais, e tiveram participação na própria criação do PT. Tal influência, presente no perfil dos militantes do NSCG será importante na sua configuração futura.

Estamos diante, portanto, de um movimento social que, por um lado, nasce no interior de uma estrutura partidária, extrapolando-a, todavia, quando sua ação tem seguimento mesmo após a desfiliação do PT de seus militantes; e, por outro, surge marcado pela influência da Igreja Católica progressista e da Teologia da Libertação.

A transição de um grupo de pessoas que se reunia em uma estrutura partidária para, agora, se reunir como movimento independente traz para o arranjo do NSCG um elemento diferencial, pois, mesmo passando a atuar de maneira autônoma, o movimento social carrega ainda alguns traços da organização partidária. E, o que nos parece bastante interessante, esse passado não é negado, como se pode reparar a seguir:

Em 2002, nós fizemos a campanha eleitoral do Lula, mas nos desvinculamos do PT. A gente percebeu claramente, alguns consideram inclusive que tardiamente, que o PT estava indo por um caminho que não era o caminho que nós queríamos, não era o caminho que a gente considerava adequado para as transformações que nós desejávamos e desejamos. Por isso deixamos o PT, deixamos o PT em 2002. Só que nós deixamos o PT mas nós não queríamos deixar aquela forma de organização. O PT já naquela ocasião já não jogava peso, já não investia na nucleação, que era algo marcante nos anos 1980. Nós continuávamos nucleados porque a gente entendia que essa era uma boa forma de nos manter organizados. Com a saída, com a nossa saída do PT, a gente entendeu que precisava, que precisávamos nos manter organizados. Naquela ocasião surgiu uma proposta vinda de Minas Gerais da criação de núcleos socialistas. Surgiu especificamente em Minas Gerais, o pessoal de São Paulo abraçou a ideia¹⁴.

O nascimento do NSCG acontece, então, associado a uma conjuntura política iniciada na campanha eleitoral de 2002 para a Presidência da República, que teve como resultado a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a chegada do PT ao poder. Esse fato provocou rupturas no interior do Partido, principalmente após a sua evidente guinada ao centro e aproximação com grupos empresariais. Isso, que talvez tenha passado despercebido pela maioria da população, gerou no PT uma crise interna, com a desfiliação de muitos militantes aguerridos e de base, alguns deles fundadores, como foi o caso de muitos integrantes do NSCG.

¹⁴ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

O desencanto com os rumos tomados pelo Partido, desde antes da vitória nas urnas em 2002 e da chegada ao poder em 2003, já causava rompimentos no seu interior. O marco da crise, de acordo com alguns militantes, foi a publicação da Carta ao Povo Brasileiro, lida por Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, cujo conteúdo apontava para um governo possivelmente mais ao centro e próximo ao grande empresariado. Em 2003, a expulsão da senadora Heloísa Helena e de alguns deputados – que resultou na criação do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) – adiciona mais ingredientes ao corrente abandono do PT de suas bases¹⁵ e ao processo de ruptura de muitos militantes.

Entretanto, a ideia da criação de um Núcleo Socialista era, efetivamente, um modo de manter a organização para além da estrutura partidária. E essa ideia recebeu o apoio de muitos militantes e figuras importantes da política que ainda eram filiados ao PT e acreditavam ser necessário existir formas de mobilização e organização pela base, que tivessem uma atuação concreta e objetiva junto à população:

Eu lembro que o Plínio de Arruda Sampaio¹⁶, hoje no Psol... Plínio de Arruda Sampaio era o expoente em São Paulo que defendia a ideia de núcleos socialistas independentes do PT. Naquela ocasião o Plínio de Arruda era do PT, mas defendia a ideia de núcleos que não fossem núcleos partidários, para que pudessem ser mais amplos. No Rio de Janeiro essa proposta teve *de cara* o apoio do Victor Valla, saudoso Vitcor Valla, e do Marcos Arruda, nosso companheiro Marcos Arruda. Nós, quando ficamos sabendo dessa ideia, abraçamos de imediato¹⁷.

O próximo passo, então, foi dar continuidade ao núcleo. Ou melhor, foi *gerá-lo* agora Núcleo Socialista. Isso porque, mesmo tendo sua origem no interior de um partido político e sendo formado por militantes e ex-militantes do mesmo, o Núcleo Socialista propõe-se como movimento social autônomo, com demandas específicas, e nesse sentido ele nasce.

A expressão *nascimento* pode ser observada na narrativa de Tobias. Embora se refira ao NSCG como uma continuação de um núcleo do PT, fica claro em suas palavras que a criação do Núcleo representa o nascimento de uma nova forma de atuação, em um lugar repleto de particularidades e especificidades:

Então a transição do núcleo petista para o Núcleo Socialista de Campo Grande foi imediata, porque na verdade coincidiu com essa ideia de criação de núcleos. Ou seja, não é nossa a ideia, não é nenhuma... Nós seguimos uma espécie de orientação, que não foi à frente. Hoje eu tenho ciência que existem núcleos com a mesma característica em Minas Gerais. Em São

¹⁵ A expulsão da senadora Heloísa Helena e dos deputados Babá e Luciana Genro foi destaque na *Folha de S. Paulo* em dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u56445.shtml>>.

¹⁶ Durante a entrevista, Plínio de Arruda Sampaio ainda era vivo, vindo a falecer no dia 08 de julho de 2014, em São Paulo.

¹⁷ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

Paulo não conheço nenhuma notícia, e no Rio de Janeiro essa experiência com o Victor Valla tentou ir à frente, mas nunca deu certo, nunca foi à frente. Foi assim então que nasceu, ou seja, resumidamente, nós deixamos de ser um núcleo do PT para continuar sendo um núcleo que mobilizasse, que organizasse, que formasse, um núcleo na vida cotidiana desta região que a gente atua, por isso Núcleo Socialista de Campo Grande. Nós ajudamos a construir, um pouco depois, um outro núcleo, que era o Núcleo Socialista de Inhoaíba. Funcionou talvez por uns dois anos, mas lamentavelmente não foi à frente. Tentamos uma experiência parecida em Sepetiba, mas também não foi à frente, e tentamos uma experiência parecida em Realengo. A única experiência que conseguiu ir um pouco à frente foi de Inhoaíba. No nosso caso, estamos aí já então desde 2002, lá se vão então doze anos de experiência, é uma longa experiência¹⁸.

A transição de um núcleo do PT para um núcleo que abriga múltiplas e distintas formas de se atuar socialmente é relatada no depoimento de Tobias como algo natural, processual. Mas é claro que esse processo não foi exatamente natural; ele se deu na construção de uma organização que se foi solidificando e que possuía – ainda possui – lideranças que conseguiram edificar uma nova experiência de ação social.

As tentativas frustradas de formação de outros núcleos socialistas nos ajudam a compreender, e até a medir, a importância do NSCG e sua duração ao longo de doze anos. A manutenção e ampliação das ações do NSCG na região e a preservação de um núcleo duro podem, de fato, explicar a sua longevidade.

É nesse sentido que trazer para a nossa discussão outras narrativas sobre o nascimento do Núcleo é indispensável na elaboração da análise de sua trajetória e ação na região de Campo Grande. São memórias tanto daqueles que viveram a gestação do NSCG como dos que dele participaram após esse momento. E, aqui, a memória possui um papel determinante no entendimento desse processo.

Na concepção de Halbwachs (2004), a memória só pode ser examinada do ponto de vista de sua característica coletiva; segundo o autor, não existe memória sem grupo social. Por outro lado, Pollak (1992; 1989) concebe a possibilidade de uma memória que ultrapassa o grupo social e acontece individualmente, sendo construída, todavia, apoiada em vivências de outras pessoas.

Vejamos como Marina dos Santos Ribeiro¹⁹ faz seu depoimento a respeito de sua participação e atuação primeiro no núcleo do PT e depois na criação do NSCG:

¹⁸ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

¹⁹ Marina dos Santos Ribeiro é educadora popular graduada em Ciências Sociais. Iniciou sua militância nas pastorais sociais da Igreja Católica. Moradora do bairro de Campo Grande, é uma das fundadoras do NSCG e militante também do IFHEP.

(...)Aí vira um núcleo do Partido dos Trabalhadores, que era, na época a gente até fez um processo de inauguração do Núcleo, chamava Frei Betto. É, foi antes da primeira eleição do Lula, eu acho que foi antes. É, foi antes sim da primeira eleição do Lula, e é... E aí a gente tem esses encontros semanais que eram no Núcleo de formação do Partido dos Trabalhadores chamado Frei Betto. E as reuniões seguem uma vez por mês, segue, segue, segue...²⁰.

A participação de Marina remonta ao núcleo do PT, embrião do NSCG. Será naquele espaço que a militância partidária dela terá início, como continuação de sua atuação na Igreja Católica e sua participação como aluna e colaboradora do Pré-Vestibular Popular. É interessante destacar que, em sua narração, a descrição dos trabalhos do núcleo do PT se avizinha intimamente daquela realizada por Tobias. O mesmo se observa no relato de Marina agora a respeito do processo que levou ao surgimento do NSCG:

E aí tem o governo do PT, tem todo o processo de frustração com o governo que a gente teve, das expectativas que tinha em torno da primeira eleição do Lula. Até que, e aí nesse processo, eu não sei, acho que foi ainda no final do primeiro mandato, a gente desvincula o Núcleo de ser um núcleo do PT e passa a ser o Núcleo Socialista de Campo Grande, e as reuniões são na casa do Tobias, e a gente continua nesse processo de manter as reuniões, de convidar as pessoas que principalmente eram do pré-vestibular comunitário na época²¹.

Mesmo sem conseguir precisar o período, a sua narração revela que a formação do NSCG sucedeu a partir de um processo de desgaste com o PT e, em seguida, do rompimento de alguns de seus militantes, sendo a ideia de organização em um Núcleo Socialista mantida e ampliada. Encontramos, então, uma sintonia entre as narrativas de duas pessoas (Marina e Tobias) que viveram o mesmo acontecimento. Mas se trata de uma sintonia, concomitantemente, já marcada por traços subjetivos e perspectivas individuais de uma experiência comum aos dois. Isso pode ser identificado, por exemplo, na dificuldade de Marina em precisar se o fim do núcleo do PT ocorreu no início ou ao final do primeiro mandato de Lula, o que não invalida, de modo algum, sua narrativa.

A memória do acontecimento é acionada, e do ponto de vista teórico ela pode ser coletiva, pois o fato de Tobias e Marina terem participado da mesma experiência possivelmente cooperou para a produção de uma memória coletiva. Entretanto, se ela fosse puramente coletiva, as formas de acessá-la e entendê-la seriam as mesmas. Não existe, portanto, uma garantia de que a lembrança de Tobias e a lembrança de Marina sejam uma mesma. É evidente que elas se aproximam, convergem, não se contradizem, mas também é evidente que não são exatamente semelhantes ou uma única memória.

²⁰ Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 19 de julho de 2014.

²¹ Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 19 de julho de 2014.

A reflexão de Pollak (1992) subsidia essa problematização:

Se destacamos [a] característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. (POLLAK, 1992, p. 200-212)

Os depoimentos de Tobias e Marina, duas pessoas que experimentaram um acontecimento em comum, apresentam tais elementos invariáveis, pontos de convergência e nenhuma discordância, o que pode nos indicar que o nascimento do NSCG ocorreu da maneira como os depoentes declaram. Porém, se acrescentássemos depoimentos de militantes que não estavam no grupo naquele momento, como seriam as suas narrativas?

Um desses militantes é Daniel Domingos de Azeredo²², com atuação no NSCG e no Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP). Daniel começou a participar do Núcleo entre os anos de 2004 e 2006, por intermédio do Pré-Vestibular Popular, como ele relata a seguir:

E aí fomos *pra* uma reunião na casa do Tobias, que onde, durante um longo tempo, funcionou o Núcleo Socialista de Campo Grande, que aí eu volto um pouquinho atrás, essas coisas funcionavam paralelas. Então, enquanto tinha o Pré-Vestibular no Campo²³, na Feuc²⁴, o Pré-Ensino Médio, paralelo a isso tinha sempre o Núcleo Socialista de Campo Grande, que era onde era debatido a questão política, onde, se a política era transversalizada lá nos Prés-Vestibulares e Prés-Ensinos Médio, esse debate era feito lá no Núcleo Socialista. Então eu sempre participava, a Célia, o Tobias, eu sempre não, mas pelo menos desde que eu estou lá, de 2004 em diante. E alguns anos antes, Célia, Tobias, Marina e alguns outros companheiros que se afastaram já naquela época, que o nome aqui eu não vou lembrar, porque naquela época eu não era muito inserido no Núcleo Socialista, de vez em quando só que eu ia. Então, mais ou menos a partir de 2005/2006, eu comecei a engajar no Núcleo Socialista como integrante mesmo, parei de passar a ir um domingo ou outro *num* debate e passei a ir a fazer a discussão e, por exemplo, fazer o debate de quais seriam as próximas discussões, né. Passei a militar mesmo ali naquele espaço²⁵.

O caso de Daniel é significativo, pois ele começa a participar do NSCG após a sua fundação e a frequentar suas reuniões motivado pelo trabalho empreendido pelos militantes do Núcleo no Pré-Vestibular Popular. Sua narrativa, assim, é construída a partir de um lugar

²² Daniel Domingos de Azeredo tem trinta e três anos e é graduado em Arquitetura. Morador de Campo Grande, é educador popular e militante do NSCG.

²³ Centro de Assessoria ao Movimento Popular.

²⁴ Fundação Educacional Unificada Campograndense.

²⁵ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de março de 2014.

diferente daquele de Marina e Tobias. Vejamos como o *nascimento* do NSCG, do qual Daniel não participou, é narrado por ele:

O regresso que eu vou fazer aqui chegou até mim de forma oral também. Então, provavelmente vai ter alguma discrepância, e hoje em dia, eu acho que ninguém vai conseguir narrar exatamente o que foi, mas é da experiência lá trás das comunidades eclesiais de base, quando começa os trabalhos nas diversas pastorais e isso vai criando pequenos núcleos e aí a politização de alguns movimentos, de associação de moradores. E aí, mais tarde, como eu falei, esses núcleos vão passando a ser núcleos do PT e aí a ideia é que cada comunidade, cada bairro tenha um núcleo do PT, *pra* fazer o debate, *pra* fazer a política de baixo *pra* cima, trazer a política lá do debate da base e chegar até os extratos superiores da organização e aí poder fazer as disputas dentro do partido, mas sempre a partir da base. Isso parece que durou ao longo de toda aquela fase do PT até o início dos anos 2000. Já durante os finais dos anos 1990 começa, me parece, já ter alguns problemas, alguns segmentos do PT já começam a não dar muita atenção *pra* isso, começa a pensar *numa* estratégia muito eleitoral, então começa um pouco a se distanciar um pouco da base. E aí começa a criar um núcleo dentro do PT, que vai esquecer completamente a base, mas essa base continua de alguma forma com esses núcleos, e aí, em determinado momento, principalmente quando, um pouco antes da primeira eleição do Lula, quando tem uma cisão grande lá com alguns militantes do PT, alguns escolhem sair do PT, porque não acreditam mais no projeto do PT, naquele projeto que estava dando a ordem ali *pro* PT. Mas continuam com o trabalho de base e é aí, nesse momento, que esses núcleos do PT viram, ou vira, Núcleo Socialista, porque ou viram outros núcleos, de algumas outras coisas, ou simplesmente, como alguns ex-militantes falam, essa militância viram viúvas do PT, não fazem mais nada²⁶.

O próprio relato de Daniel traz à luz a questão da transmissão oral, pois ele não vivenciou o momento que narra. No entanto, o militante amplia a sua descrição ao inserir um elemento de análise política, quando associa o surgimento do NSCG, oriundo de um núcleo do PT, a uma crise institucional pela qual este passou no início dos anos 2000. Ou seja, a narrativa de Daniel contextualiza a fundação do NSCG.

O contexto é o da crise de um partido que teve como modelo de formação e atuação políticas o trabalho de base. O encerramento de muitos núcleos do PT deu origem a outras experiências de organização, como a do NSCG:

A gente tem também... Hoje em dia a gente tem poucas referências de outros núcleos desses funcionando. A ideia inclusive sempre foi tentar contribuir com a nossa experiência nesse formato, com mais de uma década, *pra* que pudessem se criar outros núcleos por aí afora, dentro de bairros, dentro de associações de moradores, nas igrejas, seja lá onde fosse. E a gente tem isso como ideal. Mas a gente não tem conseguido protagonizar isso, a gente tem relatos de algumas outras experiências que têm a nossa como exemplo. Tem um professor lá de Nova Iguaçu que já *teve* aqui com a gente, no Núcleo Socialista e nos atos que a gente faz em Campo Grande, e levou a ideia lá em

²⁶ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de março de 2014.

Nova Iguaçu e criou um núcleo lá em Nova Iguaçu. E ele diz que o nosso exemplo foi importante *pra* ele lá. Na Tijuca, se não me engano, tem um grupo lá de algumas pessoas que começaram a se reunir a partir da última eleição, pessoas que trabalharam na campanha do Marcelo Freixo e que, após a eleição, criaram um núcleo também, um Núcleo Socialista, e tendo do nosso Núcleo como exemplo. Então, concretamente a gente tem esses dois. Em Campo Grande, por enquanto nenhum. Não precisava ser só o nosso, já que a gente está em Campo Grande, mas o ideal é que fosse em cada lugar que tivesse uma demanda, que pudessem ter pessoas se reunindo, quatro ou cinco, pudesse ter um núcleo ali, e esses núcleos pudessem estar dialogando sempre²⁷.

A criação de outros núcleos pode não ter sido bem-sucedida em todos os lugares, mas a experiência do Núcleo Socialista de Campo Grande é um exemplo de continuidade e fortalecimento de uma forma de luta social. O depoimento de Daniel é expressão de como a formação política realizada pelo NSCG tem resultados quanto à sua atuação social. A narrativa de um personagem que não esteve presente no processo inicial de constituição do Núcleo nos remete à construção da memória desse momento, que, mesmo não sendo registrada em quaisquer tipos de documentos, mostra-se sólida. Ainda que a narrativa de Daniel se difira daquelas de Tobias e Marina, percebe-se claramente que tal memória foi – e ainda é – preservada.

Observa-se, assim, que a memória coletiva do NSCG possui uma força significativa. Esta força resguarda a memória e propicia a quem não vivenciou determinado acontecimento poder contá-lo, narrá-lo como se dele tivesse participado. É o que Pollak (1992) vai chamar de acontecimentos *vividos por tabela*:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 2)

A inexistência de registro documental não impede que as memórias sejam reforçadas pelas múltiplas narrativas, que convergem e estabelecem uma força de composição coletiva e identitária. No caso específico do momento de instituição do NSCG, a memória, como vimos

²⁷ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de março de 2014.

no depoimento de Daniel, ultrapassa o tempo de militância e é conservada pela transmissão oral associada a uma formação política consistente, este um importante componente dos movimentos sociais.

Outra narrativa, agora de Rosineide Cristina de Freitas²⁸, vai ao encontro da análise que estamos propondo. Vejamos o que ela diz a respeito do surgimento do NSCG:

Ele vem de uma história. Ele era um núcleo do PT e aí... É, não se associa mais ao Partido, mas entende a necessidade de se manter. Então, o grupo de pessoas ou se reúne *pra* discutir política, enfim, *pra* fazer análise de conjuntura e também *pra* pensar estratégias de luta... E em 2004 o Tobias me apresenta então esse grupo e aí eu começo a fazer... Participei de algumas reuniões de 2004, mas mais em 2005. Então... É, nos primeiros anos a minha participação no Núcleo Socialista era daquela que vai às reuniões²⁹.

As narrativas sobre a fundação do NSCG apresentam elementos invariáveis, coletivos. Aqui, novamente, a referência ao vínculo inicial do Núcleo com o Partido dos Trabalhadores está presente. Essa ligação não é negada pelos militantes entrevistados; todavia, ela não aparece sem ser explicada, justificada e problematizada.

Nílvio Peçanha³⁰ é um dos militantes mais recentes do NSCG. Apesar de seu depoimento não ser tão preciso quanto à fundação do Núcleo, Nílvio revela saber que ele existe há mais de dez anos e que suas reuniões ocorriam todo primeiro domingo do mês, na casa de Tobias:

Assim, da formação do núcleo o que eu sei é que o Núcleo, ele se reunia, ele já existe há mais de dez anos e se reunia na casa do Tobias, que é um dos coordenadores do IFHEP também, e, claro, nesse tempo eu não participava, só que as reuniões aconteciam religiosamente no primeiro domingo do mês, como ocorrem hoje. Eu começo a participar do Núcleo quando surge o IFHEP em 2009, aí sim eu começo a trabalhar como um militante mesmo na casa, porque até então meu trabalho no Pré-Vestibular era meramente de educador mesmo, e aí quando eu estreito os laços com a militância das pessoas que faziam parte do Núcleo, eu passo a fazer parte mais do Núcleo, e aí me inteirar mais do grupo³¹.

No relato de Nílvio, evidencia-se que existe uma memória passada adiante em função das relações no grupo. As reuniões que acontecem todo primeiro domingo do mês é uma fala repetida pela militância do Núcleo como uma marca que o identifica. Essa mesma fala se

²⁸ Rosineide Cristina de Freitas tem trinta e um anos e é licenciada em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Educação pela mesma instituição, Rosineide trabalha no Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds). É educadora popular e militante do NSCG e do IFHEP.

²⁹ Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

³⁰ Nílvio Peçanha Pereira tem trinta e quatro anos e é professor de Língua Portuguesa. Educador popular, é militante do NSCG e do IFHEP desde 2009.

³¹ Entrevista concedida por Nílvio Peçanha Pereira em 28 de abril de 2014.

mostra presente em todos os entrevistados, até mesmo em Nílvio, o depoente que, entre todos, milita há menos tempo no movimento.

A força da memória transmitida pela oralidade, como forma de manutenção e afirmação de uma trajetória histórica, é claramente observável nas narrativas expostas até o momento. Os depoimentos que, aqui, reproduzimos manifestaram uma proximidade, uma complementação e uma sintonia entre si. Eles carregam os traços de coerência daqueles que, além de atores, são testemunhas.

Por intermédio dessas narrativas, vimos, então, que o surgimento do NSCG está atrelado ao Partido dos Trabalhadores e que a experiência de ação social do Núcleo se dá a partir de um lugar específico: o bairro de Campo Grande. Mas, após o seu nascimento, como o NSCG conseguiu, efetivamente, construir uma história que já ultrapassa dez anos de vida? A resposta a essa pergunta também se encontra nos depoimentos dos entrevistados; ela pode ser visitada tanto nas palavras quanto nas ações dos militantes na região de Campo Grande.

Mais ainda, entender os anos de história e atuação do NSCG passa pela maneira como os próprios militantes os entendem. Suas percepções são fundamentais para que elaboremos a nossa compreensão do Núcleo. Vejamos, assim, como Tobias se refere à importância de se ter um Núcleo Socialista em Campo Grande:

Um Núcleo em Campo Grande, porque nós somos defensores de que a classe trabalhadora precisa se organizar também a partir do local de moradia, *né?* Houve um tempo em que todo esforço ou grande parte do esforço dos lutadores e lutadoras do povo se davam em tentar organizar os trabalhadores a partir do local de trabalho, *né*, via movimentos sindicais, *né?* Nós defendemos que esta condição deve continuar, óbvio, *né?* Mas nós entendemos que no momento em atual, na atual conjuntura, *né?* Também precisamos encontrar formas de organização a partir do local de moradia, a partir do local de vivência cotidiana, *né?* Onde se encontra não só o trabalhador ou a trabalhadora, mas que se encontram os dois, se encontram seus filhos, se encontram seus vizinhos, por isso um Núcleo em Campo Grande. Nós, insisto, privilegiamos este espaço, *né?* Aqui moramos, aqui vivemos, aqui convivemos, e por que um Núcleo? Nós defendemos com unhas e dentes, *né*, a necessidade de nucleação. Nós não desconsideramos as grandes manifestações, as grandes organizações, nós não desconsideramos a importância disso. *Pra* você ter uma ideia, segunda-feira próxima eu estou viajando, aliás, no final de semana próximo, estou viajando *pra* Brasília *pra* participar do Congresso, do 6º Congresso do MST, *né?* Vou representando o Núcleo e o IFHEP, estaremos em dezessete mil pessoas nesse Congresso, um dos maiores Congressos de luta pela terra já realizado, não é? Então, não é que a gente não defenda espaços como esses ou organizações como essas, mas nós defendemos a necessidade de nucleações, no núcleo, na célula, como o Partido Comunista do Brasil gosta de utilizar, na célula é que nós fazemos o trabalho de base, sabe? É na célula, é no núcleo, é na estância mais, por isso nuclear, por isso núcleo, é na estância mais do cotidiano em que as contradições se estabelecem de forma mais clara, não é? Quer dizer, é

onde todos se encontram, *né?* Por isso defendemos a ideia do Núcleo, núcleos pequenos, núcleos... Nós entendemos que é melhor ter, sei lá, dois núcleos de vinte e cinco, trinta pessoas do que um núcleo de cinquenta, sessenta pessoas, por isso núcleo³².

A concepção de organização pela base, pelo lugar de moradia, por onde, de fato, acontecem os problemas diários, é uma característica das lideranças do NSCG e mesmo do movimento. Na fala de Tobias, nota-se que há a defesa de que o modo de militância deve ser contemplar o local onde os militantes vivem, ressaltando a necessidade de atuação em Campo Grande.

Mesmo o NSCG não abandonando a globalidade e as macro ou microquestões que atingem a população do País em geral, a narrativa de Tobias, e de outros militantes, chama a atenção para o fato de ser imprescindível uma atuação localizada, contextualizada, que valorize o território.

Na continuação, Tobias vai se dirigir a outro elemento identitário do Núcleo: ser socialista:

E ser socialista porque nós entendemos que não há alternativa para a humanidade se nós não formos capazes de, enquanto sociedade, ferirmos de morte o capitalismo, superarmos o capitalismo e criarmos uma outra relação societária, que entendemos que é o Socialismo. Que não nos preocupamos, no entanto, com o nome, ainda que, ao nos autodenominarmos Núcleo Socialista, nós queremos dizer claramente que nós somos contrários à lógica do capital, que nós somos inimigos do capital e que, por isso, nos mobilizamos, e que por isso lutamos, que por isso refletimos, que por isso... Por quê? Porque entendemos a necessidade urgente de criar uma nova forma de se relacionar. A afirmação histórica de “Socialismo ou barbárie” é absolutamente atual, na verdade, hoje, dada o altíssimo nível de degradação ambiental, de degradação da vida humana, de regressão civilizatória, nós poderíamos afirmar que “ou o Socialismo ou o fim da espécie”. Eu sou daqueles, alguns consideram que esta posição é uma posição apocalíptica, que é uma posição extrema, mas eu sou daqueles que afirma, junto com expoentes como Leonardo Boff, por exemplo, e tantos outros, que nós caminhamos para o fim da espécie. Se nós não formos capazes de barrar, como alguns autores gostam de dizer, se nós não formos capazes de barrar este trem, que desce ladeira abaixo *numa* velocidade estonteante e que tem promovido tanta dor, fome e miséria, e que tem degradado de forma tão intensa com a vida e a natureza, então, a vida como um todo, o que tem no horizonte é o fim da espécie. E aí não é o fim do planeta, é o fim da espécie humana. Só *pra* você ter uma ideia, desculpa se me prolongo, hoje refletia sobre isso passando hoje, *pra* ficar registrado, hoje, dia 03 de fevereiro de 2014, refletia sobre isso passando ali na Avenida Brasil, na altura da Ilha do Governador, quando vi mais de cem pessoas, todos bastante jovens, na sua maioria pelo menos, usuários de *crack*, abandonados à sua própria sorte, naquele caso abandonados a seu próprio azar, lixo humano, que cada vez mais vai virando paisagem... Ao passar ali hoje de manhã, agora, neste dia,

³² Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

na parte da manhã, *né*, me convenci, na verdade já estava convencido, mas reafirmei a hipótese de que caminhamos a passos largos *pra* isso que eu estou chamando de fim da espécie. Quer dizer, a regressão civilizatória e a degradação humana que aquela fotografia demonstra é fruto do capital, é fruto das relações capitalistas, é fruto desse sistema que enriquece cada vez mais alguns à custa do aumento exponencial da miséria de muitos. No último ano, 2012/2013, o Itaú e o Bradesco voltaram a ter lucros recordes e, neste mesmo período, se fôssemos pensar em escala global, os números dizem que a cada poucos segundos uma pessoa morre de fome ou de alguma doença oriunda da fome, quer dizer, esta combinação é uma combinação que vai nos levar ao fim da espécie, *né*? Por isso socialista. Nós reafirmamos então, de forma um pouco mais objetiva agora, é Núcleo porque entendemos a necessidade de espaços, de pequenos espaços, de pequenos grupos, entendemos que precisamos nos esforçar para ter inúmeros núcleos, não como esse, de preferência, melhores do que esse, mas por isso Núcleo. Segundo, socialista porque somos anticapitalistas. Terceiro, Campo Grande porque é aqui que moramos, é aqui que amamos, é aqui que vivemos, é aqui que queremos continuar vivendo e é aqui que colocamos toda nossa energia militante³³.

A última frase do depoimento deixa claro que a escolha pelo autorreconhecimento *socialista* é ideológica. A luta do NSCG é, acima de tudo, contra o modelo capitalista, e ela consiste em um de seus principais elementos identitários. Assumem-se essa posição político-ideológica e a opção pela atuação localizada, onde deve ser colocada toda a energia militante, isto é, na região de Campo Grande. Constatamos, assim, que o processo histórico e as ações do Núcleo se apoiam sobre dois alicerces: a organização basista e o horizonte socialista como alternativa ao capitalismo.

O basismo do Núcleo tem como atividade central as reuniões abertas, que acontecem desde a fundação dele. Essas reuniões correspondem, portanto, à sua primeira forma de atuação. Desde 2003, elas eram a sua principal atividade, cenário este que se modifica a partir de 2004, quando a sua atuação ganha novos contornos. O trabalho junto ao Pré-Vestibular Popular; as ações nos sub-bairros de Campo Grande; a realização de atos no calçadão do bairro; a criação do Instituto de Formação Humana e Educação Popular em 2010; tudo isso foi dando o tom do que hoje é o NSCG.

Nos depoimentos, repara-se que alguns militantes importantes descobriram o Núcleo a partir do seu Pré-Vestibular Popular. Esta ação servia, e ainda serve, como elemento de nucleação. O Pré-Vestibular funciona atualmente na casa do IFHEP, mas antes funcionou em outros dois lugares, que configuraram duas experiências distintas: no Centro de Assessoria ao Movimento Popular (Campo) e na Faculdade de Filosofia da Fundação Educacional Unificada Campograndense (Feuc). É preciso pontuar que nem todos os professores do IFHEP, inclusive

³³ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

sua atual coordenação, participam do NSCG, o que não impediu, porém, que muitos militantes, como Daniel e Rosineide por exemplo, tivessem nessa experiência a porta de entrada para o Núcleo.

A partir de 2006, os atos políticos no calçadão de Campo Grande seguem uma agenda que aproveita as chamadas *datas oficiais comemorativas*, entre elas o Dia Internacional da Mulher, o Primeiro de Maio, o Sete de Setembro e o Dia Nacional da Consciência Negra. Ocupando o espaço do calçadão do bairro, os atos realizam-se em um lugar privilegiado, pois, em função de ser o coração do comércio de Campo Grande, por ali circulam, diariamente, milhares de pessoas. Um dos meios de divulgação desses atos públicos é a elaboração digital de convites.

Figura 5: Convite para ato público no calçadão de Campo Grande



Fonte: Convite para ato público pelo Dia Nacional da Consciência Negra e pela Semana Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, publicado em novembro de 2009, no *site* do Núcleo Socialista de Campo Grande: <<http://www.nucleosocialista.org/>>.

O convite é para um dos atos realizados pelo NSCG no calçadão de Campo Grande em novembro de 2009. Esse material é um dos poucos existentes, pois não há uma preocupação acentuada por parte do Núcleo quanto à produção de registros.

Abaixo dois cartazes de temas distintos discutidos nas reuniões mensais do NSCG:

Figura 6: Convite para debate sobre a eleição presidencial de 2010

O Núcleo Socialista de Campo Grande convida para o debate:

O GOVERNO DILMA ou SERRA

E OS DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

com Mauro Iasi*



Data: 07/11/10 (domingo)
Horário: 16h
Local: IFHEP
 (Instituto de Formação Humana e Educação Popular)
 Rua Henry Dunat, 156
 Vila São João - Campo Grande
www.nucleosocialista.org / www.ifhep.org

LOCALIZAÇÃO



* Mauro Iasi é Doutor em Sociologia, educador popular do Núcleo 13 de Maio de Educação Popular, membro da Comissão Política Nacional do PCB, professor da UFRJ e autor de vários livros, entre eles, As Metamorfoses da Consciência de Classe e Ensaio sobre Consciência e Emancipação, ambos da Ed. Expressão Popular.

Fonte: Convite para debate sobre a eleição presidencial de 2010, realizado no dia 07 de novembro de 2010, em uma reunião mensal do NSCG. Publicado em novembro de 2010, no *site* do Núcleo: <<http://www.nucleosocialista.org/>>.

Figura 7: Cartaz-convite divulgando uma reunião de domingo no NSCG

Núcleo Socialista de Campo Grande

ENEGRECER A LUTA FEMINISTA

Com Rogéria Peixinho – AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras)



01 de março de 2015 – as 16hs – IFHEP
Rua Hery Dunant, 156 – Campo Grande (www.ifhep.org)
 Pelo fim da violência contra a mulher e do genocídio do povo negro

Fonte: Perfil do Núcleo Socialista de Campo Grande na página do *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/nucleosocialistaCG/photos_stream>.

Os dois cartazes são raros registros das reuniões que acontecem a cada primeiro domingo do mês. Como eles são confeccionados para divulgação digital, não existe a guarda documental física.

Ambas as atividades reforçam a observação que fizemos anteriormente sobre a preocupação do Núcleo com temáticas nacionais e globais. Uma das características das reuniões do NSCG é exatamente esta: os temas de discussão propostos têm assento na conjuntura social e política; eles estão sempre ligados à realidade expressa. Essa liberdade de pauta faz com que o NSCG tenha uma dinâmica própria, desburocratizada, de funcionamento. A coordenação colegiada e a comunicação rápida, utilizando-se as mídias sociais, possibilitam uma forma leve de organização, que se destoa dos modelos clássicos de movimentos sociais.

Essa marca não desqualifica as ações do Núcleo, a organização existe e tem sido imprescindível para a existência do movimento social desde o seu nascimento. A comprovação dessa organização foi a necessidade de ampliação da atuação do NSCG, que se concretizou na criação, em 2010, do Instituto de Formação Humana e Educação Popular, o IFHEP. No próximo capítulo, esta e outras ações do NSCG são analisadas de maneira aprofundada, e, então, poderemos ter um domínio mais amplo do que é e de como funciona o IFHEP.

Desde a sua formação, oriunda de uma organização partidária, o NSCG firma e afirma elementos próprios, tais como: é arraigado na ação concreta de seus militantes, e é por meio dela que o Núcleo se efetiva *movimento*; não se burocratiza; tem sua atividade social ligada à realidade de uma região marcada pelo abandono e pelo esquecimento; carrega a bandeira do Socialismo como alternativa ao capitalismo; surge no cenário dos novos movimentos sociais com um formato de organização autônoma, fator que o difere de muitos outros, que, em sua maioria, têm vínculos claros com partidos políticos.

Não possuindo registros em abundância, são a oralidade e a ação coletiva que nos conduzem no mapear e no conhecer a história e a memória desse movimento, edificadas ao longo de mais de uma década. As narrativas dos seus militantes são, portanto, peças fundamentais na nossa tentativa de composição da trajetória social e política do NSCG; no entendimento e na mensuração de sua importância para a região; e no trabalho de trazer para o campo acadêmico esse modo de atuação, que pode e deve ser analisado por diferentes prismas.

Assim, no capítulo seguinte, analiso a região de Campo Grande a partir das questões que envolvem a produção de uma realidade que se torna fértil para as ações do NSCG. Para

tanto, apresentamos cada uma dessas ações pensando as relações que elas estabelecem com o espaço onde acontecem, isto é, com a realidade de Campo Grande.

Se nos perguntam de onde viemos,
 nós respondemos: viemos do povo.
 Se nos perguntam para onde vamos,
 respondemos: vamos ter com o povo,
 para aprender com a experiência autêntica
 de milhares e milhares de anos.

Vimos para mobilizar a gente,
 para produzir e resistir ao inimigo.
 A força do povo é ilimitada
 e só dele é que a podemos obter;
 viemos para aprender como prestar auxílio,
 libertar as terras e abrir vias novas.

Dentro destes limites, nas zonas
 democráticas
 já nos movemos com liberdade;
 aqui cultivaremos a flor da vitória
 para que possa florir sobre estas áridas
 colinas.

(Ke Ciun-Ping)

4 O NÚCLEO SOCIALISTA DE CAMPO GRANDE: CONSTRUÇÃO ESPACIAL, SEGREGAÇÃO E LUTA SOCIAL

Ao longo deste capítulo, abordarei as variadas maneiras de atuação do Núcleo Socialista de Campo Grande na região, além de aspectos como a segregação, a construção espacial e os modos diversos de lutas estabelecidas no lugar.

Aqui, teremos como ponto de partida a análise da questão segregacionista associada às formas de ocupação recentes ocorridas em Campo Grande.

4.1 SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE NA REGIÃO DE CAMPO GRANDE

O uso da expressão *segregação* pode parecer desproporcional, e até excessivo, quando nos referimos a uma região tão ampla como a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro ou à própria região de Campo Grande. Por esse motivo, faz-se necessário iniciarmos nossa reflexão estabelecendo os contornos do que entendemos por segregação, que, para nós, envolve uma série de condições.

Assim, quando nos referimos a segregação, estamos pensando nas dificuldades enfrentadas, especialmente, pelos moradores dos bairros que integram a XVIII Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro, ou Região Administrativa de Campo Grande. São eles: Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba e Cosmos.

E quais seriam essas dificuldades e condições às quais estão submetidos os moradores desses bairros? Elas se remetem a serviços públicos essenciais, tais como: transporte – em algumas regiões existe um domínio quase exclusivo das vans; saúde; moradia; saneamento básico; água potável; coleta de lixo; educação; cultura; segurança – algumas comunidades, quando não são dominadas pelo tráfico de drogas, estão nas mãos das milícias³⁴.

Esses problemas, entre outros, não são exclusividade dos moradores dessa parcela da Zona Oeste, mas, nela, eles estão presentes com maior intensidade, configurando um profundo descaso. A segregação social vivida por essas populações é percebida nos dados estatísticos e sentida no cotidiano, no caminhar pelas ruas ou na tentativa de circular para além delas, isto é, para outras regiões da Cidade.

Realizando uma leitura atenta de Elias e Scotson (2000), pode-se compreender como e em quê (ou em quem) se assentam a interpretação e o reconhecimento de determinada região. Embora a obra se debruce sobre uma pequena comunidade inglesa – ficticiamente nomeada pelos autores como Winston Parva –, ela proporciona, como veremos, que nos valhamos desta mesma experiência para entender e explicar outras comunidades. De acordo com Elias e Scotson, a construção do significado e representação de uma região, ou do que ela pode vir a ser, é, em parte, resultado de como seus habitantes a enxergam – e se enxergam:

A semelhança do padrão de estigmatização usado pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos *outsiders* no mundo inteiro – a semelhança desse padrão a despeito de todas as diferenças culturais – pode afigurar-se meio inesperada a princípio. Mas os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos *outsiders* de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu *status* elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de *outsiders* e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 28)

Certamente, poderíamos nos dirigir à imensa maioria dos moradores da XVIII RA como *outsiders*, principalmente se a compararmos com moradores de outras regiões e zonas

³⁴ Cf. MAGALHÃES, A. S. *Entre movimentos e possibilidades: grupos policiais, tráfico de drogas e capital social na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2007.

da Cidade, ou até mesmo com os de outros bairros que também fazem parte da Zona Oeste, como Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

Aqui, portanto, quando falo da existência de uma segregação dos bairros que fazem parte da XVIII RA, estou pensando em um processo que encerra tanto o seu afastamento físico com relação às áreas centrais da Cidade quanto a pobreza e a ausência de uma série de serviços públicos que poderiam oferecer uma melhor qualidade de vida a seus moradores. Esse processo tem dimensões ainda mais críticas em comunidades muito pobres como Vilar Carioca, Carobinha, Favela do Barbante, Santa Margarida e Favela das Almas³⁵, onde seus moradores, diariamente, têm que conviver também com a violência do tráfico de drogas, a violência policial e, recentemente, a violência miliciana. Algumas dessas comunidades se formaram a partir de ocupações desordenadas do território, não sendo acompanhadas pelo poder público. E, nos últimos anos, os bairros da XVIII RA presenciaram a construção de diversos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, que abrigam populações, em sua maioria, oriundas de remoções exercidas na Cidade em função das obras para a Copa do Mundo, realizada em 2014, e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Esses *outsiders*³⁶ convivem, ademais, com descrições negativas dos lugares em que moram, quase sempre esquecidos, marginalizados e alguns extremamente miseráveis. Não é à toa que nessas áreas se encontram altos índices de analfabetismo, doença, desemprego, homicídio, coexistindo com um forte comércio e uma expansão imobiliária crescente desde o início do século XXI.

Em 2011, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Rio de Janeiro (Sebrae/RJ) elaborou um material³⁷ no qual são apresentadas informações

³⁵ De acordo com os dados apresentados por Cezar (2002), até o ano de 2000, 37.894 pessoas viviam em áreas de favela na XVIII RA Campo Grande, número que, de lá para cá, deve ter aumentado em função das mudanças ocorridas na ocupação da região. Cf. CEZAR, P. B. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. *Coleção Estudos Cariocas*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2002.

³⁶ Aqui, estamos utilizando a expressão *outsiders*, de Elias e Scotson (2000), com um sentido mais amplo. Quando os autores se referem aos *outsiders* da pequena comunidade de Winston Parva, eles criam uma categoria da qual nos apropriamos a fim de chamar a atenção para a condição de vida e o sentimento de uma parcela significativa da população carioca, que vive geograficamente distante do Centro da Cidade e concretamente apartada de condições de vida satisfatórias. A nossa apropriação da expressão é proposital, pois se pretende provocativa, ao entender que se faz urgente um debate mais profundo sobre a segregação que acomete parte relevante dos moradores da Cidade e que tende a passar despercebida.

³⁷ SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – RIO DE JANEIRO (SEBRAE/RJ). *Informações socioeconômicas da Região Administrativa Campo Grande*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/BAE38E2D7D9A6CE9832579570065E12F/\\$File/Campo%20Grande.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/BAE38E2D7D9A6CE9832579570065E12F/$File/Campo%20Grande.pdf)>.

socioeconômicas referentes às trinta e três Regiões Administrativas da Cidade. O enfoque do material é o potencial socioeconômico das regiões, não contendo nenhuma análise crítica dos dados. Ainda assim, é importante trazê-los para a minha discussão, pois eles expressam em números tudo o que foi dito sobre a XVIII RA de Campo Grande até este momento do capítulo.

De acordo com o material, ela possuía uma população de 542 mil habitantes em 2010, o que corresponde a 8,57% da população total da cidade do Rio de Janeiro. Todavia, ela ocupa a vigésima segunda (22^a) posição entre as Regiões Administrativas quanto ao seu Índice de Desenvolvimento Humano. O baixo IDH é reflexo da falta de investimentos efetivos e comprometidos com saúde, educação, transporte, saneamento básico e moradia de qualidade. Na região, ainda é possível encontrar áreas que não possuem abastecimento de água e saneamento eficazes, de modo que a ausência de uma política pública evidentemente contribui para que ela apresente números tão baixos no seu IDH.

No item saúde, a região tem uma expectativa de vida ao nascer considerada baixa – 68,7 anos – comparada à do município do Rio de Janeiro – 70,2 anos –, e a sua taxa de mortalidade infantil corresponde a sessenta e oito óbitos por mil nascidos vivos, enquanto a municipal é de 2,1 óbitos por mil nascidos vivos.

Quanto a educação, a região possui taxa média de alfabetização inferior – 95,4% – à do Município – 95,6%. O mesmo ocorre com a média de anos de estudo: 5,9 anos na região contra 6,8 anos no município do Rio de Janeiro.

Esses são alguns números que nos ajudam a compreender a composição social e as condições de vida da população da região de Campo Grande. É preciso destacar também que, desde 2011, a região vem recebendo uma elevada quantidade de populações removidas de várias áreas da Cidade³⁸ e que são contempladas pelo programa habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, fato que contribui para um considerável aumento populacional e fortalecimento do elemento segregacionista.

Diante da segregação, como esses moradores reconhecem suas regiões? Diante de tantas dificuldades, como essas pessoas convivem com sua própria realidade? O sentimento de segregação social está associado a um sentimento de não pertencimento e de negação,

³⁸ Não existem dados oficiais sobre as remoções de populações para as obras da Copa do Mundo, realizada em 2014, e dos Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos Rio 2016. Os dados a que tivemos acesso foram divulgados pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Cf. COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>.

produzido, muitas vezes, de dentro para fora, refletindo a carência de uma percepção crítica da realidade. Em outras palavras, refletindo a falta de um domínio a respeito das questões políticas, econômicas e sociais que provocam e sustentam essa realidade, não sendo, assim, problematizadas.

Levando em consideração toda a discussão colocada até este momento, incluindo os outros dois capítulos de meu trabalho, percebe-se, na região de Campo Grande, a presença da diversidade, aqui oriunda também da desigualdade social. Do ponto de vista acadêmico, trata-se de um mosaico que estimula e desafia o estudo e a pesquisa. Assim, ao me debruçar sobre ele, não posso perder de vista o debate sobre a questão das identidades presentes nesse espaço ou daquelas que foram e são construídas. Pois, evidentemente, a existência dessa multiplicidade colabora diretamente para a construção de identidades múltiplas.

Estando em concordância com a reflexão de Elias e Scotson (2000), partilho ademais de sua metodologia de análise sobre as relações no interior de uma comunidade. É claro que o território que abordo, a região de Campo Grande, é muito mais amplo que aquele examinado pelos autores, mas não deixa de vivenciar experiências semelhantes àquelas de Winston Parva. Nesse sentido, aponto para o fato de que as identidades se constituem como resultado das relações que são estabelecidas no lugar e para além dele.

Ao percorrermos o estudo de Elias e Scotson, vamos ao encontro da obra *Os condenados da cidade*, de Wacquant (2001). Nela, os condenados da cidade são duas populações de países distintos e avançados marcadas pela pobreza, exclusão e segregação: o gueto negro norte-americano e a periferia urbana francesa. Se me vali da contribuição de Elias e Scotson como referência, é Wacquant (2001), no seu trabalho bastante significativo, que me permite ver através do véu e mergulhar em uma pesquisa profunda sobre, especificamente, a região de Campo Grande. A análise empreendida aqui da realidade dos lugares mais empobrecidos da Zona Oeste do Rio de Janeiro vai ao encontro dos estudos elaborados pelo autor sobre duas comunidades igualmente pobres e marginalizadas. Não importa se falamos da França, dos Estados Unidos da América ou do Brasil, pois a globalização da pobreza e da estigmatização dos pobres escapa às supostas fronteiras:

Favela no Brasil, *poblacione* no Chile, *villa miseria* na Argentina, *cantegril* no Uruguai, *rancho* na Venezuela, *banlieue* na França, *gueto* nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e

desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. (WACQUANT, 2001, p. 13, grifos do autor)

E o que são esses lugares? No caso da Zona Oeste, são aqueles onde a segregação tem raízes fundas, aqueles que colocam seus habitantes em uma posição inferiorizada, onde as identidades sofrem diretamente com estigmas variados, impostos aos que aí vivem. Falo aqui também, e em especial, das mais de vinte e seis favelas da região de Campo Grande e dos novos conjuntos habitacionais do programa MCMV, construídos em Cosmos, na Estrada do Campinho, próximos à Avenida Brasil, mas distantes do centro de Campo Grande e do acesso a transporte, escola e lazer.

Desde 2011, com as obras realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em função dos megaeventos (Jornada Mundial da Juventude, em 2013, Copa do Mundo, em 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016), uma grande quantidade de pessoas vem sendo removida de suas comunidades, como é o caso dos moradores da Vila Harmonia, Restinga, Metrô-Mangueira, Vila Autódromo, entre outras. A maioria dessas populações foi reassentada em condomínios do programa MCMV localizados na região de Campo Grande, de modo que assistimos não somente a milhares de pessoas sendo retiradas à força de seus locais tradicionais de vida, mas também sendo realocadas em uma região que não possui nenhum significado para elas³⁹. Nesse sentido, esses novos moradores são somados àqueles que já vivem em uma região da Cidade esquecida pelo poder público e estigmatizada.

Deparo-me com a colaboração de Wacquant (2001) na minha tentativa de compreender como essas populações foram, e ainda são, totalmente retiradas das cenas mais significativas de uma grande cidade como o Rio de Janeiro; como a distância física desses locais foi transformada em estigma, preconceito e discriminação, beirando o folclórico entre as elites e regiões nobres da Cidade; e como ela se tornou um abismo quase sempre intransponível:

São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, violência, vício e desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, famílias de trabalhadores de baixa renda e imigrantes não-legalizados é tipicamente retratado de longe, em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal. (WACQUANT, 2001, p. 13)

³⁹ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>.

É imprescindível salientar que, evidentemente, a pobreza, a miséria, a carência de serviços públicos essenciais e o abandono por parte do poder público não são exclusividade de algumas regiões da Zona Oeste. Este é um cenário recorrente em muitas outras comunidades das zonas Sul e Norte e do Centro da Cidade, que igualmente sofrem estigmas, preconceitos e discriminações. Entretanto, há um aspecto determinante que diferencia as comunidades da Zona Oeste e as dessas outras regiões: as primeiras, por sua localização geográfica, afastada dos polos econômicos, políticos e culturais do Município, são, mais do que esquecidas, simplesmente *desconhecidas* pela maioria absoluta do resto da população, como se – e não exagero em nada ao afirmar isso – simplesmente não existissem ou não pertencessem à Cidade.

Seguindo, então, essa linha reflexiva, consegui entender a realidade na qual as diversas identidades da região de Campo Grande são construídas, bem como alguns elementos que intervêm nessa construção – segregação, exclusão, marginalização, esquecimento e, até mesmo, apagamento. É preciso que estejamos sempre atentos à inserção da região de Campo Grande naquele âmbito traçado por Wacquant (2001). A partir dele, identifica-se que não é necessário que saíamos de nossos espaços de vivência e convivência para constatarmos que em outros lugares existem elementos que lhes são próximos e/ou semelhantes, em função da lógica sistêmica de um projeto de sociedade que se faz hegemônico em várias partes do mundo. Esse projeto é o principal responsável pelo surgimento e fortalecimento de um panorama para o qual Wacquant dirige um alerta:

No nascer de um novo século, a incapacidade dos governos dos países desenvolvidos, ou a má vontade de suas classes dominantes convertidas ao neoliberalismo, em checar o acúmulo social e espacial de injustiça econômica, desfiliação social e desonra cultural ao deteriorar a classe trabalhadora e os enclaves etnoraciais da metrópole dual promete provocar inquietação recorrente a um desafio assustador à instituição moderna da cidadania. (WACQUANT, 2001, p. 16)

Em que medida esta constatação pode ter correspondência com a realidade de uma região de uma das maiores cidades do mundo que, contraditoriamente, sequer faz parte do chamado mundo desenvolvido? Acredito que a realidade da região de Campo Grande é um espelho – que reflete e, ao mesmo tempo, é reflexo – dessa constatação, pois, se falo a partir de um modelo econômico capitalista, entendo que não há surpresas muito agudas entre as mazelas, as crises e as desigualdades sociais. A verificação de Wacquant, portanto, não é exclusiva aos países desenvolvidos, e sim a regra para as regiões socialmente periféricas do mundo.

A segregação é uma construção social e histórica que atende a determinados interesses políticos e econômicos. Quais seriam, então, os interesses que estão por trás da segregação de áreas em países capitalistas? No caso da região de Campo Grande, o processo segregacionista vem sendo estabelecido e aperfeiçoado por motivos semelhantes aos expostos por Wacquant:

Em segundo lugar, é útil para distinguir pelo menos, entre a *condição* social característica de uma área de banimento, sua *posição* no sistema hierárquico de cada sociedade, e a *função* que exerce na organização social de cada metrópole. Algumas dessas regiões servem como reservatórios ativos e elásticos de força de trabalho de baixa habilidade; outras são apenas armazenamento de população excedente sem utilidade política e econômica identificável no novo capitalismo dualizante; outros ainda são depósitos, meramente espaciais, para o exílio de categorias sociais indesejáveis. (WACQUANT, 2001, p. 17, grifos do autor)

A crítica é bastante significativa para compreendermos que existe, de fato, uma construção de espaços de banimento em variados lugares do mundo, espaços que atendem aos interesses do capital e de seu modelo baseado na desigualdade e na exploração. Não posso correr o risco de cair no erro da generalização, mas também não posso ignorar algumas semelhanças e proximidades, que saltam à vista, entre esse exame de Wacquant e a realidade da região de Campo Grande, principalmente suas áreas mais pobres, onde a segregação é ainda mais acentuada.

Por outro lado, há, na análise do autor, um elemento que se deve descartar no caso da Zona Oeste, de suas regiões, bairros e sub-bairros. Trata-se daquele que se refere a espaços de *armazenamento de população sem utilidade política*. Isso porque o voto no Brasil é universal e obrigatório, inclusive aos analfabetos, e ele é utilizado como instrumento de barganha e de ascensão ao poder de grupos e famílias. Na Zona Oeste da Cidade, especificamente, o caso mais emblemático é o das milícias, caso que circulou na mídia por muito tempo e que ainda é uma realidade bastante viva e presente em diversos bairros da zona. A milícia, aqui, como organização paramilitar – que se vale, em certa medida, da máquina policial – e braço ilegal do Estado, tem uma ligação direta com vários parlamentares no âmbito local, alguns ainda exercendo mandato e outros presos. Assim, o voto desses “pobres” é fundamental para manter essa estrutura criminosa e proporcionar mandatos parlamentares a milicianos e/ou seus aliados.

O trabalho de Magalhães (2007) apresenta esse quadro de entrada da influência da milícia no campo legislativo. Além de obterem recursos financeiros com a exploração do transporte de vans e dos serviços clandestinos de água, gás e televisão a cabo, os milicianos

têm no Parlamento um forte aliado, pois, por possuírem controle sobre imensos territórios, conseguiram eleger seus “representantes”. Os condomínios do programa MCMV localizados em Cosmos, bairro da região de Campo Grande, por exemplo, são controlados por milicianos, que já chegaram a expulsar moradores por suposto envolvimento destes com o tráfico de drogas das regiões de onde provieram. Recentemente, o controle das milícias nos conjuntos MCMV é tema recorrente na mídia⁴⁰.

Pode-se afirmar, portanto, que essas populações, embora marginalizadas, possuem *utilidade política*, sendo uma de suas funções alimentar um sistema eleitoral viciado, baseado na troca de favores, no aliciamento e exploração dessas mesmas populações, desprovidas do mínimo. Valendo-nos novamente da obra de Wacquant (2001), o autor, ainda na introdução, discorre a respeito do caso do Brasil, o que me proporciona mais elementos analíticos. Vejamos o que dele diz:

Assim, no Brasil, o mesmo rótulo de *favela* pode conter áreas estáveis que continuam a oferecer abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora dentro da cidade, zonas nas quais as vítimas da “desindustrialização regressiva” são entregues ao seu próprio destino na economia informal nas ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de *marginais* definidos pela experiência de estigma do grupo e de mancha coletiva. Finalmente, necessita-se especificar o *grau e a forma de penetração do Estado* em comunidades relegadas bem com a cambiante, e muitas vezes contraditória, relação que seus habitantes mantêm com vários funcionários, escolas, hospitais e agências públicas, com a burocracia da habitação e da previdência social, com os tribunais e a lei. (WACQUANT, 2001, p. 17-18, grifos do autor)

Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, coexistem múltiplas realidades, e essa exposta por Wacquant é uma delas, predominante nos bairros da região de Campo Grande. O seu quadro social é formado pela permanente carência de estrutura pública quanto a transporte, saúde, educação (os hospitais, postos de saúde e escolas existentes não conseguem atender às necessidades de todos os moradores) e segurança – os moradores dessa região convivem diariamente com a violência da polícia, aparato repressor do Estado, e de grupos armados que controlam diversos territórios. Esse quadro é resultado da quase inexistência de políticas públicas, do descaso dos governos e do crescimento e fortalecimento de uma política que atua em função da troca de favores.

⁴⁰ Uma matéria publicada na página *online* do jornal *O Globo*, em 14 de setembro de 2014, relata o controle das milícias sobre diversas regiões da Cidade e, especialmente, em Campo Grande, região considerada o maior reduto miliciano do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/levantamento-do-globo-revela-que-milicias-ja-agem-em-36-municipios-do-estado-do-rio-13931365>>.

Se compreendemos que a segregação está associada a vários fatores, compreendemos, concomitantemente, que existem múltiplas formas de segregação. Estas, sem dúvida, possuem uma participação direta na construção de uma identidade, ou melhor, de identidades, se pensarmos na região de Campo Grande. Em outras palavras, a constituição de identidades diversas está ligada à existência de realidades também distintas. Entretanto, embora a região de Campo Grande, como já mencionado, abarque diferentes realidades, nela predomina aquela marcada pela segregação, exclusão, abandono. E isso significa dizer que essas marcas também são identitárias e prevalecem sobre outras.

Quando recorri à reflexão de Wacquant (2001) sobre segregação, marginalização, guetização e pobreza, consegui mapear e analisar não somente a multiplicidade identitária da região de Campo Grande – mesmo que algumas marcas se sobreponham a outras –, mas como e a partir do quê ela foi e é formada.

Não é possível falar em identidade(s) sem levar em consideração as formas de construção da(s) realidade(s), e vice-versa. Essas formas pressupõem as perspectivas díspares que as populações têm sobre suas regiões, sobre o lugar onde vivem e convivem, o que pensam ou são levadas a pensar sobre ele, como o enxergam. Os elementos que configuram uma ou várias realidades – as convenções, as relações culturais, sociais e políticas que nelas se estabeleçam –, por sua vez, participam da construção daquilo que as pessoas compreendem de si próprias, do que em si reconhecem e identificam.

Neste ponto de nossa análise, trazemos para a discussão a reflexão de Hall (2003):

As mudanças no equilíbrio e nas relações das forças sociais ao longo dessa história se revelam, frequentemente, nas lutas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares. O capital tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em torno do capital exigia um processo mais ou menos contínuo, mesmo que intermitente, de reeducação no sentido mais amplo. E a tradição popular constituía um dos principais locais de resistência às maneiras pelas quais a “reforma” do povo era buscada. (HALL, 2003, p. 247-248)

Posso trabalhar com esse exemplo da cultura popular, no qual o autor tenta esclarecer o que, de fato, essa expressão significa. Não me cabe aqui aprofundar essa questão, mas perceber como a cultura popular interferiu e interfere hoje na edificação da(s) identidade(s) da região de Campo Grande. Nesta, a cultura popular vem sendo modificada ao longo dos anos, um dos exemplos é o fim das festas de rua que aconteciam na área central do bairro nos meses de junho e julho. Essas festas eram manifestações da cultura local, eram espaços de convivência e divertimento. Os motivos para o seu desaparecimento não são baseados em situações concretas. Mas, de qualquer forma, o fim dessas festas indica uma transformação

em uma prática cultural que compunha a identidade do lugar; representa uma perda identitária, que nem sempre é recuperada ou substituída. Nesse caso específico, criou-se o hábito entre os grupos familiares de realizar as mesmas festas agora em ambientes mais restritos, gerando-se, assim, novas formas de identificação:

Luta e resistência – mas também, naturalmente, apropriação e expropriação. Na realidade, o que vem ocorrendo frequentemente ao longo do tempo é a rápida destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo. A “transformação cultural” é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. Em vez de simplesmente “caírem em desuso” através da Longa Marcha para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares. (HALL, 2003, p. 248)

A conversão de práticas culturais populares em algo novo, ou sua destruição, transveste também os elementos identitários de uma sociedade, um povo, uma comunidade. Esses processos estão inter-relacionados. E, aqui, estou levando em conta, inclusive, a possibilidade de resistência a essa conversão ou destruição, resistência, ela mesma, que pode se tornar um novo elemento identitário. Reconheço, portanto, a existência dessa relação íntima e julgamos a cultura popular um importante componente na análise de uma diversidade identitária em uma mesma região, pois ela está entre os elementos que compõem essa multiplicidade.

No caso da região de Campo Grande, essa variação de identidades é verificável, por exemplo, no encontro entre os recentes moradores oriundos das remoções realizadas na Cidade nos últimos anos, realocados nos conjuntos habitacionais do programa MCMV, e os moradores que já viviam na região. Em certo momento, essas identidades e realidades se chocam, mas, ao mesmo tempo, reconhecem-se em um ponto em comum: a segregação, em maior ou menor grau. Se muitos aspectos distanciam as identidades e as realidades desses recentes e antigos moradores, alguns outros relevantes as aproximam: a marginalização, o abandono, o esquecimento. E isso, evidentemente, torna a questão das construções identitárias na região ainda mais ampla e complexa.

Ao tratar de identidades múltiplas, é interessante trazer para o debate as reflexões de Agier (2001):

De acordo com a abordagem contextual, não existe definição de identidade em si mesma. Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo. A coisa em jogo pode ser, por exemplo, o acesso à terra (caso em que a identidade é produzida como fundamento das territorialidades), ao mercado de trabalho (quando as identificações têm um papel de exclusão, de integração ou de privilégio hierárquico) ou às regalias externas, públicas ou privadas, turísticas ou

humanitárias (e as identidades podem ser os fundamentos do reconhecimento das redes ou facções que tomam para si essas regalias). O que está em jogo é sempre passível de ser detectado na pesquisa empírica contextualizada, aprofundando caso por caso o conhecimento de tudo o que cerca a questão identitária, constituindo então a parte mais relativa da identidade, aquela que se nota quando as identidades são consideradas como processos localizados, datados, mas que desaparece quando se fala das identidades como produtos já dados. (...)Com efeito, o ponto de partida das buscas de identidade individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro. É necessário, então, pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo, até mesmo de vários olhares cruzados. Desse ponto de vista, os meios urbanos podem ser fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários. A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade. Por sua vez, esses relacionamentos “trabalham”, alterando ou modificando, os referentes dos pertencimentos originais (étnicos, regionais, faccionais etc.). Essa transformação atinge os códigos de conduta, as regras da vida social, os valores morais, até mesmo as línguas, a educação e outras formas culturais que orientam a existência de cada um no mundo. Dito de outra forma, o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças etc.), é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma. O mesmo ocorre com relação à mudança em um mesmo contexto local. Em uma situação de mudança social acelerada, como a que se vive em todas as partes do mundo ao longo das últimas décadas, os estatutos sociais se recompõem e os indivíduos devem redefinir rapidamente sua posição, em uma ou duas gerações. Nesse momento, a questão identitária torna-se um problema de ajuste, simultaneamente social na sua definição e individual em sua experiência. A relação do indivíduo consigo próprio ao mesmo tempo que com sua cultura e sua linhagem se torna então problemática. (AGIER, 2001, p. 9-10)

O trecho permite-me aprofundar minhas reflexões e abrir um leque de possibilidades ao trabalhar com uma região que se localiza na periferia de um centro urbano e que é hoje, entretanto, predominantemente urbana. Possibilita-me, então, traçar considerações sobre alguns dos elementos que estão envolvidos nas construções de identidades na região de Campo Grande, tais como a localização, a segregação, a marginalização, o abandono, o esquecimento, a carência, a pobreza; as mudanças na cultura, nas tradições e na paisagem; a estigmatização, os olhares que os moradores têm de si mesmos, que passam pelos olhares que têm do lugar onde vivem e convivem, e as visões – ou simplesmente a ausência delas – que o resto da população da Cidade tem da região e de seus habitantes.

Estamos diante, portanto, de uma gama de elementos que apontam para um exame cada vez mais preciso da construção dessas diferentes identidades e de como elas são reforçadas ou questionadas, problematizadas. Identificar esses elementos é fundamental para

elaborarmos não apenas uma apresentação descritiva da região de Campo Grande, mas uma análise crítica de sua realidade social, política e econômica.

Nos últimos anos, em função dos megaeventos, obras de embelezamento e “acessibilidade” foram realizadas em vários pontos da Cidade, em detrimento da retirada à força de milhares de pessoas de suas comunidades. É imprescindível destacar que nenhuma dessas pessoas têm ou terão acesso aos espaços, de apelo claramente turístico, que abrigaram e vão abrigar os megaeventos, tampouco poderão usufruí-los, pois, sendo essas pessoas segregadas, esses lugares se tornam inviáveis. As obras de “acessibilidade” servem somente a uma pequena parcela da população da Cidade e a seus visitantes. Para os demais habitantes, essas obras “dão acesso” a espaços que continuam inacessíveis. Assim, fica evidente que essas remoções fazem parte de um processo histórico, ainda afirmado e fortalecido, de “higienização”, de segregação e exclusão, quando não criminalização, da população pobre.

Aqui, a segregação acontece duplamente: primeiro, pela apartação desses moradores de seus lugares de pertencimento; segundo, pelo assentamento deles em uma região não só afastada dos centros econômicos, políticos e culturais da Cidade, mas com uma infraestrutura extremamente precária. O processo segregacionista é, desse modo, não apenas mantido, como ampliado, reforçado e sofisticado, pois esses novos moradores são recebidos pelos antigos – também marginalizados – como intrusos, favelados, cuja permanência na região apenas contribui para piorar sua realidade social já degradada. Os recentes habitantes da região não são, dessa maneira, reconhecidos como moradores legítimos e sofrem, diariamente, com a segregação e a estigmatização em dois níveis. Isso porque, dito de forma simples e objetiva, os antigos moradores, segregados e estigmatizados, por sua vez segregam e estigmatizam os novos. Estes foram expulsos de suas comunidades e conduzidos a um local onde não são aceitos, estranho a eles. Os novos moradores da região carregam aquele sentimento do estrangeiro de não pertencimento do espaço, não empoderamento, como se vivessem em um limbo, em um entrelugar.

Esse cenário complexo e delicado, que compõe a identidade múltipla da região atualmente, representa um grande desafio para os trabalhadores, também moradores, das áreas da saúde e da educação e para os militantes dos movimentos sociais, que lutam pela melhoria das condições de vida na região e, para tanto, precisam entender, permanentemente, suas novas configurações e os contornos diversos dessa realidade. Essa compreensão é um desafio constante, e ela, de modo algum, esgota-se nesta análise.

É nesse mosaico identitário, formado por semelhanças e diferenças profundas entre indivíduos e grupos sociais, que o Núcleo Socialista de Campo Grande atua há mais de uma década. O enfrentamento desse desafio é realizado por meio das próprias ações do movimento social, que vem crescendo cada vez mais e, apesar de ainda não ser conhecido pela totalidade da população da região, é uma referência na realização de ações públicas que atinjam essa comunidade. A partir deste momento, transitaremos pelas variadas atividades realizadas pelo NSCG e, então, poderemos ter clareza da forma pela qual o movimento atua e quais são suas propostas de intervenção e transformação da realidade em que está inserido.

4.2 AS AÇÕES DO NÚCLEO SOCIALISTA NA REGIÃO DE CAMPO GRANDE

O Núcleo Socialista de Campo Grande tem como área de atuação a região de Campo Grande e, desde a sua criação, vem desenvolvendo e ampliando diferentes modos de incursão na realidade da região. Suas principais atividades são: as reuniões mensais, que acontecem sempre no primeiro domingo do mês, às 16:00 horas; e os atos no calçadão de Campo Grande, que ocorrem de maneira fixa nas chamadas *datas oficiais comemorativas*. Além disso, desde 2013, estes atos vêm acompanhando a conjuntura política do País, aproveitando debates e questões que estão atualmente em pauta, como, por exemplo, a luta contra a redução da maioria penal. Ao longo dos anos, as ações do NSCG foram se expandindo para além das reuniões mensais e dos atos no calçadão de Campo Grande, e, assim, em 2009, o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP) foi criado. Hoje ele funciona em uma casa no bairro de Campo Grande, que é a sede também do NSCG. Os depoimentos dos militantes e das lideranças nos ajudarão a compreender essas ações, bem como o papel do IFHEP na sua relação com o NSCG⁴¹.

⁴¹ Desde 2010, acompanhamos as ações do NSCG e do IFHEP, participando dos atos no calçadão de Campo Grande, das reuniões mensais de domingo e de algumas atividades no IFHEP. Para a construção deste trabalho de tese, registramos esses momentos em fotografias, vídeos e anotações pessoais, presentes em um caderno de campo.

4.2.1 As reuniões de domingo do Núcleo Socialista de Campo Grande

Figura 8: Reunião de domingo do Núcleo Socialista de Campo Grande



Fonte: Daniel Pedroza, 2015.

A atividade mais antiga do NSCG é sem dúvida a reunião mensal de domingo, que, antes da constituição da sede, aconteciam quase sempre na casa de Tobias Tomines Farias, principal liderança do NSCG. Essas reuniões constituem um marco de solidificação do movimento:

Então os nossos encontros mensais... E aí é bom que se diga: ao longo de todos esses anos, nunca deixamos de fazer nossas reuniões mensais, nunca. Pelo menos que eu tenha lembrança. Mas com convicção, nos últimos anos, nós não deixamos de fazer nossa reunião nenhuma vez, às vezes com oito, nove, dez, às vezes com trinta, quarenta, dependendo do tema, dependendo do momento⁴².

Percebe-se, assim, nas palavras de Tobias, que as reuniões do NSCG, como atividade fundadora e nuclear, ocorrem assiduamente, sendo elemento fundamental para a manutenção e ampliação do grupo.

Outro militante entrevistado, Daniel Domingos de Azeredo, apresenta uma narrativa semelhante à de Tobias quanto ao comprometimento com a realização das reuniões:

O que a gente faz concretamente? A nossa dinâmica é se reunir ordinariamente todo primeiro domingo de cada mês. A gente tem feito isso praticamente sem falhar desde que... Desde 2006, quando começo a atuar realmente. Desde então praticamente sem falhar nenhum domingo, com alguma exceção de algum feriado, de alguma coisa assim que a gente acaba movimentando ou alguma outra coisa assim que realmente eu não lembro, já teve algum domingo assim, que talvez a gente tenha falhado⁴³.

O depoimento de Daniel confirma a regularidade praticamente inabalável das reuniões do NSCG, fator que certamente contribui na formação política mesmo daqueles que não têm

⁴² Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

⁴³ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

uma militância tão sólida no movimento. Acompanhei essas reuniões desde 2010 – quando se iniciou nossa pesquisa – e posso afirmar que o compromisso com elas é, de fato, vigoroso. Nesse período de quatro anos e meio, testemunhei que elas sempre aconteciam, independentemente da quantidade de participantes. E é inequívoco que esse compromisso obstinado foi fundamental para a sobrevivência do NSCG ao longo de mais de dez anos.

O caráter e a dinâmica das reuniões podem ser compreendidos na narrativa de Tobias:

As nossas reuniões são reuniões claramente de formação política. Como é que elas se dão: no primeiro momento, nós nos reunimos para refletir normalmente sobre um pequeno texto ou víamos um filme e fazíamos uma reflexão em cima disso ou um pequeno texto. Já há muitos anos que nós optamos por trazer um convidado que faz uma exposição a respeito de um determinado tema que nos interesse, e em seguida abrimos o debate, abrimos o diálogo com esse expositor, com esse convidado, assim temos feito... São reuniões nitidamente de formação política, são reuniões abertas, são reuniões que nós convidamos todos e todas, convidamos nossos alunos, a maioria de nós somos professores e professoras, é o meu caso, eu sou educador... São reuniões abertas então, são reuniões de produção teórica, de formação elementar de base, mais de produção teórica, esse é um espaço. As nossas reuniões também são marcadas pela organização de atividades de características mobilizatórias, então rotineiramente nós vamos para o calçadão de Campo Grande⁴⁴.

Possuindo um caráter de formação política, a dinâmica das reuniões, observa-se acima, nem sempre foi a mesma. Esse espaço, que antes era dedicado somente à reflexão coletiva de temas a partir de textos e filmes, tornou-se mais abrangente, aprofundando a produção teórica e a formação de base, bem como acolhendo convidados. Outra característica relevante é que são abertas ao público, a qualquer um que delas quiser participar. O *modus operandi* das reuniões é reafirmado por Daniel:

Na nossa dinâmica, quando a gente tem um debate que precise de alguma assessoria, a gente chama alguém, e a gente faz até questão de chamar pessoas de fora *pra* estar ali com a gente, conhecer, estar trocando ideias... E aí de repente esta pessoa não pôde vir e aí a gente fica meio sem pernas, mas também não cancela por causa disso não. Nem que a nossa reunião seja fazer um bate-papo entre nós, no caso de pouco quórum, né? De repente vem só aquele núcleo duro do Núcleo, assim, um dia chuvoso e aí vem só eu e Tobias, Marina e Rose, que é mais ou menos o núcleo duro, Thayná e o Nílvio, que é hoje mais ou menos esse o núcleo duro, a gente senta e conversa sobre aquilo ali, ou então faz uma reunião mais pragmática sobre o próximo ato ou algo do tipo⁴⁵.

Aqui, percebe-se que a dinâmica das reuniões é flexível, adaptável, mas a sua realização é fixa e permanente, acontecendo independentemente das possíveis mudanças de

⁴⁴ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

⁴⁵ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

plano, um convidado que falte ou a quantidade de pessoas presentes. A quantidade de participantes é uma questão bastante interessante, pois a divulgação das reuniões é feita praticamente de boca em boca. Isso compromete uma possível regularidade no número de frequentadores, mas também confere às reuniões uma característica flutuante, aberta à constante movimentação, às novidades, às surpresas. Por outro lado, participamos, nos últimos quatro anos e meio, de muitas dessas reuniões e pudemos identificar que o núcleo duro, ao qual Daniel se remete, faz-se presente em mais de 90% delas.

Vejamos a continuação do relato de Daniel sobre a dinâmica das reuniões mensais de domingo:

E essas reuniões, como eu falei, a gente escolhe um tema, vê se esse tema está de acordo com alguma coisa da atualidade, como, por exemplo, no ano passado, as manifestações, com as eleições de dois em dois anos, a gente tenta dialogar com as eleições, violência contra a mulher, as questões que são de base mesmo, e a partir desse tema a gente pode tirar um texto *pra* fazer uma leitura ou chamar alguém *pra* assessorar a gente... E aí nessas reuniões às vezes tem cinco, às vezes tem quarenta, nunca dá *pra* gente prever. Eu e Tobias, a gente sempre brinca e a gente sempre pergunta: “e aí Daniel, quantas pessoas vai ter?” E aí, eu sei lá de onde eu tiro, eu chuto um número, a maioria das vezes eu acerto e ele fica até achando que eu tenho alguma técnica *pra* isso. Mas aí tem a ver com o tema, tem a ver com a data. Então a gente vai sentindo assim, a partir do tema eu direi: vai ter trinta, vai ter vinte. Eu lembro que teve um que a gente estava discutindo, quando teve a Rio+20, a gente trouxe alguns companheiros *pra* estar assessorando a gente. Naquela época estava uma mobilização de várias pessoas, estava tendo alguns debates por aí e aí *teve* quarenta e tantas pessoas, a gente até tirou lá de dentro da sala de aula e botou aqui *pra* fora e fez uma roda *pra* poder caber todo mundo, e de algumas outras vezes a gente teve que ir *pro* bar mesmo, conversar lá porque só teve o quórum mínimo ali, nós quatro, nós cinco⁴⁶.

Esse modelo de organização das reuniões reflete um traço expressivo do NSCG: atuar como um movimento social aberto. Um aspecto que nos chama a atenção é o fato de que a pretensão elementar dessas reuniões é que elas consigam justamente se realizar, independentemente do número de participantes. Pois seu principal objetivo é produzir reflexões e debates, qualquer seja a quantidade de pessoas presentes. Fazer acontecer as reuniões configura, aqui, um ato político, de preservação e resistência. E quem o garante é um grupo de quatro, cinco, seis militantes, o chamado *núcleo duro* do NSCG. Mas isso, de modo algum, significa que as reuniões sejam uma atividade em si mesma ou fechada, melhor dizendo, encerrada no seu núcleo duro. Pelo contrário, a sua busca é sempre pelo debate, pelo

⁴⁶ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

diálogo, pela troca com o maior número de pessoas, só que isso não é a condição para que elas ocorram nem o fator que mensura a sua importância. Elas são abertas, mas flutuantes.

Esse *modus operandi* bastante particular do NSCG o diferencia da grande maioria dos movimentos sociais, mas ele não é novo e nem uma invenção dos membros do Núcleo. Essa dinâmica é, na verdade, herança de uma das influências presentes na fundação do NSCG: a da corrente da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais Sociais⁴⁷, que trabalham a partir de uma forma de organização semelhante. Duas das principais lideranças históricas do NSCG, Tobias e Marina, têm formação e atuação nessa corrente.

É evidente que as reuniões, como espaço de formação política, foram – e ainda são – fundamentais para que o NSCG se mantivesse ativo na região por mais de uma década. Elas não somente são a atividade mais tradicional e a principal expressão do caráter do Núcleo, mas também a base de sustentação e permanência do movimento. São um espaço assegurado de encontro, participação, troca, avaliação e nucleação de novos participantes.

Além das reuniões mensais de domingo, o NSCG organiza atos que ocorrem em alguns sábados do ano no calçadão de Campo Grande. Esses atos serão analisados a seguir.

4.2.2 Os atos no calçadão de Campo Grande

O NSCG, por meio de suas reuniões mensais e da articulação de suas lideranças, vem organizando, em conjunto com o IFHEP, atos no calçadão de Campo Grande, em alguns sábados do ano, desde aproximadamente 2006. Esses atos consistem em momentos privilegiados de atuação junto à população da região de Campo Grande.

A escolha desse lugar e do dia da semana para a realização dos atos não foi aleatória, mas consciente. A sua motivação é o fato de que o calçadão é o centro comercial da região de Campo Grande, e, aos sábados, há ali uma grande movimentação de pessoas. Essa alta

⁴⁷ A ideia de organização em pequenos grupos é influência da Ação Católica (AC), movimento da ala progressista da Igreja Católica fundado e oficialmente reconhecido no Brasil em 1935. A metodologia da Ação consistia em formar grupos de acordo com meios específicos de convivência e socialização, tais como escola, universidade, fábrica etc. As seções mais expressivas e conhecidas da Juventude Católica (JC) são a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Todas essas experiências se orientavam pela formação na ação, seguindo o método prático VER, JULGAR, AGIR, REVER e CELEBRAR. Esses grupos funcionavam independentemente da quantidade de participantes e, por realizarem a formação na ação, davam muito valor às suas reuniões. Com o Golpe de 1964, eles se desfazem, reorganizando-se no final da década de 1970 já no seio da Pastoral da Juventude (PJ), organização católica da América Latina ligada a movimentos políticos socialistas. A ela, a orientação, a dinâmica e o método da Ação Católica são incorporados. Cf. BORAN, J. *Juventude, o grande desafio*. São Paulo: Paulinas, 1982.

concentração aos sábados faz do calçadão um espaço disputado por todos os tipos de grupos, desde os tradicionais ligados ao comércio e serviço, passando pelos religiosos, até os de ação social – entre eles, o NSCG. É no calçadão que se torna possível estabelecer comunicação com as massas e conseguir visibilidade. O NSCG sempre reconheceu essa fecundidade e riqueza e, por isso, vem utilizando o local há quase dez anos como espaço para atividades críticas e criativas, que chamam aproximam, mobilizam e atingem diretamente a população, que quase sempre circula por ali apressada.

Vejamos o que Tobias diz sobre esses atos:

As nossas reuniões também são marcadas pela organização de atividades de características mobilizatórias. Rotineiramente nós vamos para o calçadão de Campo Grande, para fazermos determinadas manifestações. Isso é anterior a junho de 2013, nós fazemos manifestações como essas há muito tempo. Tem quatro momentos que são de praxe, mas também fazemos outros momentos fora da agenda: em março, no dia 8 de março, no Dia Internacional da Mulher; no Primeiro de Maio, no Dia do Trabalhador e da Trabalhadora; no Sete de Setembro, que é o Dia das Excluídas e dos Excluídos; e em novembro, normalmente na última semana por conta do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e no dia 25 de novembro, Dia de Luta Contra a Violência Contra a Mulher. Então são esses quatro momentos, mas além disso vamos em outras ocasiões, em outros momentos, em outras oportunidades, isso é mobilização, isso é aquilo que alguns chamam de agitação e propaganda, isso é ir para as ruas para denunciar o caráter fascista, por exemplo, desse governo Sérgio Cabral e do Eduardo Paes, para denunciar as mazelas do capital, *pra* denunciar as condições indignas do nosso povo, mas ao mesmo tempo, porque talvez por sermos de origem cristã, vamos profeticamente também anunciar uma outra possibilidade, não ficamos apenas na denúncia, ficamos também no anúncio de uma outra possibilidade. Neste anúncio chamamos a atenção do povo que ali está no calçadão de Campo Grande ou seja lá onde for da necessidade de se organizar, da necessidade de se mobilizar, da necessidade de lutar pelos seus direitos, da necessidade de arrancar esses direitos das mãos da burguesia, da necessidade de construir uma nova sociedade e, claramente dizendo, que essa sociedade ou será fruto da luta de trabalhadores e trabalhadoras ou não será, porque a burguesia, porque a elite não dará de presente essa nova forma de vida. Homens e mulheres, novos homens e novas mulheres se constroem a partir da luta, então nós também vamos *pras* ruas *pra* anunciar esta nova forma de pensar⁴⁸.

Os atos são pensados e organizados previamente à sua realização. Ofícios são enviados à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e à Guarda Municipal, e toda a logística de som e material é preparada com antecedência. Os atos têm início sempre a partir das 09:00 horas e normalmente se estendem para além das 12:00 horas. Existe uma preocupação em se ocupar todas as vezes o mesmo ponto do calçadão, pois, como aos sábados

⁴⁸ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

o lugar é ocupado por manifestações de naturezas diversas, essa é uma tentativa de estabelecer um reconhecimento do movimento social.

Figura 9: Local onde acontecem os atos do NSCG no calçadão de Campo Grande



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

Figura 10: Ato do NSCG no calçadão de Campo Grande em maio de 2015



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

É interessante destacar que os atos no calçadão nem sempre foram organizados da mesma maneira; ao longo dos anos, eles se aperfeiçoaram, como se pode observar no depoimento a seguir:

(...)“Como é que a gente fazia o debate que a gente fazia, como é que a gente pegava o acúmulo e o debate que a gente vinha fazendo no Núcleo e poderia tornar isso mais público?”. E aí a gente começou a pensar na possibilidade de ir *pro* calçadão de Campo Grande, fazer um ato no calçadão de Campo Grande. Eu não vou lembrar bem qual foi o primeiro ato, mas deve ter isso, em torno de cinco ou seis anos, que a gente vem fazendo atos. Os atos são... A gente falou assim: “vamos dialogar com uma data”, porque acho que isso dá mais apelo, dá mais, *né?* E aí a gente ficou pensando quais eram as datas que eram datas que dialogavam com a população, e aí a gente pensou no Dia Internacional da Mulher, o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, é, eram, eu acho que são quatro atos que a gente fazia no passado, *né*. Dia Internacional da Mulher, o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, acho que era Sete de Setembro e Dia da Consciência Negra. Só que isso não foi assim “*pá!* a gente vai fazer isso”, *né?* A gente fez um, fez o primeiro, que eu não vou lembrar se foi o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora ou se foi o Dia Internacional da Mulher, não sei se foi um desses dois, que aí a gente foi *pra* lá, *pra* falar sobre a situação da população, sobre as violações, sobre direitos, sobre política, sobre participação política. E foi fazer um ato, e aí convocou uma galera *pra* ir, e as pessoas foram, levou uma caixa de som, antes a gente ficava assim direito sem saber como é que era, como é que ia se desenvolver, seria desenvolvido isso, mas era uma caixa de som o que a gente levava, às vezes era uma, duas caixas enormes, pesadas, mas um aparato todo *pra* tentar fazer com que as coisas ficassem legal. E eram falas, a gente convidava vários companheiros, porque aí a gente também já participava de outras coisas, como eu falei, é, o Tobias sempre participou de outros espaços *pra* além de Campo Grande, mesmo entendendo que era importante, que era atuação política em Campo Grande, mas os espaços políticos estavam muito além dos espaços de Campo Grande, então, é, tinha todo o debate que acontecia no centro da cidade, por vários grupos, vários movimentos sociais, não vou conseguir agora nomear todos, mas vários espaços que aconteciam, porque tinham outras organizações que participavam com a gente aqui em Campo Grande. E são várias coisas que vão acontecendo ao mesmo tempo, que vai fazendo a gente ir nesse processo⁴⁹.

Nessas palavras de Marina, observa-se que os primeiros atos no calçadão seguiam uma lógica tradicional dos movimentos sociais de esquerda, carecendo de uma linha organizativa e criativa, dinâmica esta que sofrerá inúmeras alterações até chegar ao formato atual. Em um momento inicial, os atos consistiam basicamente em apresentações de falas individuais e em um contato mais formal, distanciado e panfletário com a população que circulava pelo calçadão. No depoimento de Rose (Rosineide), já se identifica uma mudança nessa forma de atuação junto à comunidade e também um avanço no sentido criativo:

⁴⁹ Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 19 de julho de 2014.

Em 2005, ou 2006, não sei, a gente, *numa* reunião do Núcleo Socialista, e naquela ânsia de fazer, poxa, a gente se reúne todo domingo, discute, entende, reflete e, *pra* além disso, a gente sonhou de fazer um ato no calçadão de Campo Grande e que também vem acontecendo até hoje. Então, fui também uma das pessoas que começou essa história de ocuparmos o calçadão de Campo Grande em datas emblemáticas *pra* gente, nessa ânsia de quê que a gente faz *pra* além dessas reuniões, que são importantes *pra* gente mais e *pra* nossa atuação. Então foi nesse sentido que nasceram os atos em Campo Grande e, de lá *pra* cá, a gente conseguiu descobrir um caminho que vem funcionando. A gente experimentou desde uma coisa mais formal, de uma aula pública e cartazes, a hoje, a nossa estratégia, a nossa menina dos olhos, que é a TVZO e a Oficina de Cartazes. Então, eu faço parte desse caminho e, por uma característica minha de ser muito radical, no sentido de ir à raiz mesmo e também ser um pouquinho intransigente, eu sou uma das pessoas que entendo que a gente tem que estar no calçadão todo mês. Então, sempre vim falando isso e hoje isso é uma ideia que está mais latente em todos nós, porque vem dando certo a interlocução que a gente consegue fazer estando no calçadão. E também o momento que a gente vive, de ampla indignação de todos, uma indignação que é flagrante, faz com que a gente consiga ter essa interlocução, que lá em 2005 a gente não tinha tanto, porque talvez a gente tivesse um formato um pouco mais duro, enfim, não sei⁵⁰.

As transformações que foram promovidas no processo de atuação e ocupação do calçadão de Campo Grande são citadas no relato de Rose, e pude observar esse fato durante os quatro anos e meio em que acompanhei as ações do NSCG. O novo formato dos atos ganhou em atratividade e participação ao longo dos anos, mas sem perder a criticidade e o enfrentamento da realidade. As imagens abaixo retratam um dos momentos de um ato no calçadão em 2015:

⁵⁰ Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

Figura 11: Oficina de Cartazes durante ato no calçadão de Campo Grande



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

Figura 12: Oficina de Cartazes durante ato no calçadão de Campo Grande



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

Os atos no calçadão são compostos por falas de militantes sobre a temática abordada; espaços para que também os transeuntes possam se pronunciar; atividades teatrais; aulas públicas, onde um militante convidado dá uma aula ao ar livre sobre o tema em questão; a Oficina de Cartazes, um ponto alto do ato, em que é possível perceber a participação dos

passantes; e a TV Zona Oeste, que tem como *slogan* “O que você não vê na TV, você vê aqui na TVZO”. Esta última atividade recebe muita atenção; nela, as notícias e assuntos que não são tratados e veiculados pelos meios formais de comunicação são expostos no calçadão pela via da teatralização crítica.

Figura 13: Material utilizado na TV Zona Oeste



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

A manhã ensolarada de um sábado chega junto ao movimento acelerado de pessoas no calçadão de Campo Grande, enquanto os militantes do NSCG montam os seus equipamentos e penduram as faixas para darem início ao ato. Tobias e Rose revezam-se no microfone convidando todos e todas que passam pelo lugar a participarem dele. Esse ritual quase nunca sofre modificações.

As primeiras falas são realizadas por diferentes militantes, que fazem reflexões sobre o tema do ato e pronunciam palavras de ordem. Representantes de outros movimentos sociais fazem seus discursos, enquanto outros do NSCG distribuem panfletos e conversam corpo a corpo com a população. Essa primeira atividade se estende por um longo período e é aberta a todos que circulam pelo calçadão; o microfone é franqueado e qualquer um pode ter voz. Mesmo se correndo o risco de falas que não estão na mesma linha do que o grupo propõe, de acordo com os organizadores ele vale a pena ser corrido, sendo esse tipo de problema minimizado, pois o mais importante é a participação popular.

Em alguns atos, são realizadas encenações ao estilo Teatro do Oprimido, que também são abertas à participação ativa dos transeuntes. Por uns momentos, uma pequena multidão estaciona no local para assistir e participar. Essa dinâmica de possibilitar que as pessoas presentes no calçadão tomem parte na atividade realizada é, sem dúvida, uma grande novidade em se tratando de atos de movimentos sociais.

A TV Zona Oeste, por sua vez, é um momento de destaque no ato. Ela consiste na encenação de um telejornal, em que as notícias são divulgadas pela militante Rose em uma televisão, para dar um ar teatral, feita de caixa de papelão. A ideia é tanto difundir informações que não são transmitidas pela grande mídia quanto esclarecer e problematizar outras que são por ela distorcidas. E em todos os atos que acompanhei nos últimos quatro anos e meio, constatei que esse objetivo é atingido. Pude observar que, nesse momento, os passantes, com efeito, detêm-se, reparam, ouvem e examinam a encenação. É importante ressaltar o significado disso, pois, em se tratando do centro comercial de uma região que abriga mais de quinhentos mil habitantes, a pausa e a atenção das pessoas que por ali transitam são sinais de que a atividade as atinge de alguma maneira.

A aula pública é outro ponto importante dos atos. Nos últimos dois anos, essa atividade vem tomando a configuração de uma aula de fato. Os militantes sentam no chão, o professor convidado ministra a sua aula – trazendo sempre uma visão crítica sobre o tema proposto – e convida a população circundante a participar. E resposta tem sido cada vez mais positiva. Na última aula pública que acompanhamos, realizada no ato pelo Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, em maio deste ano, a participação popular foi intensa. Uma pequena multidão se formou e compartilhou daquele momento, ouvindo e fazendo perguntas, o que tornou a ocasião bastante especial para todos os presentes, inclusive para nós.

Figura 14: Aula pública no calçadão de Campo Grande



Fonte: Fotografia de Tobias Tomines Farias, maio de 2015.

A ideia de uma aula em pleno calçadão de Campo Grande, por mais paradoxal que possa parecer, representa bem a forma de abordagem das ações do grupo. Talvez por influência dos dois espaços que estão na sua origem, o partido e a Igreja, que por muito tempo utilizaram, e de certo modo ainda utilizam, um modelo de formação de quadros baseado em processos educativos de caráter popular. Talvez imbuído de apresentar novos meios de interlocução com a população, empregando mecanismos que contextualizem o discurso político, que vai, assim, deixando de ser vazio a quem o recebe.

A Oficina de Cartazes é a atividade que encaminha o encerramento do ato, ela acontece como a sua síntese. Todos e todas são convidados a produzirem cartazes com frases sobre o tema proposto. O material, tintas e cartolinas, é disponibilizado e um varal é construído na rua para a exposição dos cartazes. Essa atividade costuma ser bastante participativa. Os transeuntes do calçadão param para tornar visíveis seus pensamentos em um cartaz e depois vê-los exibidos no varal. Pode-se dizer que essa atividade é um termômetro do ato.

Nas palavras de Rose, percebi como essa militante do NSCG encara os atos no calçadão:

(...)Então, hoje o ato tem, é, esse momento, as músicas, que são temáticas, os nossos momentos de fala, a aula pública, a TVZO e o nosso ponto alto hoje é a Oficina de Cartaz. No último ato que nós fizemos, nós compramos trinta cartolinas, não mais dez como na primeira, e foi o momento ápice de... de...

de interlocução com as pessoas, de senhorinhas a crianças, *né?* E, naturalmente, eu sou uma pessoa que pega no microfone, que fala mais, eu, hoje, me coloco nesse lugar, hoje eu olho *pra* mim: “Rose, começa aí. Rose, termina aí”. E, naturalmente, eu e Tobias, isso a gente conversou depois, eu e Tobias, a gente é, a gente dá o tom dessa Oficina de Cartaz, *pra* chamar as pessoas. Eu até brinquei, eu e Tobias, nós somos, nós vamos nos especializar em animadores de oficina de cartaz, somos aquelas pessoas que pegam o microfone e que vão convidando as pessoas, e que vão explicando o quê que é e vão convidando as pessoas. Então, hoje o nosso ato é: músicas temáticas, nossas bandeiras, uma aula pública rápida, simples e direta, não mais no início, que era uma fala mais estruturada e tal, a Oficina de Cartaz e a TVZO, hoje o nosso ato é esse⁵¹.

Figura 15: Oficina de Cartazes no ato pelo Dia do Trabalhador e da Trabalhadora – calçadão de Campo Grande



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

⁵¹ Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

Figura 16: Varal com os cartazes produzidos no ato pelo Dia do Trabalhador e da Trabalhadora – calçadão de Campo Grande



Fonte: Fotografia de William de Souza Vieira, maio de 2015.

A principal característica dessa atividade – concorrida, vale dizer – é a participação popular e a possibilidade de ela ter sua voz exposta e valorizada. Aqui, o lúdico e a criticidade se misturam, entrelaçam-se.

A ideia de se realizarem atos no calçadão de Campo Grande é extremamente importante para o estabelecimento do contato entre a população e as propostas e reflexões do NSCG. Esses atos são ações sociais de divulgação e formação. Nos últimos dois anos, é palpável que o envolvimento das pessoas nos atos aumentou consideravelmente, o que confere novos contornos e dimensões à ação do movimento e possibilita o seu reconhecimento.

Mesmo com todas as dificuldades que se fazem presentes na realização desses atos, em função da própria estrutura e dinâmica do calçadão, eles vêm acontecendo de maneira constante e crescente. Identifiquei que, nos primeiros anos, havia um distanciamento muito grande entre as pessoas que passavam pelo lugar e a ação do movimento; em certos momentos, os atos pareciam, inclusive, não fazer muito sentido. As mudanças na abordagem e a criação de atividades reflexivas e lúdicas começaram a tocar a população e a atribuir sentido aos atos. A partir dessas transformações, mesmo os atos abordando, por vezes, temas mais complexos e polêmicos, a associação das pessoas se diferenciou, tornando-se mais ativa e interessada.

Em função dessa aproximação cada vez maior entre o NSCG e a comunidade, construída pelos atos no calçadão, uma euforia e uma preocupação se colocam entre os militantes:

Então, essa é uma crítica que eu faço desde muito tempo. Eu acho que a gente tem hoje um grande potencial para conseguir estabelecer uma relação em que a gente é, ao mesmo tempo, referência e parceiro. Só que a gente ainda não consegue, na minha visão, não consegue hoje ter isso, efetivar essa potencialidade. Então, é, quando a gente *tá* no calçadão, o Núcleo Socialista de Campo Grande é um referência, é um ponto que a gente tem *pra, pro* diálogo, porque a pessoa vem, e isso a gente sofre até hoje, na minha compreensão. A gente seduz as pessoas para virem, *pra* se movimentar, *pra* conversar, mas qual é a estrutura e qual é a base que a gente tem *pra* garantir essa sedução, canalizar essa sedução em organização e continuidade de luta, inclusão e continuidade de luta, de reflexão, de atuação? Não, a gente não tem isso. Então, por vezes eu fiz uma ou duas vezes *num* ato, eu fiz *num* papelzinho, isso a gente não tem, olha que loucura, eu fiz um papelzinho que tem o mapa do IFHEP, o nosso telefone, o Núcleo Socialista e o IFHEP, isso a gente não tem, então a pessoa vem conversar com a gente: “E aí, e aí o quê que vocês fazem?”, “Ah, nós temos um pré-vestibular tal”. Mas não tem um cartão, um telefone, não, não tem. Então, eu fiz isso uma vez, mas depois eu cansei, eu não sei por que eu não fiz, enfim⁵².

O depoimento coloca em relevo uma questão contraditória pela qual o movimento passa e com a qual é difícil lidar. Quando os atos conseguem ser realizados, o alcance pretendido com eles é atingido, a resposta da população é positiva, o que evidencia que neles há um forte potencial para a organização e luta populares. Entretanto, esse potencial fica apenas na promessa, em aberto, não é explorado, dirigido para além dos atos, para um outro estágio político. Em suma, é como se ele existisse somente durante a existência do ato, desaparecendo quando este termina. A preocupação de Rose, exposta em suas palavras, e a sua tentativa solitária de criar mecanismos improvisados justamente para que esse potencial continue vivo mesmo após os atos expressam a necessidade de ajustes e organização por parte do movimento, para que todo o esforço empreendido na realização dos atos não seja perdido.

Até a conclusão desta tese, não observei nenhuma movimentação nesse sentido, que atendesse à demanda apontada por Rose, movimentação que, assim como a militante, considero imprescindível para a ampliação e fortalecimento da atuação do NSCG na região.

4.2.3 O Núcleo Socialista de Campo Grande e o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP)

⁵² Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

A criação do Instituto de Formação Humana e Educação Popular é resultado de uma série de discussões e reflexões realizadas no interior do NSCG. O processo que seguiu desde a sua concepção até sua concretização como espaço de atuação foi todo idealizado e construído pelos militantes do Núcleo. De acordo com o relato de Daniel, a decisão de criação do Instituto se deu em 2009, em uma das reuniões do NSCG:

Então aquele espaço lá, onde a gente tinha o Núcleo Socialista, que era lá o espaço da casa do Tobias... A gente, no final de 2009, a gente se reuniu lá e pensou em criar o IFHEP. O nome surgiu lá também, com uma sugestão também, não houve muito debate. A gente precisou correr atrás de casa, “como é então que a gente ia fazer *pra* arrumar dinheiro?”, “como que a gente ia financiar a ideia?”, a gente debateu isso tudo lá. E aí, como é que a gente fazia isso estava de alguma forma alinhavado, a partir da postura ideológica que a gente já tinha, principalmente da herança que esse pessoal do Núcleo Socialista, que vinha já desde os núcleos do PT, os núcleos de bairro do PT(...) ⁵³.

Vejamos como em outra narrativa, agora de Marina, o nascimento da ideia de formação do IFHEP é colocado – uma ideia a princípio associada com a necessidade de um lugar próprio para abrigar, principalmente, as ações do Pré-Ensino Médio e do Pré-Vestibular Populares:

E aí essa galera foi *pro* Pré-Ensino Médio coordenar, e também estava junto com o Núcleo Socialista, porque o Núcleo Socialista era o espaço da nossa formação política *pra* ação, que naquele momento eram os pré-vestibulares e depois o Pemp ⁵⁴, então isso vai, vai, vai... Até que a gente começa a discutir, por exemplo, “a gente precisa ter uma casa”, “a gente precisa ter um espaço nosso”, “a gente precisa, não dá”, porque o Campo já tinha reduzido o espaço cada vez mais da nossa atuação, não podia fazer coisa sábado, não podia fazer não sei o quê, e a Feuc é uma instituição privada, *né*, tinha todos os seus limites, *né*, “como é que a gente vai fazer isso?”. E aí, nessas reuniões do Núcleo, a gente falava sempre sobre essa possibilidade da gente ter uma casa, ter um espaço que fosse só nosso, em que a gente pudesse coordenar e desenvolver outras ações, *né*, outras ações que ampliassem o trabalho que a gente já *tava* fazendo, que era a formação dos professores, de que *era* várias coisas que aconteciam sempre na casa do Tobias, que a gente acabava fazendo esses encontros e essas reuniões. E aí, se eu não *tiver* enganada, acho que foi em 1999... Não, 2009, a gente faz uma reunião bem taxativa... É, por conta de pequenas... Hoje a gente olha *pra* trás e vê assim, pequenos problemas que a gente teve com a Feuc, que as pessoas acabavam tornando, *né*, um *problemaço*... “Ah, de uma pessoa que cuidava da entrada e saída, de cadeira, de lugar”, sabe? Aquela coisa de zelador... “Ah, não pode”, aí tudo virava um grande problema, que foi-se acumulando. Aí em 2009 a gente fez uma reunião... “Então *tá*, é isso que a gente quer?”, “é isso que a gente deseja de fato?”, “ter um espaço que a gente possa unir o trabalho que a gente faz, os encontros que a gente já faz no Núcleo Socialista e reunir estes dois Prés que a gente *tá* trabalhando?”. “É, é isso”. Aí a mesa, sei lá, devia ter, não sei, eu não vou lembrar direito, mais umas quinze

⁵³ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

⁵⁴ Pré-Ensino Médio Popular.

peessoas em torno, talvez um pouco mais de quinze, é, que eram todos ex-alunos do Pré-Vestibular, pessoas que frequentavam o Núcleo Socialista, que faziam parte do Núcleo Socialista e os educadores. E aí a gente começou a procurar casa, que, até que achou, o Daniel achou aquela casa que é hoje o IFHEP, e aí a Célia e o Tobias apresentou essa proposta do nome, Instituto de Formação Humana e Educação Popular e o Núcleo Socialista, *né*. O Instituto, ele ia agregar todos os projetos que a gente fazia, hoje em dia eu acho que é... A gente sempre discute, *né*, o que é o IFHEP e o que é o Núcleo. *Pra* mim é a mesma coisa, mas com ações diferentes, e aí tem uma galera que diz que não, são duas coisas totalmente diferentes, mas tudo bem, isso não impede que o trabalho que a gente desenvolve, as coisas que a gente vem fazendo... E aí o IFHEP seria isso, que ia agregar os projetos ligados a educação e a educação popular que a gente já fazia... É, a possibilidade de... É, ter no IFHEP educadores, que a gente contribuísse com a formação e que o Núcleo ia ser esse braço mais político, que a gente fazia uma formação política mesmo(...)⁵⁵.

A criação do IFHEP significa uma nova etapa na atuação do NSCG. E isso se manifesta em todos os depoimentos, nos quais existe uma fala consensual que relaciona o surgimento do Instituto a uma necessidade percebida e sentida por todos de ampliação da atuação do Núcleo. O relato de Marina, especialmente, traz novos elementos e informações para o nosso exame da fundação do IFHEP. O NSCG possuía, então, duas ações voltadas à educação: um Pré-Vestibular e um Pré-Ensino Médio, ambos comunitários, que funcionavam na Faculdade de Filosofia da Fundação Educacional Unificada Campograndense (Feuc). Porém, diversos atritos com relação ao uso do espaço surgiram, o que foi decisivo para a criação do IFHEP.

Ela foi fruto de uma decisão tomada coletivamente, na qual o caráter do Instituto já estava alinhavado. Como dito anteriormente, o IFHEP é uma criação do NSCG para suprir uma demanda de expansão da atuação do movimento popular. Arriscamos sugerir, aqui, que o Instituto é a concretização de uma teoria, é a referência física, o local que abriga variadas ações do chamado braço político – o NSCG. Desde a sua formação, o IFHEP possui uma relação estreita com o NSCG:

É, e aí, dessas reuniões do Núcleo Socialista, também nasceu um embrião, que é o IFHEP hoje, também nessa ânsia de que “precisamos fazer algo *pra* fora, os lugares que a gente está fazendo o que a gente gosta, o que a gente acredita de fazer”, que era o Pré-Ensino Médio Popular e o Pré-Vestibular Popular, “não nos comporta mais, a gente já tem organização, a gente já tem compreensão, clareza do que a gente quer, então vamos arriscar”. Então foi em cima daquela mesa de madeira que *tá* aqui que a gente sonhou, éramos vinte pessoas mais ou menos, e sonhamos essa ousadia. (...)O que a gente sabe é que foi a partir dos encontros do Núcleo Socialista e daquelas pessoas que faziam parte dos pré-vestibulares e do Núcleo Socialista que a gente sonhou e “não, a gente precisa ter o nosso espaço, a nossa autonomia, a

⁵⁵ Entrevista concedida por Marina dos Santos Ribeiro em 19 de julho de 2014.

gente consegue e *vambora*”. E aí, foi tudo dando certo, foi tudo caminhando e hoje a gente tem essa estrutura que nos possibilita desenvolver as nossas ações a partir daquilo que a gente acredita e da forma que a gente acredita, no tempo que a gente acredita, que a gente consegue... Ao mesmo tempo temos problemas *pra* gerir isso tudo e, enfim, mas estamos vivendo já o nosso quinto ano e temos hoje uma referência de espaço(...)⁵⁶.

A narrativa de Rose confirma a de Marina e ainda vai além ao relacionar a criação do Instituto com a necessidade de ampliação das ações do NSCG. Esta associação também é feita por Tobias, que expõe, ademais, o que, para ele, é o Instituto:

O que é o IFHEP? O Instituto de Formação Humana e Educação Popular é uma organização também de natureza política, mas que tem outras características. Como é que ele surge (para entender melhor)? Ele é fruto da própria experiência do Núcleo somada à experiência de um pré-vestibular que existia em uma ONG aqui em Campo Grande, chamada Campo, mais a experiência de um pré-vestibular que tinha na Feuc, voluntários do saber, mais a experiência de um pré-ensino médio também na ocasião lá na Feuc, essas experiências. Nós sentíamos a necessidade, esse conjunto de educadores de militantes sociais sentia a necessidade de ter um espaço físico nosso, o Núcleo se reunia nas casas das pessoas, um pré-vestibular *numa* ONG que sedia o espaço para nós, o outro pré-vestibular *numa* faculdade que sedia espaço para nós, nós sentíamos necessidade de um espaço próprio, esse espaço próprio foi o IFHEP. *Num* determinado momento, nós nos encontramos e “olha, quanto é que cada um pode colocar por mês para sustentar um projeto?”. Nós vimos que, ao final, aquela quantidade de pessoas com aqueles valores podia alugar uma casa, e alugamos lá se vão quatro anos, alugamos essa casa onde aqui estamos, então esta casa abriga o Núcleo Socialista, em que pese o Núcleo Socialista ter sido um, digamos assim, um dos seus pais ou de sua mãe. Não foi só o Núcleo, foi o Núcleo e o Pré-Vestibular, então hoje o IFHEP, ele tem o Pré-Vestibular, o Pré-Ensino Médio, cinema, já teve teatro, já teve *hip-hop*, aqui fazemos festas, atividades como conexão de roda, sarau de poesias, que iremos fazer, fazemos aqui o Café Cultural, enfim, tantas outras atividades de natureza cultural-política, aqui fazemos. E isso é o IFHEP, e no IFHEP o Núcleo se reúne⁵⁷.

Assim, constatei que, na visão de Tobias, a formação do IFHEP tem uma ligação íntima e direta com o NSCG e com as atividades do Pré-Vestibular e do Pré-Ensino Médio Populares. O seu nascimento se torna possível também a partir do amadurecimento da ideia e da disposição dos militantes de se organizarem para alugar uma casa e, desse modo, estabelecer um espaço físico que acolha algumas ações do movimento, servindo como sua referência.

O Instituto está localizado no sub-bairro Vila São João, próximo ao centro de Campo de Campo Grande, e funciona em uma casa alugada que foi totalmente adaptada para ser um

⁵⁶ Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

⁵⁷ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

espaço de atuação e receber o Pré-Vestibular e o Pré-Ensino Médio. Os antigos quartos transformaram-se em salas de reuniões, e um deles abriga uma pequena biblioteca, inteiramente formada por livros doados. O local possui ainda uma secretaria e uma cozinha, além de banheiros e uma varanda nos fundos.

Figura 17: Logotipo do IFHEP



Fonte: Perfil do IFHEP na página do *Facebook*. Publicado em 25 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/IFHEP/photos/a.207750162652143.48303.207749989318827/525306757563147/?type=1&theater>>.

Na parte dos fundos da casa, encontra-se a sala onde ocorrem as aulas do Pré-Vestibular e do Pré-Ensino Médio, além de reuniões do Núcleo e das diferentes equipes de trabalho. O espaço é franqueado a movimentos sociais múltiplos e partidos de esquerda que queiram realizar alguma atividade no local. A manutenção do espaço fica a cargo dos militantes e de quem mais quiser colaborar. O sustento da casa funciona por meio de cotas, e as pessoas que contribuem são das mais variadas. Não existe na fala de nenhum entrevistado referência a recebimento de dinheiro por parte de algum partido ou entidade política e nem do governo, seja atualmente, seja no momento da criação do Instituto. Ao longo do ano, a casa recebe atividades distintas, a maioria organizada pela equipe do IFHEP.

Figura 18: V Café Cultural do IFHEP, realizado no espaço externo de sua casa-sede



Fonte: Perfil do IFHEP na página do *Facebook*. Publicado em 18 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/IFHEP/photos/pb.207749989318827.-2207520000.1439024507./844183529008800/?type=3&theater>>.

As principais atividades realizadas no IFHEP são o Pré-Vestibular Popular, o Pré-Ensino Médio Popular, o Cine IFHEP (cineclube que acontece uma vez por mês), o Café Cultural e os diversos saraus e oficinas que ocorrem ao longo do ano. Todas essas atividades são feitas no espaço da casa, abertas à comunidade e divulgadas através das redes sociais e do conhecido boca em boca.

O Instituto conta com um grupo de pessoas que garante sua organização e funcionamento:

A gente se estrutura a partir de uma coordenação geral, e que essa coordenação geral é composta pelas coordenações dos projetos que acontecem na casa. Teoricamente é assim: hoje a gente tem uma coordenação geral que ainda, em alguma medida, ainda consegue ter essa inserção dos projetos, então estamos na coordenação geral eu, a Marina e o Tobias, que somos coordenadores do Pré-Vestibular. Tem, nessa coordenação geral, o Guilherme, que faz parte da coordenação do Pemp; tem, na coordenação geral, o Nílvio, que faz parte do Cine IFHEP; e tem, na coordenação geral, o Daniel, que está ligado às questões administrativas. Então a gente consegue a trancos e barrancos garantir essa organicidade, existem os coordenadores dos projetos que acontecem na casa, o Pré-Ensino Médio Popular, o Pemp, o Cine IFHEP... E dessas coordenações, existe uma pessoa que compõe a coordenação que reúne mensalmente, a coordenação geral do IFHEP, e é aberta às reuniões. Nós temos uma secretária executiva

que ajuda nas questões administrativas, de administrar as cotas, compras da casa e os nossos materiais⁵⁸.

A coordenação geral do IFHEP é composta, portanto, por cinco militantes do NSCG: Daniel, Marina, Nívio, Rosineide e Tobias, reflexo da proximidade entre o Núcleo e o Instituto. Essa composição reforça a ideia do IFHEP como resultado do crescimento e fortalecimento de um movimento social atuante na região de Campo Grande há treze anos.

Entre as ações realizadas no Instituto, apresento abaixo os convites em forma de cartaz tanto para o Café Cultural como para o Cine IFHEP. O meio de divulgação mais utilizado são as redes sociais, especialmente o perfil do Instituto na página do *Facebook*⁵⁹, onde as atividades são publicadas antes e depois de acontecerem. Nesse perfil, é possível encontrar vários registros fotográficos das ações.

Figura 19: Convite para o V Café Cultural do IFHEP



Fonte: Perfil do IFHEP na página do *Facebook*. Publicado em 10 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/IFHEP/photos/a.211090948984731.49077.207749989318827/840895256004294/?type=1&theater>>.

⁵⁸ Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

⁵⁹ <<https://www.facebook.com/IFHEP?fref=ts>>.

Figura 20: Cartaz do Cine IFHEP de abril de 2015



Fonte: Perfil do IFHEP na página do *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/IFHEP?fref=ts>>.

Observa-se que essas duas atividades, realizadas em 2015, estão em sintonia com o atual debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil. Essa é uma característica tanto do IFHEP quanto do NSCG, isto é, estar atento e próximo a questões da atualidade que exijam debate e mobilização. A redução da maioridade penal, por exemplo, vem sendo alvo de fortes investidas dos militantes por meio de variadas ações na casa do IFHEP e atos no calçadão de Campo Grande, manifestando-se contrários à redução.

Compreendendo que o NSCG é o objeto de pesquisa deste trabalho, considero, aqui, o IFHEP como um resultado da organização e avanço do Núcleo. Isso, todavia, não parece muito claro a alguns militantes e a quem participa somente do Instituto. Pelas entrevistas que realizei e pelas minhas observações quando estive presentes em diferentes atividades tanto do Núcleo quanto do Instituto, pude perceber que, como a maioria de suas ações se entrelaça, o limite entre um e outro muitas vezes não é reconhecido e identificado por seus militantes e participantes.

É evidente que esse limite é tênue. Mas, para mim, também é evidente que o IFHEP possui ações próprias, uma atuação definida a partir de seu espaço e dinâmica de funcionamento. Fica claro, portanto, que a existência do NSCG foi condição para que o Instituto acontecesse, pois ele nasce exatamente do anseio de se avançar na luta e na mobilização. Entendo, assim, que entre eles há uma relação íntima, eles conversam, se

complementam, formam uma unidade dual, ou uma dualidade una; mas não são uma mesma coisa.

O IFHEP não é uma ONG, funciona como uma referência de ações coletivas. Em um estudo mais profundo, pode ser considerado um movimento social, uma ação social coletiva. Por outro lado, o NSCG atua como movimento social organizado, que foi capaz de organizar, inclusive, o próprio IFHEP. Vejamos como Rose define o Instituto:

O Instituto de Formação Humana e Educação Popular é um espaço que congrega sonhos. Aqui, tem um espaço físico, um espaço pensado *pra* gente realizar as ações que podem contribuir *pra*, *pra* revolução, que está distante, e *pra* antecipar a sociedade que a gente sonha hoje. Hoje o IFHEP é um instituto baseado, muito entre aspas, na educação popular e que, é, realiza ações que são contra-hegemônicas, todas as ações são contra-hegemônicas e se esperam que sejam anticapitalistas, são críticas. Então a gente tem a atividade no campo da ação popular, no campo da cultura, no campo da atuação política, então o IFHEP é esse lugar, *não é uma ONG, não é um movimento, é apenas esse lugar, que hoje é uma referência(...)*⁶⁰.

A percepção de Tobias, um dos fundadores do IFHEP, por sua vez, beira o poético:

Na definição bonita do Daniel, que é um dos fundadores do IFHEP, o Núcleo é a essência e o IFHEP é a aparência. Na definição bonita da Marina, fundadora do Núcleo e do IFHEP, o IFHEP é uma insanidade coletiva... Há uma outra definição: que o IFHEP é audácia. (...)Eu costumo dizer, e aí está: a afirmação que farei não é consenso entre nós, eu costumo dizer que o Núcleo é o braço político do IFHEP, essa afirmação não é boa porque dá a impressão do IFHEP como uma coisa maior do Núcleo, nós não achamos assim exatamente, não, e nem achamos que o Núcleo é maior que o IFHEP, são instâncias que estão em espaços paralelos... Mas eu gosto de dizer que o IFHEP *tá* no campo da luta pela cidadania, na luta dentro da regra bem institucional, como trabalham a maioria das ONGs, ou coisa parecida, ainda que a gente não seja legalizado, não temos CNPJ, o IFHEP está um pouco nesse campo. O Núcleo *tá* no campo da luta política, é claro que o IFHEP é política, é claro que o Núcleo busca cidadania, mas o Núcleo *tá* mais no campo da luta política, na relação com os partidos, nas relações com os movimentos sociais, essa é um pouco a distinção, mas são complementares⁶¹.

Apesar das diferenças na maneira de compreender o IFHEP, as concepções de Tobias e Rosineide se encontram quanto ao caráter de atuação do IFHEP. Tobias busca na relação com o NSCG, até mesmo por considerar que ela seja de maternidade/paternidade, definir ambos de forma a deixar claro que são movimentos distintos, mas complementares. Essa postulação é compartilhada por nós: penso que uma possível definição do que é o IFHEP só pode ser traçada por comparação com o NSCG, e isso significa dizer que o Núcleo precisa necessariamente ser trazido para a discussão. Entendo que a compreensão dessa relação

⁶⁰ Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014. Grifos nossos.

⁶¹ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

estreita entre o Núcleo e o Instituto é de fundamental importância, pois ela revela os diálogos diferentes que um e outro podem estabelecer – e estabelecem – com a realidade da região de Campo Grande.

No início deste capítulo, referi-me à segregação que marca a região, em função de diversos aspectos. A segregação gera também movimentos de atuação para mudar essa realidade. Ao apresentar elementos que ajudam a mapear as composições identitárias da região e as dificuldades enfrentadas por aqueles nela vivem, estou buscando entender a relação criada entre essa realidade e a atuação do movimento social.

As ações do NSCG nesse sentido têm sido diretas, buscando intervir nas questões que envolvem a região. A popularidade dos atos no calçadão de Campo Grande é expressão da interlocução que o movimento encontra com a comunidade. Desse modo, a atuação do NSCG vai ao encontro de uma expectativa de mudança e melhoria nas condições de vida dos moradores. Mas é preciso destacar que o papel do movimento se dá ainda no campo da formação e da tomada de consciência.

Analiso, a partir daqui, como alguns militantes enxergam a relação do NSCG com a região e como eles encaram a sua atuação diante de uma realidade desafiadora:

Relação do Núcleo Socialista... Na minha compreensão, não há claramente uma ligação do Núcleo Socialista com o bairro. Há, sim, nós, pessoas que nos envolvemos com outras pessoas do bairro e, por conta disso, pessoas que conhecem e sabem e têm isso como referência, mas não é uma estratégia clara, não é uma dimensão clara do trabalho, essa, essa relação do Núcleo Socialista ou de ações para com o bairro. Claro que, hoje, nós temos como estratégia importante os atos no calçadão, então, *numa* análise de fora, alguém pode dizer “não, hoje vocês têm uma estratégia sim, que são as atividades no calçadão”. Mas as atividades no calçadão, hoje, não são pensadas dessa forma, porque a gente não tem estruturado, *pra* quando *tiver* em diálogo com a pessoa, convidar a pessoa, é, com elementos *pra* isso. A gente tem é isso, meu sorriso e minha fala, me apresento, “anota aí, me dá uma caneta, anota aqui *pra* ela”, entende? Se isso é uma estratégia efetiva, eu não vou, no momento que *tô* falando com a pessoa e a pessoa me pergunta “aonde vocês estão, quem são?”, eu peço uma caneta *pra* alguém. Eu tenho um panfleto, apresento, “nossa reunião é isso, nós fazemos isso”⁶².

O argumento apresentado por Rosineide para não haver, segundo ela, uma ligação do Núcleo com o bairro de Campo Grande soa contraditório, pois, ainda que o contato da população da região se estabeleça de forma direta e individual com os militantes, isto é, com “pessoas”, com seus “sorrisos” e “falas”, estas mesmas pessoas militam no movimento social, integram, constroem e representam o NSCG. Portanto, existe, sim, uma relação entre o

⁶² Entrevista concedida por Rosineide Cristina de Freitas em 07 de junho de 2014.

Núcleo e a população, mas ela é *indireta*. E talvez seja por isso que Rosineide não reconheça a sua existência, ou pelo menos não de maneira clara.

Por outro lado, o Núcleo não aproveita ao máximo o potencial dos atos no calçadão de Campo Grande, para que justamente essa relação possa ser menos indireta e o seu reconhecimento por parte da população, mais amplo. Como vi, ele não investe organizadamente nessa que é uma atividade cada vez mais participativa, não estreitando os laços com a própria participação popular. Observei, ao longo dos anos, que esses atos são pontos fortes de mobilização, inserção e reconhecimento do Núcleo, mas, como mesmo disse Rosineide, é preciso avançar na sua organização e dar passos mais ousados para que essa potencialidade se torne realidade.

Note o que Tobias diz a esse respeito:

Nós somos, boa parte de nós, nascidos e criados em Campo Grande, e todos os outros que não são nascidos e criados são moradores há muitos anos de Campo Grande. Então, a nossa relação é umbilical com Campo Grande, é uma relação muito aquém daquilo que nós gostaríamos, imagina, *numa* região com mais de quinhentos mil habitantes, uma região com um número de habitantes maior que a maioria das cidades do Brasil, um núcleo que reúne vinte e cinco pessoas ou trinta pessoas às vezes... Claro que não tem a expressão que nós gostaríamos, nós gostaríamos que tivesse cem núcleos como esse... Mas a cada momento, sobretudo se a gente pensar o Núcleo e o IFHEP, a cada momento a gente cresce um pouco na visibilização, nós crescemos cada vez um pouco mais na credibilidade, nós crescemos cada vez mais, eu diria até que na percepção dessa organização crítica. Eu vou te dar alguns exemplos, um deles é o seguinte: as pessoas já sabem que nós vamos *pro* centro de Campo Grande, calçadão de Campo Grande, as pessoas passam e já sabem: “é aquele grupo de educadores, é aquele grupo de loucos, aquele grupo de apaixonados”, mas sabem que a ida *pro* calçadão é uma marca nossa. Outro exemplo é o Pré-Vestibular no qual o Núcleo contribui, o Pré-Vestibular é do IFHEP, mas o Núcleo contribui. O Pré-vestibular hoje é reconhecidamente um espaço, um grande espaço de formação, todos os anos aprovamos várias pessoas para as universidades públicas ou privadas via Enem... Quer dizer, isso também ajuda a dar visibilidade, nós queremos mais do que isso, nós, esse ano, temos projetos audaciosos de formação política, nós queremos ser reconhecidos como um espaço de intensa formação política⁶³.

A visão de Tobias sobre a relação do Núcleo com a região – e, quando a esta me refiro, estou concomitantemente falando de sua população – é mais romântica e revela alguns aspectos interessantes. Primeiro, a natureza da ligação entre os militantes e Campo Grande, que, para Tobias, é *umbilical*, o que expressa um sentimento de pertencimento, que condiciona o envolvimento do Núcleo com a comunidade. Segundo, o entendimento de Tobias de que os atos no calçadão criaram, de fato, uma marca de identificação do Núcleo por

⁶³ Entrevista concedida por Tobias Tomines Farias em 03 de fevereiro de 2014.

parte da população, ainda que esse reconhecimento seja indireto, pois é mediado pelo grupo – “de educadores, de loucos, de apaixonados”. Como já dito, partilho dessa visão de Tobias e acredito que, atualmente, esses atos são um ponto singular e fundamental de encontro e aproximação entre a população e o Núcleo como movimento social.

Acompanho agora a perspectiva de Nílvio, militante do núcleo duro e membro da equipe de coordenação do IFHEP:

Assim eu enxergo a relação: no sentido de que, por exemplo, as pessoas já estão habituadas ao nosso ato, as pessoas já conhecem que há um grupo ali. Claro, as pessoas podem até, claro *né*, é, não saber que ali é o Núcleo Socialista de Campo Grande, mas as pessoas já sabem que há um grupo que, vez por outra, fazem um ato político ali no calçadão. Vou até contar um, meio que um problema que houve e foi até contornado por causa disso. A gente *tava* no último ato, a gente estava ali começando a preparar para organizar e aí chegou um segurança, era um segurança do calçadão mesmo, ele chegou e disse que a gente tinha que sair do lugar onde a gente estava e tinha que ir mais para o fim do calçadão. O problema é que mais para o fim do calçadão estava lotado de gente, íamos chegar ali e não ia conseguir dialogar com ninguém, e a gente havia dito *pra* ele que estava tudo certo, que a gente estava com toda a documentação, que é a praxe dos nossos atos, nós comunicamos a todos os veículos que devem ser informados, para legitimar a realização do ato. Então nós mostramos os documentos e tudo mais, aí ele foi e chamou um superior dele... Daqui a pouco, quando chegou o superior, quando ele olhou assim *pra* gente, ele conhecia a gente, ele falou “não, não, tudo bem, esse pessoal, pode deixar eles aí mesmo”, então assim ele já conhece a gente, muitos passantes mesmo já chegam e falam com a gente e a gente percebe que já conhecem a gente. Agora, conhecer o Núcleo Socialista de Campo Grande, as pessoas em si, não... Mas nós percebemos que muitos militantes, por exemplo, militantes que... Eu já fui abordado por militante que eu nem conhecia e perguntou “você é do Núcleo Socialista, você é do IFHEP, *né*? Eu falei “sim”, e eu nem conhecia esse pessoal. Então de alguma forma eu já vejo o Núcleo ser conhecido⁶⁴.

A percepção de Nílvio se aproxima daquela apresentada por Tobias e expõe o ponto que acentuamos anteriormente: a presença do NSCG é, em certa medida, reconhecida; em algum grau, palpável, mesmo que isso aconteça por intermédio dos atores e da ação presentes no calçadão. Mais ainda, o depoimento de Nílvio acrescenta o fato de que a realização dos atos já é muitas vezes atribuída, agora diretamente, ao NSCG por pessoas que possuem algum tipo de envolvimento em ações sociais.

Para Daniel, por sua vez, a questão deve ser compreendida da seguinte maneira:

Eu vejo duas coisas, uma é a relação que a gente quer e a outra, a relação que a gente consegue. Vou falar primeiro da relação que a gente quer. A relação que a gente quer é pretensiosamente, não necessariamente por alguma megalomania, mas por falta de outras referências, pretensiosamente a gente que ser uma referência, referência política e de atuação, de interferência

⁶⁴ Entrevista concedida por Nílvio Peçanha Pereira em 28 de abril de 2014.

mesmo no espaço, seja a interferência do discurso, quando a gente vai *pro* calçadão e faz aquela interferência do discurso, seja a interferência em algum ganho concreto. Eu acho que isso é o que a gente, quando senta para pensar as nossas ações, o que a gente gostaria de ser quando crescer, *né?* A gente pensa nisso, como é que a gente pode estar atuando, a partir dessa referência, poder agregar seja as pessoas que se dispõem a estar se colocando como militante, seja as pessoas que estão se mobilizando por uma demanda concreta, então a gente caminha *pra* ser essa referência⁶⁵.

O relato de Daniel adiciona um novo elemento: a expectativa dos militantes para com a construção de uma relação *de referência* entre a população de Campo Grande e o Núcleo. E o anseio por esse tipo de relação passa exatamente pelo desejo de contribuir não somente para a tomada de consciência da comunidade, mas para a sua organização social e política, como constato na continuação do depoimento:

(...)Dando exemplo, é o bairro de Manguariba, que não é formalmente um bairro, se lá eles demandam uma escola, pois lá a escola deles de Ensino Fundamental foi demolida e não foi construída outra no lugar, a gente tenta, e temos tentado a partir de pessoas que a gente conhece lá, atuar lá dentro a partir de algum diálogo que a gente consiga fazer, a gente não gostaria de mobilizar, mas contribuir com a mobilização; mais ainda, contribuir com a organização da mobilização pela luta pela escola. A gente entende que a luta concreta acumula *pro* avanço de consciência e, desse avanço de consciência, é de onde sai a militância, que aí, quem sabe, pode dialogar com a gente ou pode dialogar com o partido, de preferência com os partidos com os quais a gente dialoga, com os partidos de esquerda, e *pra* continuar fazendo a luta. Que, a partir daquele ganho concreto, seja feito a luta. Então é isso que a gente pretende(...)⁶⁶.

Percebe-se, assim, que, no projeto ideal de relação entre o Núcleo e a comunidade, há um apontamento para uma atuação em que o movimento social fomenta e participa da organização da mobilização, mas não a dirige, não fica à frente desse processo. O movimento deseja contribuir para a formação crítica e política, para a tomada de uma consciência avançada, mas com o objetivo de que as comunidades e os grupos sejam sujeitos ativos de sua própria realidade e história, que possam caminhar autonomamente. Esse projeto se contrapõe àquele proposto por segmentos da esquerda brasileira de vanguarda. Aqui, ele está muito mais próximo do modelo de atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação e voltados à ideia de uma formação *na* ação que contribua para o protagonismo e para a libertação.

Mas, se até agora Daniel expôs a relação que o Núcleo *quer* com a comunidade, esse projeto ideal, vejamos o que ele diz sobre a relação que o Núcleo *consegue*:

⁶⁵ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

⁶⁶ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

(...)Mas tem o que a gente consegue. Como eu falei, o que a gente consegue, de alguma forma, é ser uma referência, mas que é uma referência que tem um alcance, que tem hiatos, sabe? Como eu falei, ele [o Núcleo] tem um alcance que vai até Nova Iguaçu, que vai na Tijuca, mas, nesse meio tempo, tem um hiato gigantesco aqui dentro dessa região, que a gente estabeleceu aqui de Campo Grande, que a gente não consegue enxergar e ser enxergado, então tem tanta coisa acontecendo aqui e a gente acaba passando ao largo de muita coisa... Eu acho que a população de forma geral não conhece, e aí é muito fácil perceber, porque a imensa maioria da população não *tá* interessada, a gente não tem nenhuma inserção em algum meio de comunicação que nos desse visibilidade, então neste estado atual de coisa, a população não nos enxerga por estes dois motivos: um porque ela não se coloca *num* ponto de vista *pra* enxergar isso, a despolitização da imensa maioria das pessoas faz elas não enxergarem, e ainda um exemplo concreto: se ouvir falar, a imensa maioria pouca atenção vai dar... A gente tenta criar visibilidade, aí não de uma forma cabotina ou como uma megalomania, nada disso, a gente tenta, mas porque é do nosso ideal criar referências, e aí não precisa ser só o nosso Núcleo, não, que fossem outros, que fossem os partidos. Por isso, quando a gente faz ato no calçadão, eu estava falando exatamente sobre isso, quando a gente tenta criar nossa visibilidade, a gente vai *pro* calçadão de Campo Grande e aí chama os outros partidos, porque não é para criar visibilidade só *pra* gente, de forma egoísta, é para criar visibilidade para todos e todas que, de alguma forma, estão juntos com a gente⁶⁷.

O relato de Daniel exprime uma análise bastante crítica e realista – que pode ser considerada até mais pessimista, se comparada a de outros militantes – quanto ao alcance e visibilidade que atualmente o NSCG possui. Essa mesma criticidade se mostra presente quando o militante procura analisar os motivos para que a atuação que o Núcleo *consegue ter* ainda esteja aquém da que o mesmo *quer*. Aqui, Daniel remete-se à despolitização da imensa maioria da população e à não inserção do movimento em algum meio de comunicação de massas, análise que aponta para uma consciência política da macrorrealidade. Mas, ainda que o alcance e visibilidade da atuação do NSCG sejam limitados, suas ações, realizadas junto à população, não são impedidas ou invalidadas, pois a construção processual de uma nova realidade é um elemento essencial nas lutas que se pretendem transformá-la. E disso Daniel não discorda.

Mesmo que, nas narrativas das principais lideranças do Núcleo, encontremos visões que ora se aproximam, ora se distanciam quando o assunto é a relação dele com a comunidade, posso concluir que há pontos de acordo em todas as falas. São eles: em alguma medida, existe uma ligação do Núcleo com a região de Campo Grande e sua população; em algum grau, o movimento social é reconhecido, mesmo que pela mediação do grupo militante;

⁶⁷ Entrevista concedida por Daniel Domingos de Azeredo em 24 de junho de 2014.

por fim, uma inquietação: o alcance e a visibilidade da atuação do Núcleo ainda não são os almejados.

Ao participar de diversas atividades do NSCG, percebi que o entendimento e o reconhecimento do movimento foram se modificando ao longo desses quatro anos e meio, e a mudança foi no sentido positivo. Como já destaquei, a participação popular ganhou em quantidade e qualidade, o que, sem dúvida, vem colaborando para ampliar tal reconhecimento. As atividades do NSCG criam com a comunidade uma empatia, que traz consigo uma abertura às propostas do movimento. Aliando-se isso ao trabalho realizado no interior do IFHEP com jovens da região, estudantes do Pré-Ensino Médio e do Pré-Vestibular Populares, o movimento constrói um terreno fértil para que outras sementes se desenvolvam e uma nova consciência seja formada.

E é assim que o Núcleo Socialista de Campo Grande, como movimento que busca contribuir para a edificação de uma atuação crítica e organizada da comunidade, existe há treze anos. A intervenção do NSCG na realidade da região revela possibilidades de mudanças, e elas são perceptíveis nas atividades do Núcleo em parceria com o IFHEP. Essa busca não termina aqui, ela avança diariamente. Depara-se com suas dificuldades e crises. Mas se renova na força da militância e na esperança ativa da juventude, acreditando que somente a luta organizada transforma a vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa sobre a trajetória do Núcleo Socialista de Campo Grande, sua história e memória, bem como da região em que ele está inserido, encontrei e expus neste trabalho elementos que me conduziu a diferentes reflexões e conclusões.

Constatei que a região de Campo Grande passa por um processo de crescimento urbano, populacional e comercial, que se iniciou na década de 1950 e contribuiu – ainda contribui – para conversões em sua configuração espacial e social. Vi que esse processo atingiu espaços tradicionais da região, levando ao seu fechamento e desaparecimento. Entendi que ele faz parte do projeto de adiantamento capitalista, no qual o desenvolvimento urbano de um lugar atende a interesses comerciais e a possibilidades de grandes lucros, como afirmam Harvey (2006) e Lefebvre (2008).

Ressalto, assim, que, há pelo menos cinquenta anos, a região de Campo Grande recebe investimentos que beneficiam apenas determinados grupos, principalmente aqueles envolvidos nos ramos do comércio e do empreendimento imobiliário. Pois o investimento em cultura, lazer, transporte, segurança, saúde e educação é praticamente inexistente. Deparei-me, assim, com uma região de mais de quinhentos mil habitantes cuja realidade é marcada pelo abandono do poder público e pela segregação. Esta tem raízes sociais e geográficas, que remetem ao processo de ocupação da região. O resultado do descaso e da marginalização é sentido diariamente por seus moradores, antigos e novos.

Diante desse cenário, um campo se mostra totalmente aberto: o das lutas sociais. E é aqui que, em 2002, o Núcleo Socialista de Campo Grande é forjado, iniciando sua atuação exatamente quando as transformações na região e suas consequências para a população se acentuam ainda mais – no início do século XXI. A atuação do NSCG, nas suas variadas formas, é caracterizada pela preocupação com a realidade local sem perder de vista a ampla realidade brasileira. Essa preocupação pode ser observada nas reuniões, nos atos e nas atividades, que carregam temas e campanhas relacionados a questões que atingem a população como um todo. Um exemplo disso é o movimento do NSCG contra a redução da maioridade penal, que foi, neste primeiro semestre de 2015, levado diversas vezes ao calçadão de Campo Grande e debatido no Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP).

Uma atuação constante que une formas panfletárias de abordagem a outras que envolvem teatro, dança e música é a marca do NSCG. Embora o reconhecimento do Núcleo seja ainda bastante tímido por parte da população da região, não se pode negar que a participação popular em suas atividades vem aumentando consideravelmente. Isso pode ser visto nos pontos altos dos atos realizados no calçadão de Campo Grande: a TV ZO, a aula pública e a Oficina de Cartazes.

Esses exemplos, mesmo que singelos, representam avanços no processo de luta do Núcleo, pois hoje não é mais possível afirmar que o movimento é invisível. Todavia, é evidente que um longo caminho ainda existe para que o NSCG tenha um reconhecimento efetivo por parte das pessoas que vivem e circulam na região de Campo Grande.

O fato de o Núcleo não ser aparelhado por partido político confere a ele um traço novo e singular: atuar como um movimento social autônomo e aberto. Desse modo, todas as suas ações e atividades são abertas ao público, a qualquer um que delas quiser participar. Além disso, o espaço da casa-sede do IFHEP é franqueado a movimentos sociais e partidos de esquerda que queiram realizar alguma atividade no local. Por esse e outros motivos, existe, na atualidade, uma identificação do que sejam tanto o Núcleo quanto o IFHEP por parte do conjunto dos movimentos organizados de esquerda.

O papel da militância na construção do NSCG foi e é fundamental ao longo dos seus treze anos de existência. A nucleação e formação realizadas por esses homens e mulheres começam na atuação no Pré-Vestibular Popular, que funciona na casa do IFHEP. Este foi fundado em 2010 a partir da necessidade e organização das lideranças do Núcleo, ganhando uma dimensão importante durante esses cinco anos.

O NSCG e o IFHEP trabalham e atuam de maneira complementar e são integrados e liderados praticamente pelas mesmas pessoas. O Núcleo possui uma atuação que se localiza mais na esfera política, servindo de interlocução com partidos e movimentos de esquerda e unindo ações de formação política nas ruas, ao lado de outras organizações. O IFHEP, por sua vez, tem no campo da formação formal, sem deixar de lado a criticidade, a sua atuação, com os dois cursos preparatórios que contribuem para a entrada de jovens da região no Ensino Médio público e em universidades públicas e privadas. Além disso, ele aglutina atividades de caráter cultural, sendo um espaço também de manifestação da cultura popular, especialmente de expressão das minorias, como mulheres e negros.

Em uma das entrevistas que realizei, ao indagar se o IFHEP existiria sem o NSCG, a resposta foi negativa. Mas é certo que ambos têm sua importância e, como irmãos gêmeos,

similaridades e diferenças. E elas são fundamentais para que os dois avancem no processo de transformação da sociedade.

O Núcleo Socialista de Campo Grande é um movimento social, também chamado *novo movimento social*, mas, acima de tudo, um movimento de caráter popular, que estabelece uma lógica de atuação voltada para a transformação da realidade a partir do lugar no qual está inserido. É na região de Campo Grande que ação do Núcleo se iniciou, é aqui que ela se constrói cotidianamente, é aqui que continuará a ser realizada.

O papel de um movimento social em uma região repleta de problemas de toda ordem é atuar junto à comunidade; é propor e exigir políticas públicas aos governos; é colaborar e participar do processo de tomada de consciência da comunidade, a fim de que ela seja protagonista de sua realidade e luta. O desafio de desempenhar esse papel é grande nos tempos atuais, mesmo após as jornadas de junho de 2013.

Ele torna-se ainda maior quando a região em questão está localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde o descaso por parte do poder público é tão intenso que, em muitos momentos, desanima qualquer ímpeto de luta e desacredita qualquer uma. Posso somar a isso, ainda, a realidade paralisante, imobilizadora, medrosa, que a opressão violenta por parte do tráfico de drogas, da polícia e da milícia causa nos moradores. E, por fim, posso acrescentar os obstáculos, dificuldades e impossibilidades materiais que homens e mulheres enfrentam cotidianamente, pois, sendo trabalhadores e trabalhadoras, muitas vezes não têm tempo, energia e espírito para a luta e para o sonho.

Mas é nesse cenário que o NSCG vem atuando, colaborando para a formação de militantes e interferindo na realidade. É nesse cenário que um movimento desconhecido da grande mídia e de parte da população que vive na região atua há treze anos, atingindo, aos poucos, os resultados possíveis, e eles não são poucos. E isso é bastante significativo em se tratando de um movimento social que não é aparelhado por nenhum partido ou grupo.

O NSCG é um *movimento*, no sentido mais ativo da palavra. A minha pesquisa se encerrará no dia em que defender esta tese. Até lá, a ação do Núcleo estará acontecendo; e, depois desse dia, ela continuará sendo realizada; e, neste momento, em que concluo este trabalho, as lutadoras e lutadores do povo, como gostam de ser chamados, estão imbuídos em um enfrentamento que não é só de Campo Grande, mas do Brasil inteiro: a luta contra a PEC 171, que reduz a maioria penal para dezesseis anos. O resultado dela não estará presente nesta tese, pois ela será longa e dura, mas outros frutos da luta travada pelo Núcleo Socialista de Campo Grande aqui estão registrados.

E, assim, considero que o objetivo fundador desta investigação foi atingido: trazer até os bancos da Academia um pouco da história e da memória de Campo Grande e de seu Núcleo Socialista. A minha pesquisa se encerra aqui, mas as reuniões do Núcleo continuarão acontecendo religiosamente em todo primeiro domingo do mês, às 16:00 horas, assim como os atos no calçadão e todas as suas atividades.

Concluo esta experiência entendendo que a atuação do Núcleo Socialista de Campo Grande foi e é fundamental para o conjunto das lutas sociais na região e que a marca deixada por ele é única, pois, como sempre é repetido nas reuniões, atos e rodas de discussão, “somente a luta muda a vida”!

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), 2008.
- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001.
- ALBERTI, V. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALEM, A. Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na Cidade do Rio de Janeiro: período de 1961 a 2010. *Coleção Estudos Cariocas*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Rio de Janeiro, n. 10, mai. 2010.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- BASTOS, Moacir Sreder, *Campo Grande*, Rio de Janeiro, Gráfica Campo Grande, 1974.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003a.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003b.
- _____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOFF, L. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BORAN, J. *Juventude, o grande desafio*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- _____. *O senso crítico e o método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base*. São Paulo: Ed. Loyola, 1977.
- BOTTARI, E.; RAMALHO, S. Levantamento do GLOBO revela que milícias já agem em 36 municípios do Estado do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 2014. Rio. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/levantamento-do-globo-revela-que-milicias-ja-agem-em-36-municipios-do-estado-do-rio-13931365>>. Acesso em: 02 jul. 2015.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *A miséria do mundo*. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CEZAR, P. B. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. *Coleção Estudos Cariocas*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2002.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>.

Acesso em: 15 jun. 2015.

CORRÊA, A. M. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

DAMAS, E. T. *Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências. Niterói, 2008.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FONSECA, P. R. Políticas habitacionais e ação da indústria imobiliária na produção do espaço: o caso do bairro de Campo Grande no Rio de Janeiro. In: *International Conference Virtual City and Territory – 8º Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual, Rio de Janeiro, 10, 11 y 12 Octubre 2012*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<<http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/13378/1/POLÍ%238%40B.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, set.-dez. 2005.

FRÓES, J. N. de S.; GELABERT, O. R. E. *Rumo ao Campo Grande por trilhas e caminhos. (1565-1965)*. Rio de Janeiro: Gráfica Brunner, 2004.

GALVÃO, M. do C. C. Aspectos da geografia agrária do Sertão Carioca. In: *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

GERSON, B. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

GOHN, M. da G. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2011a.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2011b.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

- GONÇALVES, A. G. P. *Memórias históricas da Zona Oeste*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1998.
- GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contracapa/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Ed., 2006.
- HOBBSBAWM, E.J. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- INDURSKY, F. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LECHNER, E.; GÜELL, P. Construcción social de las memorias en la transición chilena. In: *Social Science Research Council – Memorias colectivas de la represión en el Cono Sur, Montevideo, 15 y 16 de noviembre de 1998*. Montevideo, 1998.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LIMA, E. F. W. *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- LINS, I. B. et al. Projeção Populacional 2013-2020 para a Cidade do Rio de Janeiro: uma aplicação do método AiBi. *Coleção Estudos Cariocas*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Rio de Janeiro, n. 13, jan. 2013.
- MACEDO, A. P. de. *Produção imobiliária e segregação na periferia do Rio de Janeiro: o bairro de Campo Grande*. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2002.
- MAGALHÃES, A. S. *Entre movimentos e possibilidades: grupos policiais, tráfico de drogas e capital social na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2007.

- MANSUR, A. L. *O velho oeste carioca – volume II: mais histórias da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.
- _____. *O velho oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- OLIVEIRA, F. L. de. Condicionantes territoriais para a elaboração de estimativas populacionais para unidades submunicipais: considerações a partir do caso do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Rio de Janeiro, n. 8, jul. 2008.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- _____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO_PT_2012_-_VERSAO_FINAL_registrada.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008.
- PEDROZA, M. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2003.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1992.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, A. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- SANTOS, L. S. dos; RIBEIRO, J. L. F. O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca (1927-1964). In: *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Quito, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/inscri/alasru2006.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008.
- SANTOS, M. S. dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume Ed., 2003.
- SANTOS, N. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.
- SCHINDEL, E. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. *Revista Política y Cultura*, México DF, n. 31, 2009.

SENRA, N. de C. (Org.). *O censo de 1906 do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – RIO DE JANEIRO (SEBRAE/RJ). *Informações socioeconômicas da Região Administrativa Campo Grande*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/BAE38E2D7D9A6CE9832579570065E12F/\\$File/Campo%20Grande.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/BAE38E2D7D9A6CE9832579570065E12F/$File/Campo%20Grande.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SILVA, G. A. de A. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1999.

TOURAINÉ, A. *Após a crise*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011a.

_____. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011b.

VIEIRA, W. de S. *Cenas da cidade: de cinema à igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2009.

WACQUANT, L. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Eixos temáticos

1. Trajetória de vida:

Família;

Origens;

Formação;

Militância.

2. A relação com o Núcleo Socialista de Campo Grande:

Participação inicial;

Participação atual.

3. O Núcleo Socialista de Campo Grande:

História;

Ações e atividades;

Relação com outros movimentos;

Atuação hoje.

4. O Núcleo Socialista de Campo Grande e o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP):

Criação;

Ações.

5. O Núcleo Socialista e a sua relação com a população da região de Campo Grande:

A participação popular nas ações;

Como atingir as massas?

ANEXO B – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Daniel Domingos de Azeredo é graduado em Arquitetura e uma das lideranças do Núcleo Socialista de Campo Grande. Iniciou sua militância no Núcleo por intermédio do Pré-Vestibular Popular. É um dos fundadores do Instituto de Formação Humana e Educação Popular, integrando sua coordenação e, atualmente, sendo responsável pela administração de sua casa-sede. Na época da entrevista, em junho de 2014, tinha trinta e três anos. É morador de Campo Grande.

Marina dos Santos Ribeiro é graduada em Ciências Sociais e educadora popular. É uma das fundadoras, coordenadoras e principais lideranças do Núcleo Socialista de Campo Grande. Também fundadora do IFHEP, atualmente participa de sua coordenação. Atuou nas Pastorais Sociais e foi filiada e militante do Partido dos Trabalhadores. Começou a trabalhar aos dezesseis anos como costureira e tem três filhos. Na época da entrevista, em julho de 2014, tinha quarenta anos. É moradora de Campo Grande.

Nílvio Peçanha Pinheiro é professor de Língua Portuguesa e Literatura e educador popular. Foi filiado e militante do Partido dos Trabalhadores. Foi militar da Marinha do Brasil e hoje é uma das lideranças do Núcleo Socialista de Campo Grande. Iniciou sua militância no Núcleo como professor do Pré-Vestibular Popular. Um dos fundadores do IFHEP, também integra sua coordenação. Na época da entrevista, em abril de 2014, tinha trinta e quatro anos. É morador de Campo Grande e pai de um filho.

Rosineide Cristina de Freitas é graduada em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Mestre em Educação pela mesma instituição. É educadora popular e assistente técnica do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds). É uma das lideranças do Núcleo Socialista de Campo Grande e fundadoras do IFHEP, fazendo parte de sua coordenação. Iniciou sua militância no Núcleo por meio do Pré-Vestibular Popular. Na época da entrevista, em junho de 2014, tinha trinta e um anos e uma filha. É moradora de Campo Grande.

Tobias Tomines Farias é administrador de empresas, sociólogo e educador popular. Nascido e criado em Campo Grande, onde vive até hoje, é pai de uma filha, tem um histórico de militância iniciado na Igreja Católica. Atuou e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores na região de Campo Grande. Também um dos fundadores do Núcleo Socialista de Campo Grande e do IFHEP. É a principal liderança do movimento. Atua junto ao conjunto dos movimentos sociais e dedica sua vida à luta pela transformação da sociedade e pela construção de novos homens e mulheres.